UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DERICK DOS SANTOS TINÔCO

FATORES DE PROTEÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE UNIVERSITÁRIOS: O PAPEL DO LAZER

VITÓRIA,
2018

DERICK DOS SANTOS TINÔCO

FATORES DE PROTEÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE UNIVERSITÁRIOS: O PAPEL DO LAZER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre.
Orientadora: Prof.ª Drª Liana Abrão Romera
Coorientador: Prof.ª Drª Núria Codina Mata

VITÓRIA,
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Tinôco, Derick dos Santos, 1989-
T591f Fatores de proteção ao uso de drogas entre universitários : o papel do lazer / Derick dos Santos Tinôco. – 2018.
96 f. : il.

Orientador: Liana Abrão Romera.
Coorientador: Núria Codina Mata.
Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos.

1. Drogas - Prevenção. 2. Lazer. 3. Estudantes universitários. I. Romera, Liana Abrão. II. Mata, Núria Codina. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desportos. IV. Título.

CDU: 796

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-527/O

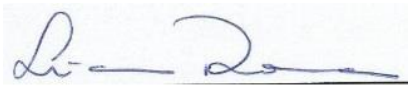
DERICK DOS SANTOS TINÔCO

FATORES DE PROTEÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE UNIVERSITÁRIOS: O PAPEL DO LAZER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Liana Abrão Romera
Coorientador: Prof.ª Dr.ª Núria Codina Mata

Aprovada em 4 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Drª. Liana Abrão Romera (Orientadora - UFES)

Prof.ª Drª. Núria Codina Mata (Coorientadora - UB)

Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes (UFES)

Prof.ª Dr.ª Susana Henriques (UAb e CIES-IUL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para que eu pudesse concluir mais uma etapa importante da minha vida.

Primeiramente a minha família que está sempre ao meu lado compartilhando momentos de alegria e me dando força nos momentos de dificuldade. Ao meu pai, Francisco de Assis Souza dos Santos, e minha mãe, Letícia Tinôco, que sempre me apoiaram e trabalharam muito para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade, sem eles não seria capaz de alcançar mais este feito.

À Isabella Castro, pelo companheirismo, carinho, paciência e amor. Muito obrigado por escolher dividir comigo tantos momentos no último ano, com certeza você tornou esse período muito mais feliz.

Aos meus colegas de turma e de laboratório, em especial Samuel Coelho da Silva, que percorreu praticamente toda essa caminhada ao meu lado. Foram diversas disciplinas, participações em congressos, grupos de estudo e orientações juntos. Além da troca de informações e debates acadêmicos, a maneira humana e alegre com que Samuca trata a todos o torna um exemplo para aqueles que têm a oportunidade de conviver ao seu lado.

Ao Grupo de Pesquisa ANDALUZ, pelas parcerias, troca de experiências e aprendizados, participação em congressos e debates. Gratidão à Gel, Helô, Mariana, Liana Poubel, Marina e Walk.

À Liana Romera, excepcional orientadora que confiou em meu trabalho e no meu potencial desde o início. Obrigado pela paciência, atenção, amizade e pelos ensinamentos.

À coorientação de Núria Codina, por oferecer essa oportunidade ímpar de troca de informações entre países e entre diferentes campos de atuação.

Ao Centro de Estudos e Pesquisa sobre Álcool e outras Drogas (CEPAD), pela receptividade, ensinamentos e troca de conhecimentos.

À Herbert Farias e Cristiano Belém pelas contribuições na revisão ortográfica e estatística respectivamente. Aos colegas de trabalho que indiretamente também contribuíram para que conseguisse concluir esta etapa de estudos.

A todos meu muito obrigado, sobretudo à Deus, por me manter saudável e capaz durante esta jornada.

RESUMO

Em um cenário mundial de constante aumento do número de adeptos ao uso de substâncias psicoativas, investigar possíveis fatores de proteção ao consumo excessivo destas substâncias pode contribuir na qualificação de políticas de prevenção. Assim, o objetivo deste estudo foi conhecer os fatores que contribuem para a não utilização de álcool e outras drogas e suas possíveis relações com o lazer e analisar se a participação em atividades extraescolares interfere nos padrões de consumo dos jovens. Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva, que utilizou como técnica para a coleta de dados a formulação de um questionário *on-line* autoaplicável. A análise dos dados foi feita relacionando-se os percentuais de consumo de álcool e outras drogas da amostra com os percentuais de participação em atividades apontadas como protetoras pela literatura. A amostra foi composta por 110 estudantes, 51 mulheres e 59 homens, dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. A substância com maior índice de consumo foi o álcool, tanto para consumo considerado recreativo (cerca de 60%), quanto para uso excessivo (12%). A idade do início do consumo se mostrou relevante para predizer padrões futuros de uso, mostrando a necessidade de se retardar pelo maior tempo possível as primeiras experiências com psicoativos. Assim como o esporte e a participação em projetos de prevenção, outras atividades extraescolares analisadas separadamente não mostraram resultados expressivos. Contudo, a participação concomitante em diferentes atividades serviu como proteção para a amostra em questão. Os resultados apresentados indicam atividades e fatores que combinados podem ser estimulados e capazes de trazer benefícios para a juventude na prevenção de problemas relacionados ao uso de drogas.

Palavras-chave: Fatores de Proteção, Drogas, Prevenção, Substâncias Psicoativas, Atividades Extraescolares.

ABSTRACT

In a world scenario of constant increase in the number of people who use psychoactive substances, investigating possible protective factors for the excessive consumption of these substances can contribute to the qualification of prevention policies. Thus, the objective of this study was to know the factors that contribute to the non-use of alcohol and other drugs and their possible relations with leisure and to evaluate possible impacts of participation in extracurricular activities in the youth consumption patterns. This is a quantitative descriptive research, which used as a technique for the data collection the formulation of a self-administered online questionnaire. The data analysis was performed by comparing the percentages of alcohol consumption and other drugs in the sample with the percentages of participation in activities designated as protective by the literature. The sample consisted of 110 students, 51 women and 59 men, of the Bachelor's and its degrees courses in Physical Education of the Federal University of the Espírito Santo, Brazil. The substance with the highest index of consumption was the alcohol, both for consumption considered recreational (about 60%) and for overuse (12%). The age of onset of consumption was shown to be relevant to predict future patterns of use, showing the need to delay the first psychoactive experiences for as long as possible.. As with sports and participation in prevention projects, other extracurricular activities analyzed separately did not show significant results. However, the concomitant concurrent participation in different activities served as protection for the sample in question. The results presented indicate activities and factors that can be stimulated and able to bring benefits to the youth in the prevention of problems related to drug use.

Keywords: Protection Factors, Drugs, Prevention, Psychoactive Substances, Extracurricular Activities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Religiões da amostra expressas em porcentagem 61
Gráfico 2 - Percentual de participação da amostra em cada atividade extraescolar mensurada 64
Gráfico 3 - Porcentagens de consumo de bebidas alcoólicas 66
Gráfico 4 - Porcentagem de consumo de bebidas alcoólicas de acordo com o número de doses 66
Gráfico 5 - Relação entre a idade do primeiro uso de álcool e o consumo atual, expresso em número de doses por ocasião 68
Gráfico 6 - Porcentagens de consumo de psicoativos ilegais no Brasil 70
Gráfico 7 - Relação entre a idade do primeiro uso de drogas ilícitas e o consumo atual 72
Gráfico 8 - Relação entre a participação em projetos de prevenção e o consumo atual de bebidas alcoólicas 73
Gráfico 9 - Relação entre consumo de álcool e religião 75
Gráfico 10 - Relação entre uso de drogas e religião declarada 76
Gráfico 11 - Relação entre a participação em atividades esportivas e o consumo de bebidas alcoólicas 77
Gráfico 12 - Relação entre a participação em atividades esportivas e o consumo de psicoativos considerados ilícitos 78
Gráfico 13 - Relação entre a prática de teatro e o consumo de álcool 79
Gráfico 14 - Relação entre atividades de língua estrangeira e consumo de álcool 80
Gráfico 15 - Relação entre horas disponíveis de lazer durante o final de semana e o consumo de álcool e outras drogas 82
Gráfico 16 - Relação entre horas disponíveis de lazer durante o final de semana e o consumo de álcool 82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Consumo de substâncias psicoativas em função da participação em projetos de prevenção contra o uso de drogas (números em porcentagens.....74
Tabela 2 - Associação entre a participação em atividades pró-sociais e o consumo de psicoativos ilícitos.....81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 CAPÍTULO I - CENÁRIOS DOS USOS 16
2.1 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E O USO HUMANO 17
2.2 CATEGORIZAÇÃO SOCIAL E JURÍDICA DAS DROGAS 19
2.3 RELAÇÃO HOMEM X CONSUMO E OS CONTEXTOS DE LAZER 24
2.4 CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS DE CONSUMO 28
2.4.1 A cena das baladas eletrônicas 31
2.4.2 A cena do crack 32
2.4.3 A democracia do álcool 33
3 CAPÍTULO 2 – FATORES DE PROTEÇÃO E DE RISCO 36
3.1 FAMÍLIA 39
3.2 AMIGOS 43
3.3 FATORES RELACIONADOS À RELIGIÃO 45
3.4 RESILIÊNCIA 48
3.5 ATIVIDADES ESCOLARES E EXTRAESCOLARES 49
4 METODOLOGIA 56
4.1 INSTRUMENTO 56
4.2 PROCEDIMENTO 56
4.3 POPULAÇÃO 58
5 CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO 60
5.1 CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO 60
5.1.1 Religião 60
5.1.2 Família 62
5.1.3 Escola 62
5.1.4 Lazer 63
5.2 USO DE SUBSTÂNCIAS 65
5.2.1 Álcool 65
5.2.2 Substâncias ilícitas 69
5.3 FATORES DE PROTEÇÃO 72
5.3.1 Participação em projetos de prevenção 72
5.3.2 Religião e consumo de drogas 74

5.3.3 Lazer e consumo: relação entre as atividades extraescolares e o uso de drogas 77
5.4 GRUPO DOS ABSTÊMIOS 83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 85
REFERÊNCIAS 89
APÊNDICE A – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA 96
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À AMOSTRA 97

1 INTRODUÇÃO

Hiperconsumo e hedonismo são características presentes na sociedade contemporânea, que contribuem para a busca incessante de novas experiências e sensações (LIPOVETSKY, 2007). Nesse cenário, os momentos de lazer são valorizados pela capacidade de aliar a busca do prazer e da liberdade, que, combinada com o uso de drogas, possibilita novas sensações, alteração de percepções e sociabilidade. O consumo de drogas ou substâncias psicoativas (SPA), aqui entendidas como quaisquer substâncias que atuem no Sistema Nervoso Central e sejam capazes de causar alterações na psique humana e produzir dependência (BERGERON, 2012), encaixa-se nesse contexto, funcionando como uma espécie de atalho ou fórmula para o “bem-estar” momentâneo.

Apesar da busca do prazer, marca da contemporaneidade, o consumo de álcool e outras drogas não é fato novo na história da humanidade. O uso de substâncias que alteram o estado de consciência é tão antigo quanto a própria humanidade (CARNEIRO, 2009; ROSA, 2014). A antiguidade do uso das denominadas drogas mostra que o tema não deve ser tratado com moralismos ou julgamentos preconceituosos. Portanto, este estudo discutirá o consumo sem incorrer em juízo de valor de qualquer substância, porém entendendo que o consumo excessivo pode gerar problemas que devem ser evitados, reconhecendo ser esse o papel primordial da prevenção.

Mesmo com todos os esforços voltados à redução dos índices de uso de drogas, os últimos relatórios mundiais elaborados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) apontam para um crescimento constante nos níveis de consumo, além de indicar o surgimento de cada vez mais substâncias e uma tendência global à diminuição da faixa etária em que ocorrem as primeiras experiências com drogas (UNODC, 2017). Considerando que as escolhas do lazer refletem comportamentos socialmente aprendidos, este estudo teve como objetivo geral conhecer e analisar os fatores que contribuem para a não utilização de álcool e outras drogas e suas possíveis relações com o lazer. A hipótese levantada é que a ocupação do tempo de lazer de determinada parcela da juventude com atividades extraescolares estruturadas contribui para que não se desenvolva um padrão de uso compulsivo de SPA’s durante a vida.

Além disso, objetivou-se conhecer o repertório de atividades extraescolares comuns entre jovens universitários e avaliar a correlação das atividades extraescolares na formação de vida e na opção pelo não uso de drogas. Por último, espera-se que os resultados encontrados subsidiem políticas de prevenção, visando a qualificação dos projetos preventivos.

Nota-se uma quantidade substancial de estudos (CARIA *et al.*, 2011; LIEBREGTS *et al.*, 2011; TAGLIANTI *et al.,* 2009) voltados ao uso de psicoativos, que partem da observação de indivíduos já considerados consumidores excessivos de drogas. A partir do estudo de uma fase da vida em que ocorre o maior uso e do comportamento desses indivíduos, busca-se estabelecer aspectos classificados como de risco ao consumo excessivo ou abusivo. Ao contrário dos estudos mencionados acima, o intuito deste texto é tratar de fatores de proteção ao consumo de drogas, buscando verificar hábitos e costumes comuns àqueles que não fazem uso problemático de substâncias psicoativas. Ou seja, a observação, nesta pesquisa, se dirigirá aos que não consomem drogas, ou que, ao menos, não as consomem em excesso.

Os fatores de proteção contra o consumo excessivo de álcool e outras drogas, de forma bem resumida, serão entendidos no texto como conjunto de condições que favorecem o desenvolvimento e o fortalecimento dos indivíduos e contribuem para que estes, diante de adversidades, não adquiram comportamentos nocivos à saúde (SCHENKER; MINAYO, 2005). Assim, se observará como é ocupado o tempo de lazer e quais atividades são mais praticadas por indivíduos que não se classificaram como consumidores excessivos dessas substâncias. A coleta se deu por meio de um questionário anônimo autoaplicável, formulado a partir da revisão de literatura.

É preciso esclarecer que o consumo de drogas, apenas um dos diversos comportamentos do ser humano, não admite o traço de uma relação simplista entre causa e efeito no histórico de qualquer indivíduo que abuse ou não delas. Assim como qualquer outro comportamento, os padrões de uso de substâncias derivam de variadas razões, ou seja, trata-se de um fenômeno multifatorial e, portanto, requer o debate, a investigação e o trabalho de variadas áreas do conhecimento, com diferentes olhares e perspectivas. A complexidade do assunto exige a utilização de elementos de diversos campos do saber. Dessa forma, este estudo não pretende esgotar a discussão sobre fatores protetivos contra o consumo excessivo.

A Educação Física, além de pertencer aos estudos da área da saúde e, portanto, exercer, quando bem orientada, papel fundamental na promoção da saúde da população, insere-se na discussão da questão das drogas, neste texto, pela vertente do lazer e das atividades corporais que podem ser utilizadas tanto como forma de prevenção ao consumo excessivo de drogas quanto como parte da reabilitação de indivíduos já envolvidos com o uso problemático de substâncias psicoativas.

O lazer pensado como prática de liberdade traz ao campo da Educação Física pressupostos que indicam que atividades praticadas junto aos diferentes grupos sociais e planejadas com intencionalidade educativa possibilitam o desenvolvimento pessoal e, consequentemente, comunitário. A prática do lazer configura-se, nessa perspectiva, como possivel contribuição para a construção de sujeitos coparticipantes do processo educativo, capazes de transformar as próprias condições de vida, hábitos e costumes (MASCARENHAS, 2000).

O texto foi dividido em introdução e cinco capítulos: Cenários dos usos; Fatores de proteção e risco; Metodologia; Resultados/ Discussão e Considerações finais.

No primeiro capítulo será discutida a ambiência que serve de pano de fundo ao uso de drogas na sociedade atual, a partir do pressuposto de que o modelo de sociedade influencia diretamente nos hábitos e costumes. Como já antecipado, a sociedade contemporânea é marcada pela busca do prazer e pela efemeridade, com a propagação de modelos de ocupação do tempo livre entre a juventude ao redor do mundo pautados no consumo de drogas lícitas e ilícitas, principalmente durante os finais de semana. Embora seja possível identificar esse padrão no tempo ocupado pela juventude para o consumo de drogas, os espaços, os próprios usos e os usuários são diversificados. Os variados tipos de consumo verificam-se em grupos heterogêneos, com diversas nuances a ser levadas em consideração na análise do universo do uso de drogas.

Pela heterogeneidade dos usos e dos consumidores, parte do texto trará à luz características de grupos específicos de consumidores de drogas. Mesmo que o consumo, os comportamentos e as relações estabelecidas com as drogas por cada indivíduo sejam diversificados, é possível agrupar alguns usos em função do seu contexto. Dentre essas características homogeneizadoras, destacar-se-á a juventude, fase marcada pelos primeiros contatos com drogas recreativas e o

período da vida dos maiores índices de consumo, atrelados majoritariamente a uma espécie de cultura de lazer comum entre a juventude de vários países.

O segundo capítulo discute os possíveis fatores de proteção contra o consumo excessivo de drogas, trazendo primeiramente um panorama geral dos fatores de risco e proteção em artigos sobre a questão das drogas. Por se tratar do estudo de fatores que influenciam a adoção de comportamentos e hábitos, é preciso deixar claro, mais uma vez, que os motivos da utilização ou não de psicoativos não podem ser determinados por um único fator, tratando-se de um fenômeno multicausal, com vários aspectos e dimensões da vida a ser considerados.

De acordo com a literatura consultada, as principais estruturas sociais que moldam os comportamentos ao longo da vida são a família, os amigos, a religião e a forma de ocupação do tempo de lazer. Tais estruturas podem se tornar fatores protetivos ou de risco, de acordo com as características desses ambientes e das relações ali desenvolvidas.

Em seguida se discutirá a relação entre o repertório de lazer, as atividades extraescolares e o consumo de drogas. Como já mencionado, mesmo com todos os esforços das políticas proibicionistas de combate às drogas e do aumento no número de projetos de prevenção, os últimos relatórios mundiais do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostram uma tendência de elevação dos níveis de consumo (UNODC, 2017).

Após a revisão de literatura feita nos capítulos 1 e 2, é apresentada a metodologia adotada para esta pesquisa, e logo em seguida, os resultados e a discussão do material levantado pela coleta de dados. Convém lembrar que o foco deste estudo é a verificação de possíveis fatores protetivos contra o consumo excessivo de substâncias psicoativas, e para tanto o levantamento de dados teve como base aspectos já apontados pela literatura utilizada como possíveis fatores de proteção. A análise dos resultados e a discussão serão voltadas à verificação de quais fatores dão indícios de serem de fato protetivos.

2 CAPÍTULO I - CENÁRIOS DOS USOS

Para a discussão dos fatores de proteção contra o consumo de drogas é preciso conhecer os espaços ocupados pelo uso de substâncias na sociedade, os cenários atuais de consumo, o modo como esses usos têm ocorrido majoritariamente e sob quais influências. Parte-se do pressuposto de que o modelo de sociedade influencia nas práticas e comportamentos adotados pelos indivíduos, sendo, portanto, necessário abordar as características sociais que marcam a contemporaneidade e entender como aspectos do tempo em que os indivíduos estão inseridos contribuem para as relações de consumo de substâncias.

Na sociedade atual, as SPAs, popularmente conhecidas como drogas, são definidas como substâncias que atuam no sistema nervoso, causando alterações na consciência ou na psique humana, e são capazes de produzir dependência (BERGERON, 2012). Apesar dessa definição, uma classificação jurídica separa drogas lícitas de ilícitas, e mesmo que essa diferenciação não se baseie nos efeitos fisiológicos causados no organismo humano, ela expressa e influencia o olhar de grande parte da população para as substâncias ilícitas e seus consumidores, carregado de moralismos e preconceitos.

Mesmo com todo o moralismo que acompanha as discussões do consumo de drogas, os estudos referentes ao tema devem assumir, desde o princípio, a noção de que o uso dessas substâncias faz parte do comportamento humano e se dá por variadas razões.

A complexidade das questões relacionadas aos usos de drogas exige um olhar abrangente para o tema, com a participação de diferentes áreas do saber e diferentes perspectivas de análise. Dessa forma, este capítulo não pretende esgotar a discussão dos contextos de uso de drogas, até porque, apesar de ser possível agrupar padrões de uso, ainda são incontáveis as particularidades da relação de cada indivíduo com as drogas. À luz do referencial teórico escolhido, serão discutidos a relação do homem com o consumo em geral, sua contribuição para a relação do homem com as drogas e os principais cenários de consumo.

Para tanto, o ponto de partida é uma análise geral do comportamento humano característico das sociedades ocidentais contemporâneas, pautado na busca da

cidadania (ELIAS, 1994) e marcado pelo hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007). Por fim, o olhar será dirigido a grupos específicos de consumidores de drogas.

2.1 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E O USO HUMANO

A relação do homem com substâncias psicoativas existe há milhares de anos, não cabendo aqui um apanhado histórico dos usos medicinais, ritualísticos, mágicos, religiosos e recreativos, até porque, para o leitor recorrente desse campo de estudo, afirmações quanto à antiguidade do uso das drogas são repetitivas. Entretanto, no senso comum, quase todo o uso praticado antes da recente proibição e regulação das drogas é desconhecido, e por esse motivo vale informar que o consumo de substâncias que alteram a consciência humana não é exclusividade do mundo contemporâneo e muito menos da cultura ocidental atual, existindo há milhares de anos, com diferentes usos e funções ao longo dos séculos (CARNEIRO, 2009).

A partir da segunda metade do século XIX, o uso de certas drogas começa, notadamente, a se separar dos mecanismos religiosos, culturais ou profissionais, antes reguladores do consumo. O avanço científico da farmacologia confere poder à medicina de prescrever substâncias capazes de aliviar a dor e auxiliar em tratamentos (BERGERON, 2012). Apesar da legitimação da farmacologia e de seu emprego pela medicina, o uso deliberado de algumas substâncias trazia evidentes riscos à saúde dos consumidores (ROSA, 2014). Pouco a pouco, a própria medicina assume diferenças mais demarcadas entre o entendimento do que deve ser considerado remédio e o que pode ser prejudicial ao corpo, aparecendo pela primeira vez, em 1880, o termo “toxicomania”[1] (BERGERON, 2012). Essas primeiras mudanças foram o pontapé inicial à proibição de diversas substâncias.

Numerosos estudos[2] com apanhado histórico detalhado analisam o modo como o uso de substâncias psicoativas se desenvolveu em diversas sociedades. Importa conhecer o percurso histórico da relação entre o homem e os psicoativos, entretanto não adentraremos esse debate com a profundidade de trabalhos desenvolvidos por historiadores, antropólogos e outros profissionais especialistas no

[1] “Apetência ou avidez de consumir determinadas substâncias que dá lugar à dependência.” (POROT, A. e POROT, M., 1993, p. 8. In: BERGERON, 2012).
[2] *A história elementar das drogas* (ESCOHOTADO, 2004), *As drogas e a história da humanidade* (CARNEIRO, 2009), *Álcool e drogas na história do Brasil* (VERÂNCIO; CARNEIRO, 2005).

tema. Conhecendo essa limitação, portanto, recomendamos aos leitores interessados que busquem diretamente essas fontes. Nesta pesquisa, consideramos relevante apenas aproximar o olhar do modo como se processou a proibição dos psicoativos no Ocidente pós-Revolução Industrial, entendendo que tal proibição, junto a outros diversos fatores, de alguma maneira, também influenciou nos padrões de uso atuais.

A proibição, nos moldes atuais, levando em conta toda a história da humanidade, pode ser considerada recente, datando de pouco mais de 150 anos (ROSA, 2014). O uso desregulado em determinados estratos da sociedade contribuiu para o desencadeamento do processo de proibição, além da estigmatização dos usuários. O consumo, antes restrito quase exclusivamente a pessoas de pele branca e de classes mais abastadas, se disseminou na classe operária popular após a Revolução Industrial, e mais intensamente após a virada do século XX (BERGERON, 2012).

Dentre os diversos fatores que contribuíram para a construção do olhar antidrogas, alguns países, como os Estados Unidos, tiveram papel importante por sua influência política e econômica no mundo. Grupos proibicionistas estadunidenses, caracterizados por uma visão moralista e formados principalmente por igrejas e ligas protestantes, tiveram grande influência na política antidrogas e na forma como ainda hoje a maioria da população enxerga os usuários de substâncias classificadas como ilícitas. Até mesmo as bebidas alcoólicas, produto de uma das indústrias mais fortes e lucrativas do mundo, sofreram proibições do governo norte-americano durante determinado período, fruto da grande disseminação da visão moralista dos psicoativos. Esse movimento, conhecido pelo puritanismo[3], criou um falso perfil de usuário e atrelou a imagem da droga a grupos normalmente à margem da sociedade. Exemplos marcantes oriundos da cultura estadunidense são a associação da maconha exclusivamente a fumadores mexicanos e o ópio a usuários chineses, fortalecendo a ideia de que o uso de drogas estava ligado diretamente à vadiagem e a um comportamento delinquente, o que justificou a intervenção do Estado no consumo de determinadas substâncias (ROSA, 2014).

[3] Concepção da fé cristã desenvolvida na Inglaterra por uma comunidade de protestantes radicais depois da Reforma. O adjetivo puritanista serve para designar indivíduos rígidos nos costumes, especialmente quanto ao comportamento sexual (pessoa austera, rígida e moralista).

Apesar de, como visto até aqui, as pesquisas acadêmicas (CARNEIRO, 2009; ESCOHOTADO, 2004) relatarem amplamente a antiguidade do uso de substâncias psicoativas, a própria história do consumo de drogas mostra que a relação estabelecida entre seus usuários está em constante mudança, transformando continuamente a cena da droga, de modo que ela nunca é a mesma dentro da mesma cultura. As formas de consumo mudam rapidamente, assim como os consumidores e os espaços de uso (ESPINHEIRA, 2002). Esse é um dos principais motivos pelo qual a prevenção, o tratamento e a abordagem do tema das drogas não podem ser discutidos de maneira simplista, necessitando-se conhecer o contexto em âmbito mundial, e mais especificamente, o contexto de cada consumidor.

2.2 CATEGORIZAÇÃO SOCIAL E JURÍDICA DAS DROGAS

O relacionamento do homem com o próprio corpo, com a comunidade que o rodeia e com o meio é alterado ao longo da história, devendo-se entender, junto com Espinheira (2002), que a relação do homem com as drogas difere no tempo e no espaço, em cada sociedade. Bergeron (2012, p. 8-9) entende que:

> [...] a categorização social de uma substância como “droga” e sua classificação jurídica como “entorpecente” dependem muito mais de uma convenção social e cultural. Isso quer dizer que o conceito “droga” e a diversidade de substâncias que ele compreende em seu perímetro devem ser considerados o produto, por natureza provisório, de lutas simbólicas e científicas, tanto quanto políticas e sociais: a fronteira que separa a classe das drogas ilícitas e a classe dos produtos psicoativos lícitos é basicamente permeável, como nos ensina a história.

Todos os grupos sociais, independentemente da organização que adotam, estabelecem regras para o convívio em sociedade e, em algum momento, tentam impô-las. Dentro dessas regras são especificados comportamentos considerados “certos” e comportamentos condenáveis, considerados “errados”. Os indivíduos que, por algum motivo, adotam condutas classificadas como incorretas pela maioria podem ser encarados como a parte de fora do grupo, vistos como estranhos, que necessitam de algum mecanismo de adequação para voltarem ao padrão “normal” da sociedade (BECKER, 2008). Essas regras sociais não estão necessariamente expressas em leis. Determinados comportamentos são considerados incorretos ou

incomuns, gerando estranhamento, mesmo que não sejam ilegais, refletindo a moral estabelecida pelo grupo.

Nobert Elias (1994) afirma que o modelo de sociedade em que vivemos nasceu pelo entrelaçamento de impulsos emocionais e racionais, planos e ações cujo resultado não são previamente conhecidos e cujas mudanças conduzem o mundo para uma ordem que não pode ter sido planejada por uma única pessoa ou um único grupo. Esse entrelaçamento funciona como uma teia de ações, e na medida em que alguém sintoniza sua conduta com a de outras pessoas, essa teia vai assumindo uma organização mais rigorosa, a fim de que cada indivíduo desempenhe uma função social específica.

Elias (1994) entende que, com o passar dos anos, o capitalismo altamente competitivo intensificou o processo de especificidade de funções, diferenciando-as umas das outras, gerando uma necessidade cada vez maior nos indivíduos de desempenharem ações específicas. Por conseguinte, esses indivíduos se viram obrigados a regular sua conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. A teia se tornou mais extensa e mais complexa, aumentando o esforço necessário para a manutenção do comportamento considerado correto perante a sociedade, desde os primeiros anos de vida.

Aqueles que não conseguem atingir a conduta esperada dentro da teia de ações e adquirem comportamentos que desrespeitam as regras sociais são chamados por Elias (1994) e Becker (2008) de “*outsiders*”, e esses comportamentos, classificados como desviantes. A primeira definição de desvio de Becker (2008) destaca: tudo aquilo que foge muito à média de um coletivo pode ser evidenciado como doença, algo mais complexo, tendo em vista a dificuldade de se definir *a priori* o comportamento saudável (BECKER, 2008). Em relação ao uso de drogas, o comportamento considerado saudável pela ideologia proibicionista é a completa abstinência do consumo de substâncias psicoativas pelos indivíduos. Entretanto, a categoria de uso recreativo e/ou ocasional que surgiu nas últimas décadas vem sendo mais amplamente estudada, fazendo com que a visão hegemônica de saúde, que designa a abstinência como única forma totalmente saudável de se relacionar com as drogas, seja questionada. Isso não significa que o uso de drogas não se apresente como risco para a saúde, principalmente quando não controlado, mas apenas adota um olhar mais global para o conceito de saúde que ultrapassa a

simples ausência de doenças e considera o bem-estar físico, mental, social e emocional dos indivíduos. Adiante o uso recreativo será mais bem discutido.

Voltando aos comportamentos desviantes, seguindo o pensamento de Becker (2008), as regras podem ser mantidas por meio de leis, nesse caso, com o apoio do poder de polícia do Estado, ou apenas mediante tradições. A principal diferença da sociedade atual, no que tange às substâncias, são os novos mecanismos de controle desenvolvidos, muito mais ferrenhos que os antigos (AUDIKANA, 2015).

Em uma época em que o racionalismo ainda permanece em alta, a ciência pode ser considerada um desses mecanismos. No senso comum, as afirmações científicas continuam sendo sinônimo de credibilidade, constituindo uma ferramenta ideológica potente para a classificação de comportamentos corretos e incorretos. As influências dessa fé exagerada persistem e boa parte da população confere à ciência o *status* de verdade absoluta (BAUMAN, 1999), e muito embora a própria comunidade científica considere fracassado o seja o cientificismo, nota-se um descompasso entre a realidade e sua imagem perante o público. Esse descompasso talvez permaneça pelo fato de que os poderes políticos democráticos necessitam de um conhecimento que garanta a neutralidade ao público, exercendo um poder de forma mais sutil do que antigos impérios e monarquias, e em última instância incentivando uma sociedade cada vez mais racional para justificar sua forma de organização (CHRÉTIEN, 1994).

O racionalismo também é utilizado como parte da justificativa do julgamento moral da sociedade do uso excessivo de substâncias psicoativas, ou até o mesmo do uso recreativo de substâncias ilícitas. Ao fortalecer, no senso comum, o entendimento de que todas as ações humanas se dão de forma racional, presume o uso de qualquer substância, exagerado ou não, estando o indivíduo consciente dos resultados esperados. Dessa forma, o indivíduo que desenvolve qualquer tipo de problema relacionado ao consumo de drogas é responsável por seus atos, pois conhece previamente os efeitos. Obviamente entendemos o poder de escolha de cada indivíduo, e grande parte do caminho de cada na vida é resultado dessas escolhas, mas nem todas as decisões humanas são tomadas com base na esfera cognitiva, metodicamente. Além disso, ninguém está isento das influências emocionais, sensoriais e do meio, importantes demarcadores da formação do indivíduo e do seu comportamento.

Paradoxalmente, os saberes científicos não pesam muito na determinação das regras sociais que diferenciam drogas legais de ilegais, pois tais regras são eminentemente fruto de questões histórico-culturais e políticas. Assim, mesmo que substâncias consideradas lícitas sejam capazes de causar alterações na percepção, no humor e na consciência, e ainda provocar dependência pelo uso prolongado, com efeitos no organismo semelhantes aos causados por drogas ilícitas, não são juridicamente classificadas como entorpecentes (MOTA *et al*, 2013).

Para Becker (2008), o que é considerado desviante continuará segregado até que se adapte novamente ao formato da maioria. Contudo, é curioso notar que as substâncias capazes de alterar os estados de psique humana, como já frisado anteriormente, são consumidas há milhares de anos, que faz com que o hábito de consumir drogas não seja uma exceção na história do homem. Apesar do consumo de drogas poder ser considerado apenas mais um comportamento humano, o uso de algumas delas ainda é menor do que a população em geral e tratado como desviante.

A análise de Elias e Scotson (2000) auxilia no entendimento do motivo de certos comportamentos, mesmo que adotados por parcela significativa da população, poderem ser considerados errados pela regra social vigente. Basicamente os padrões de conduta são estipulados pelo grupo dos estabelecidos, aqueles indivíduos que detêm o poder e, portanto, têm interesse na manutenção da ordem já imposta, nem sempre expressando o desejo da maioria e normalmente utilizando sua posição socialmente privilegiada para imputar estigmas a grupos de *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

> Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer [...]. Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23)

Esses autores não se referiam a um comportamento específico, apenas analisavam em geral como os grupos dominantes ditam as regras e se certificam de criar medidas de segregação dos *outsiders*. É possível utilizar essas ideias para uma aproximação com o consumo de drogas e os grupos estigmatizados por esse comportamento.

Apesar da ampla difusão do consumo de substâncias psicoativas na população ocidental em diferentes contextos, percebe-se claramente a diferenciação do olhar público de determinados usuários e substâncias. É o olhar diferenciado e estigmatizado que mantém como *outsiders* consumidores de substâncias não "aceitas" socialmente. Assim, mesmo que o álcool e a maconha, por exemplo, sejam substâncias psicoativas, por um conjunto de arranjos sociais marcados pela disputa de poder e controle, o consumo da primeira substância é aceito e estimulado, e o da segunda é reprimido em diversos países.

Não se pretende aqui fazer propaganda ou criticar o uso de nenhuma substância. Obviamente tanto o álcool em excesso quanto o a maconha em demasia podem prejudicar a saúde. Objetiva-se, antes, demonstrar apenas como o tratamento conferido pelos estabelecidos ao consumo de determinadas substâncias ou práticas difere do tratamento a outras substâncias, socialmente reprovadas. Mediante mecanismos de controle moral, os estabelecidos acabam por mascarar a realidade e tratar como desviantes apenas alguns grupos de usuários, não em função dos usos, mas da posição social que ocupam e do poder de voz que alcançam nos jogos de poder sociais.

A estigmatização encontra partidários mesmo no grupo de *outsiders*. Com certa frequência, indivíduos marginalizados interiorizam o julgamento a eles conferido, assumindo a autoimagem de inferioridade e desonra. Com ajuda de outros mecanismos, a autoimagem estigmatizada contribui para a manutenção das relações de poder. Exemplo disso é que, quando a diferença de poder entre os grupos é muito discrepante, os *outsiders*, mesmo muitos coesos, não conseguem imputar estigmas aos estabelecidos. O grupo inferior tende a se avaliar sob a ótica dos estabelecidos, tomando para si como verdade a visão estigmatizada que lhes é conferida (ELIAS; SCOTSON, 2000). Nota-se tal comportamento em dependentes químicos. Julgados como seres humanos inferiores, desprovidos de caráter e autocontrole, interiorizam essas características, mesmo não sendo verdade, fortalecendo um processo de retroalimentação do vício.

Fernandes (2009) entende a demarcação de comportamentos de desvio de forma a complementar essa discussão. O capitalismo avançado das sociedades pós-industriais passa por um momento de crise no sistema jurídico, ou seja, na formulação de regras, o que o autor denomina erosão da norma ou, difração da

norma, expressão que busca retirar o caráter simplista dicotômico de norma-desvio, lícito-ilícito, norma-transgressão e normal-patológico. Como denota Becker (2008), toda vida em grupo pressupõe a criação de regras de conduta. Para Fernandes (2009) a regulamentação normativa da modernidade pode ser constatada no estabelecimento de penas para delitos, no crescimento progressivo de instituições de correção de desvios (manicômios, prisões e casas de correção infanto-juvenis) e na criação de instrumentos de docilização dos corpos (escolas e ensino em massa). O próprio modelo de saúde médico-hospitalar demonstra o controle do corpo dos indivíduos, potencializado a partir de vigilância e regulamentação.

Entretanto, novas e imprevisíveis ameaças surgiram nos últimos 30 anos, como catástrofes ambientais mais frequentes, mais atentados terroristas e crescimento irrefreável da criminalidade nos grandes centros urbanos. Essas ameaças não podem ser reparadas pelo antigo modelo de regulamentação tradicional. Esse quadro exigiu novas formas de controle. Diante do novo modelo de ameaças, formou-se uma comunidade de vítimas, que, tomada pelo sentimento de insegurança, volta a legitimar práticas policiais baseadas no discurso moral, contudo com uma diferença fundamental: o individualismo contemporâneo faz o indivíduo seguir regulamentos e interdições que exigem a prestação de contas não mais a um sujeito moral abstrato, mas a si próprio (FERNANDES, 2009).

2.3 RELAÇÃO HOMEM X CONSUMO E OS CONTEXTOS DE LAZER

A discussão conduzida até aqui ganha força com Le Breton (2009), Lipovetsky (2007), Espinheira (2004) e Pallarés Gómez (2004), dentre outros autores que analisam o contexto de consumo e sua relação com o lazer. Não só a categorização social e a classificação jurídica dadas às drogas devem ser estudadas em função das características de sociedade e da cultura atuais, mas também a relação do homem com o corpo e com o consumo. Essa relação demonstra a individualização e expressa a individualidade da contemporaneidade, reforçando a busca de sensações e experiências únicas e diversificadas (LE BRETON, 2009).

Para Gilles Lipovetsky (2007), o mundo vive uma nova fase do capitalismo, classificada por esse autor como hiperconsumista e marcada por diversos paradoxos. O primeiro deles é que o consumidor está cada vez mais livre e

informado sobre os produtos, com um leque maior de opções de escolha e a possibilidade de buscar a melhor relação entre custo e benefício nas compras. Todavia, apesar de se sentir livre, o consumidor depende cada vez mais do sistema mercantil. O autor explica esse fato ao entender que, acompanhando a individualização, a gama de mercados e serviços específicos, que atuam sob a lógica da opção e da personalização, tem crescido, ampliando ainda mais a mercantilização dos modos de vida e provocando a multiplicação de referenciais, processo que gera maior responsabilização do indivíduo ao fazer julgamentos de si. Por essa razão os sujeitos sentem a necessidade de consumir produtos publicamente reconhecidos como de qualidade, por meio da exaltação das marcas e grifes.

Produtos tecnológicos como celulares, automóveis, computadores, etc. estão disponíveis a uma parcela da população que antes dificilmente conseguiria acesso a esse tipo de bem. O número de prateleiras em lojas e supermercados aumentou não só para esses produtos, mas até mesmo para os mais básicos, como roupas e alimentos. Com tantas opções no mercado, o consumidor baseia suas escolhas na imagem das marcas, o que significa que, quanto mais o comprador se vê em situação de autoadministração, maior é a regulação externa do mercado (LIPOVETSKY, 2007).

Estimulados ao consumo desenfreado e compulsivo, os consumidores atuais não se limitam à aquisição de mercadorias, almejando também o conforto psíquico, da maneira mais fácil e rápida possível, o que faz da felicidade interior uma mercadoria. Os indivíduos deste tempo, narcísicos e hedônicos, estão abertos a mais experiências de prazer, são pouco acostumados ao sacrifício e à renúncia à própria satisfação (ESPINHEIRA, 2004).

Diferente do início do capitalismo, os bens lentamente vão deixando de significar *status* e espera-se deles maior independência, novas sensações, qualidade de vida, conservação da juventude e saúde. A extensão da longevidade e a existência de um público maior com mais tempo disponível para o lazer contribuem para que a valorização da posse de bens seja substituída pela criação de “necessidades artificiais” (LIPOVETSKY, 2007), não mais apenas de coisas, mas principalmente de experiências. O entretenimento e o lazer seguem as tendências das sociedades humanas e ocupam, nesse modelo hedônico, lugar de destaque,

incorporados pelo mercado e pautados também por critérios de consumo que engendraram uma potente indústria voltada ao prazer e à busca constante de sensações inéditas, com importante papel na criação de critérios de estilo de vida (HENRIQUES, 2003).

O estado atual de consumismo extrapolou a ideia de acúmulo de bens, objetos e valores, e se voltou primordialmente para o consumo de signos e imagens, contribuindo para a formação de uma espécie de mundo irreal, onde é cada vez mais difícil distinguir o concreto do imaginário. Esse processo, conhecido como estetização da vida, prioriza o estilo, com a busca constante de novas modas, sensações e experiências, promovendo mudanças nos conceitos de vida e nas culturas urbanas, alterando também estruturas e relações sociais, com maior propagação dos estilos de vida atrelados a momentos de lazer (FEATHERSTONE, 1995).

A transformação das cidades em centros de consumo, com popularizadas atividades de lazer, muda a lógica das transações de compra e venda, antes pautadas por um racionalismo mais claro, e as converte em atividades culturais de lazer. A compra precisa se tornar experiência (FEATHERSTONE, 1995). Isso significa que um bem ou serviço não visa mais sanar uma necessidade objetiva real, como o casaco para se agasalhar, mas uma necessidade imaginária de bem-estar que determinado casaco pode causar pela imagem a ele vinculada, representada por sua marca.

As drogas, produto oferecido pelo mercado mundial, se encaixam perfeitamente num mundo sedento de novas experiências, proporcionando novas sensações e “bem-estar” momentâneo, de maneira eficiente e rápida. Para Bergeron (2012) o uso compulsivo pode levar à toxicomania,[4] porta de entrada para a dependência, a criminalidade e a marginalidade. Esse olhar simplista demoniza apenas determinadas substâncias e seus usuários, não considerando o tipo de consumo praticado e toda a complexidade do fenômeno.

Becoña (1999) não só atrela o abuso ao uso continuado de psicoativos, como considera abuso apenas o uso contínuo que começa a gerar consequências

[4] Toxicologia – ramo da medicina que estuda a composição e os efeitos das substâncias tóxicas e dos venenos e trata intoxicações e envenenamentos. Toxicomania – uso compulsivo de substâncias que atuam sobre o psiquismo, como o álcool e as drogas.

negativas ao indivíduo. É uma definição mais ampla desse termo, pois não condiciona o abuso ao uso continuado, entendendo-o como uma relação com a droga que, pela quantidade, frequência e condição física, psíquica e social do sujeito, pode causar resultados negativos, ligando o abuso a circunstâncias de uso (AUDIKANA, 2015).

A saúde pública e a epidemiologia dividem os usos em função da frequência de consumo: uso na vida, no ano, no mês, frequente, pesado, abusivo e dependência. Destacam-se o uso na vida – qualquer uso, pelo menos uma única vez, durante toda a vida, mesmo que só experimental; o uso abusivo – qualquer uso que tenha acarretado algum dano físico ou mental real ao usuário, mas que ainda não possibilita classificá-lo como dependente; e dependência – sinais e sintomas que determinam que o indivíduo depende de determinada substância (BRASIL, 2014).

Pela própria classificação epidemiológica, percebe-se uma grande faixa entre o primeiro uso (experimental) e a dependência. Esse caminho não é necessariamente trilhado na mesma direção: diversos indivíduos descontinuam sua carreira de consumidor de substâncias após os primeiros usos. Usuários podem desenvolver um padrão de uso frequente, na maioria, recreativo, sem que esse uso signifique dependência. Para Audikana, é o mau uso da droga que pode vir a gerar problemas (AUDIKANA, 2015). Não trataremos, neste trabalho, de aspectos genéticos e biológicos influenciadores do consumo de substâncias psicoativas, mas deve-se ter em mente a categorização dos usos, ao estudar questões relacionadas às drogas.

O uso recreativo é bastante presente no contexto de lazer juvenil. Em termos gerais, engloba o uso de variadas substâncias de preços diversificados, diferentes efeitos no organismo e praticado por diferentes atores. Contudo, uma característica muito forte aproxima todos esses coletivos, constituindo-os como grupo único. O consumo majoritariamente efetivado em espaços de lazer noturno e de finais de semana é uma tendência percebida sobretudo entre jovens de países industrializados, num panorama de popularização e banalização do uso de psicoativos que justifica a criação de uma categoria de classificação de uso intitulada recreativa. A prática de diversão noturna aliada ao consumo de drogas se tornou uma forma de lazer praticamente hegemônica para a juventude, e as substâncias

não são importantes apenas pelos efeitos orgânicos e psíquicos, mas também por contribuírem para a lógica consumista de diversão de fim de semana. (CALAFAT; JUAN, 2003).

Na relação atual estabelecida com a droga, de acordo com Romera (2014), o lazer desempenha, no aprofundamento das questões de consumo, papéis fundamentais, dos quais dois são apresentados: a vivência do lazer, principalmente por jovens, em eventos noturnos, considerando-se alguns desses espaços como notadamente marcados pela presença das drogas; e o lazer como *locus* de estudo do uso de substâncias psicoativas.

O lazer noturno, entendido como fenômeno social, consolidou-se na década de 1980 e se difundiu rapidamente entre o público jovem. O uso de álcool e outras drogas seguiu a nova forma de ocupação do tempo livre, ocorrendo principalmente nos finais de semana e associado a momentos de diversão (GONZÁLEZ; BUENO, 2003), marcados pelo hedonismo e pela busca de afirmação, integração e comunicação (HENRIQUES, 2003). O consumo de apenas uma única substância praticamente desapareceu e o policonsumo, ligado muito mais à sociabilidade e à recreação, ganhou destaque.

A escolha do período noturno para o lazer pela juventude demonstra uma alternativa à lógica do trabalho, predominantemente diurno, um escape das obrigações quotidianas e uma forma de demonstrar independência do seio familiar. Quando associado ao consumo de substâncias psicoativas, esse lazer ainda é acrescido do interesse em atingir estados mais elevados de bem-estar e em melhorar a capacidade de comunicação, quebrando inibições (HENRIQUES, 2003).

2.4 CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS DE CONSUMO

Apesar de o uso recreativo e ocasional, ligado principalmente a momentos de lazer, ser bastante comum nos dias de hoje, a padronização do consumo de substâncias psicoativas como comportamento desviante trata o tema das drogas de maneira reducionista, compreendendo de forma homogênea os usos e contribuindo para o olhar preconceituoso que fortalece no imaginário social a visão de que o “mundo das drogas” é a raiz de diversas mazelas sociais, com alta possibilidade de vícios, marginalidade e criminalidade (ROMERA, 2014).

A despeito desse olhar homogeinista do senso comum, as características dos usos e dos usuários são diversificadas. Espinheira (2004) alerta para a heterogeneidade social e cultural dos usuários. As variações são enormes, tornando-se impossível produzir equivalências generalizantes quanto aos usos e seus adeptos. Essas equivalências só serviram até aqui para mascarar a realidade e desviar o foco da situação. O mercado se encarrega da própria regulação e democratiza os produtos, em função de sua qualidade, sofisticação e, principalmente, preço. Assim, a mesma substância, o álcool, é vendida como cachaça para camadas mais populares, e como *whisky* importado para quem dispõe de melhores condições financeiras. O mesmo ocorre com as drogas ilegais, com semelhante hierarquização de produtos, mediante diferentes preços e qualidades, segundo o grau de pureza das substâncias. O que Espinheira (2004) afirma é a impossibilidade de análise desses dois consumos da mesma maneira, praticados por grupos de camadas sociais diferentes, em contextos distintos.

Se os produtos são hierarquizados, os consumidores também o são. Moradores de rua usuários de *crack* em locais popularmente conhecidos no Brasil como "cracolândias"[5] são vistos como subumanos e desvalorizados até mesmo pelos traficantes que os têm como clientes (ESPINHEIRA, 2004). Em contrapartida, usuários de outras drogas, mesmo ilícitas, apesar de ainda vistos pela ótica moralista, são tratados diferentemente pela sociedade, como os adeptos do *ecstasy*, consumido predominantemente por membros da classe média e alta em festas de música eletrônica (BAPTISTA *et al*., 2002; HENRIQUES, 2003).

Se a individualidade de cada usuário de drogas não permite a homogeneização, as formas e contextos de uso permitem agrupamentos (ESPINHEIRA, 2004). O primeiro deles é bem amplo e diz respeito à juventude, período da vida de altos índices de consumo atrelados majoritariamente a uma cultura de lazer manifestada em festas e encontros durante os finais de semana. A associação da juventude com as drogas, discurso construído pelo modelo médico-psicológico em torno do dependente juvenil, culpabiliza os estilos juvenis, que afrontam a ordem adulta, sendo a droga uma espécie de catalisador do processo de rebeldia (FERNANDES, 2012).

[5] Denominação coloquialmente dada a locais, principalmente nas grandes cidades brasileiras, onde existe grande concentração de indivíduos consumindo *crack* (ALVES, 2015).

De acordo com Joan Gomez (2004), a partir da década de 1960 surgiram vários movimentos com protagonismo jovem, como o ecologismo, o feminismo, o antimilitarismo, etc., fortalecendo na sociedade a cultura jovem. Paralelamente a isso, cresceram os esforços de repressão às drogas, que se não conseguiram acabar com o uso, contribuíram para mudar os tipos de substâncias e de usuários. O fenômeno de afirmação da juventude, atrelado a outras mudanças no mundo em geral, trouxe diferentes consequências, com destaque para o fim do modelo patriarcal mais rígido, maior flexibilidade dos processos de socialização, ambivalência dos discursos sociais sobre os jovens, crescente espaço para os jovens nos meios de comunicação e forte marca no imaginário social do uso de drogas pela juventude, imagem propagada principalmente por comportamentos da contracultura jovem norte-americana dos anos 1960 (GÓMEZ, 2004).

Mesmo que o consumo de qualquer substância seja um evento multifatorial, sendo impossível determinar a causa única da adoção de qualquer padrão de uso (ocasional, recreativo ou abusivo), percebe-se, em certos espaços, a aceitação do uso de algumas substâncias pela sociedade, e que para determinados grupos a presença de substâncias psicoativas demarca a identidade e fomenta a sociabilidade. Os momentos de lazer estão ligados ao consumo de substâncias psicoativas e o estilo desse lazer, por vezes, caracteriza o grupo e as substâncias utilizadas.

De acordo com Calafat e Juan (2003), as atividades de diversão mudam de acordo com o consumo. Cada grupo busca espaços onde entende poder se conectar melhor com os amigos e com o ambiente. Atualmente essas escolhas são bastante influenciadas pelo consumismo. Consumidores procuram contextos em que o consumo faz parte da lógica do local, onde música e dança se combinam com os efeitos dos psicoativos e as ações e atitudes da maioria atingem padrão semelhante.

A seguir serão mostrados contextos em que se nota a presença mais visível e acentuada do consumo de determinadas substâncias. Alguns autores, como Bergeron (2012), dividem os consumos em dois grandes grupos, atrelados a dois contextos opostos. O primeiro está presente nas camadas mais populares, composta por indivíduos à margem da sociedade; o segundo é típico de uma parcela social economicamente mais elevada, e mais diretamente ligado aos períodos de lazer noturno. Exemplo claro desses ambientes opostos é o uso de *ecstasy* em festas

noturnas conhecidas como baladas pelos jovens de classe média e alta do Brasil, em contraste com o uso do *crack* nas ruas das grandes cidades.

Por fim, será brevemente discutido o uso de álcool, com alguns números do consumo que foge à classificação de Bergeron, mencionada anteriormente, e ocupa lugar de destaque em todas as camadas sociais.

2.4.1 A cena das baladas eletrônicas

A propagação do uso de drogas sintéticas, substâncias sintetizadas em laboratório, *a priori* utilizadas com fins terapêuticos e medicinais (BAPTISTA; NAPO; CARLINI, 2002), está ligada a festas e festivais de música eletrônica. Henriques (2003) chama a atenção para esse contexto de lazer em que se observa um conjunto de substâncias de consumo recreativo mais visível, principalmente do *ecstasy*. Atualmente proibida, essa substância é um derivado anfetamínico chamado 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), que, além de alterar a percepção da realidade, causa agitação, euforia, melhora na relação com outras pessoas, sensação de bem-estar e desejo de se comunicar (BAPTISTA; NAPO; CARLINI, 2002).

O bem-estar momentâneo e a euforia causados pelo uso recreativo de MDMA disseminaram seu consumo entre a juventude. Foi no final da década de 1980, em Ibiza, Espanha, que surgiu a cena musical originária da cultura *dance*. Esse movimento foi marcado pela aceitação e busca da diversidade e por seu caráter hedonista, acompanhado da música eletrônica e do consumo de *ecstasy* pela juventude frequentadora desse tipo de festival. Rapidamente a associação entre batida *techno* e *ecstasy* se espalhou pelo mundo, com o surgimento das festas *rave*[6] (BAPTISTA; NAPO; CARLINI, 2002).

Apesar de melhorar a capacidade de comunicação e causar sensação de bem-estar, o *ecstasy* exibe uma lista de efeitos adversos, como taquicardia, hipertemia fulminante, problemas hepáticos, síndrome do pânico, degradação de neurônios, depressão e perdas cognitivas, entre outros. Além disso, indivíduos que consomem habitualmente essa substância normalmente utilizam concomitantemente

[6] Festas de música eletrônica que chegam a durar mais de um dia, reconhecidas pelo alto consumo de *ecstasy* e outras drogas.

outros psicoativos, comportamento chamado de policonsumo. De acordo com levantamentos europeus do início dos anos 2000 (HENRIQUES, 2003), indivíduos que frequentam festas eletrônicas normalmente apresentam maiores índices de policonsumo ou poliuso. O uso desses indivíduos normalmente se concentra nos momentos de lazer noturno, durante os finais de semana, em momentos considerados de diversão, o que demonstra o caráter recreativo que conferem ao uso dessas substâncias. Esses grupos surgiram na Europa e se espalharam pelo resto do mundo, constituindo-se principalmente de jovens com boas condições financeiras (HENRIQUES, 2003).

No Brasil o fenômeno se repete. Dados demográficos do público que frequenta esses ambientes e consome *ecstasy* apontam para jovens com idade entre 19 e 33 anos, predominantemente de classe média ou média/alta, com ensino médio completo, graduados ou cursando alguma faculdade e inseridos no mercado de trabalho, geralmente poliusuários de drogas (BAPTISTA *et al.*, 2002).

As características compartilhadas pelos usuários de *ecstasy* não os tornam iguais. Todavia, evidenciam um padrão de uso comum justificado pelo hedonismo exacerbado de um público, na maioria, detentor de boas condições financeiras, educação de qualidade e acesso a diversas formas de lazer.

2.4.2 A cena do crack

Em contrapartida ao uso de drogas sintéticas, o uso do *crack* é marcado, por ser mais visível entre indivíduos de baixa renda, em grupos de populações mais exploradas, que sofrem mais intensamente a discriminação racial e a segregação social (BOURGOIS, 2004). A maior vulnerabilidade social não é o fator que determina a adoção do *crack* como substância para consumo, mas nota-se, na hierarquização dos produtos, apresentada ao longo deste texto, que os grupos mais marcantes de usuários de *crack* ocupam a camada menos favorecida da sociedade, sendo seu consumo atrelado, na maioria, a camadas extremamente pobres da sociedade.

No Brasil, os espaços públicos de uso de *crack*, as chamadas cracolândias, são motivo de preocupação da população em geral, tema de destaque em campanhas políticas e alvo de operações em conjunto entre polícia, justiça e prefeituras. Pelo apelo midiático criado ao redor desse grupo de usuários, a imagem

do consumidor de *crack*, repleta de informações infundadas, é comparada à do morto-vivo, disseminando-se a ideia de que um único contato leva ao uso compulsivo, configurando, portanto, um caminho sem volta (ALVES, 2015). Ygor Alves (2015), ao analisar o contexto social e os craqueiros[7] na cidade de São Paulo, demonstra a importância do contexto de vulnerabilidade social – marcado pela ausência de políticas públicas, violência, criminalidade, negação de direitos e oportunidades – no padrão intenso de consumo de *crack*.

Bourgois (2004) analisa o uso de crack na cidade de Nova Iorque desde os primeiros relatos de consumo elevado, em meados de 1985, e também aponta as baixas condições sociais como característica marcante comum entre os usuários de *crack*. Segundo esse autor, é nítido que a maioria desses indivíduos vive em contextos de exclusão social.

2.4.3 A democracia do álcool

A substância considerada a mais democrática em todo o mundo, por atingir diferentes setores, faixas etárias e grupos sociais, é o álcool. O consumo de bebidas alcoólicas se apresenta nos mais variados contextos, juvenis ou adultos.

O álcool já era culturalmente aceito desde antes da Revolução Agrícola Industrial. Contudo, as bebidas alcoólicas eram produzidas em baixa escala, limitando-se à produção de alguns vinhos e bebidas fermentadas, e o consumo era incorporado à dieta alimentícia de diversas civilizações. Após a Revolução Industrial, o acesso às bebidas aumentou significativamente e o consumo se intensificou, a ponto de se afirmar a existência de um fenômeno generalizado de alcoolismo (AUDIKANA, 2015).

O Relatório Global sobre Álcool e Saúde da Organização Mundial de Saúde de 2014 mostra que se consomem bebidas alcoólicas em quase todos os países do mundo, estimando-se que indivíduos com mais de 15 anos consumam 15,1 litros de álcool puro por ano. Além da quantidade consumida, o padrão de uso no caso brasileiro é o que mais preocupa. Segundo esse relatório, o uso pesado e episódico, com cerca de cinco doses ou mais em uma única ocasião, conhecido como *binge drink*, é praticado por 22% dos bebedores brasileiros (OMS, 2014). O Levantamento Domiciliar (CEBRID[8], 2005) estima em 12,3%, o percentual de dependentes de

[7] Assim são popularmente conhecidos os usuários de *crack* que ocupam a cracolândia.
[8] Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

álcool no Brasil, sendo essa, de longe, a droga mais consumida, apesar do constante aumento do uso de maconha nos últimos anos. Em todas as regiões observaram-se mais dependentes de álcool do sexo masculino, na proporção de três homens para cada mulher. Na faixa etária de 12 a 18 anos, a estimativa de dependentes de álcool na pesquisa domiciliar foi de 5,2%. Informações mais recentes, do II Levantamento Nacional de Álcool e Outras Drogas[9], reafirmam o avanço no número de usuários de diversas substâncias, e em especial, o aumento de todos os tipos de consumo de álcool, em todas as faixas etárias e em diferentes contextos socioeconômicos.

Em meio à juventude, o fenômeno mais alarmante em relação ao álcool é diferentemente nomeado ao redor do mundo. Na Espanha, é conhecido como Botellón, termo equiparado a “balada” no Brasil. Trata-se de uma reunião massiva de jovens entre 16 e 24 anos em locais abertos e de livre acesso, com prévia compra de bebidas, seguindo a tendência mundial do trinômio juventude-noite-bebida (BAIGORRI; CHAVES CARRILLO, 2006).

Em suma, o consumo de álcool ocupa variados contextos e está presente em quase todos os ambientes sociais, fazendo dessa droga a principal substância psicoativa consumida.

De maneira direta, pode-se afirmar que o consumo de drogas ilícitas é tão normal quanto a insegurança, a criminalidade, e outros elementos definidos por Fernandes (2009) como constitutivos da sociedade de risco atual. Esse fenômeno se tornou uma preocupação social de maior relevância nas últimas décadas, com o aumento do número de usuários e dos consequentes problemas relacionados à dependência (BECOÑA *et al*., 2012). O debate acadêmico sobre os problemas do consumo de drogas ganhou força, principalmente a partir do aumento do consumo nos grandes centros urbanos da Europa, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, pelas consequências negativas do uso abusivo e pela relação com os comportamentos de risco dos usuários, além de outros problemas sociais oriundos do uso excessivo (ESPADA *et al.*, 2008).

Nesse contexto, o abuso de substâncias psicoativas se torna uma preocupação social importante, com o surgimento de vários programas de prevenção no intuito de amenizar os problemas advindos do uso indiscriminado de

[9] Levantamento feito pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas, em 2012.

substâncias psicoativas (CUJIPERS, 2003). No capítulo a seguir serão destacados os fatores de risco e de proteção que podem contribuir para a formulação e o aprimoramento de programas de prevenção contra o consumo excessivo de psicoativos.

3 CAPÍTULO 2 – FATORES DE PROTEÇÃO E DE RISCO

Este capítulo faz um levantamento de literatura dos fatores de proteção e de risco no uso de substâncias psicoativas. Para tanto, primeiramente será necessário estabelecer um panorama geral do resultado dos estudos da área, como proteção e risco do uso excessivo dessas substâncias. Em seguida, discutiremos a relação entre as atividades extraescolares e o consumo de drogas, bem como a relação entre repertório de lazer e consumo. Como demonstrado no capítulo anterior, apesar dos esforços proibicionistas e do aumento no número de projetos de prevenção, os últimos relatórios mundiais do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) continuam mostrando uma tendência de elevação dos níveis de consumo (UNODC, 2017).

Primeiramente é preciso entender os conceitos de fatores de proteção e de risco que utilizaremos para debater o assunto. O termo “fatores de risco” pode ser entendido como o conjunto de condições associadas à maior probabilidade de resultados negativos à saúde, ao bem-estar e ao desempenho social (SCHENKER; MINAYO, 2005). Com relação ás drogas são: condições individuais, situações ou contextos que tornam as pessoas mais vulneráveis, aumentando as chances de uso e/ou abuso de substâncias (AUDIKANA, 2015).

Basicamente entendemos como fatores de risco as características, condições, situações, contextos ou circunstâncias em que é possível notar uma proporção maior de indivíduos que desenvolvem um padrão de consumo excessivo de qualquer substância psicoativa, lícita ou ilícita, e que, portanto, podem indicar maior probabilidade de abuso.

De modo contrário, o termo “fatores de proteção” refere-se a condições estabelecidas para o desenvolvimento e fortalecimento dos indivíduos, com ênfase nos elementos positivos que os fortalecem na travessia de adversidades sem que criem um comportamento nocivo à sua saúde (SCHENKER; MINAYO, 2005). Logo, os fatores de proteção em relação às drogas é o conjunto de características comuns entre indivíduos que não desenvolveram padrão excessivo de consumo de psicoativos, sejam essas características individuais, socioculturais, provenientes do contexto em que estão inseridos ou da sua história de vida.

Fatores de risco e proteção não se excluem mutuamente. Ambos estão presentes de maneira concomitante no cotidiano, de modo que um fator de proteção pode servir para amenizar uma grande exposição a riscos. Por esse motivo um

elemento considerado protetivo pode conferir diferentes níveis de proteção, de acordo com as características individuais e sociais. Isso significa que determinado fator de proteção pode ser eficiente contra o desencadeamento do uso excessivo para algumas pessoas e não ser suficiente para outras. Quem passa por circunstâncias de alta vulnerabilidade, ou seja, está exposto a mais situações adversas, pode ter maior necessidade de fatores de proteção (AUDIKANA, 2015).

Apesar de concordar com o entendimento de que alguns grupos podem estar mais expostos a riscos do que outros, Sodelli (2010) afirma que essa ideia contribui para a estigmatização. Por isso prefere desenvolver o conceito de “noção de vulnerabilidade”, substituindo o termo grupo de risco. A noção de vulnerabilidade parte da premissa de que o ser humano não é, mas está vulnerável sempre a algo, em níveis e formas diferentes, e em determinado espaço e tempo. Ou seja, os graus de vulnerabilidade mudam constantemente, portanto, todos devem trabalhar para reduzir a exposição à vulnerabilidade.

Certas classificações superam a visão estigmatizante da análise de grupos de risco e baseiam seu estudo em comportamentos, condutas e hábitos de risco adotados por cada indivíduo em separado. Elaborar essa análise pelo prisma dos comportamentos de risco acaba por depositar muita responsabilidade nas escolhas dos indivíduos, limitando a tomada de decisão à esfera cognitiva. A noção de vulnerabilidade compreende que mesmo sendo a espécie humana racional, nossos comportamentos e escolhas não são pautados apenas por essa lógica, ultrapassando os aspectos puramente cognitivos e sendo influenciadas por outros fatores contextuais, sociais e emocionais (SODELLI, 2010).

A noção de vulnerabilidade confere uma visão mais abrangente para programas de prevenção ao uso de drogas. Entretanto, escolhemos como referencial básico para este estudo trabalhos acadêmicos majoritariamente norteados pela lógica dualista entre fatores de risco e de proteção, por ser o referencial mais utilizado na área e por entendermos que, ao discutir fatores de proteção, poderemos consequentemente contribuir para ações redutoras de vulnerabilidade. Por se tratar de questão que envolve a subjetividade das escolhas humanas, obviamente não existe fórmula matemática capaz de equilibrar fatores de risco e de proteção, e impedir que comportamentos não saudáveis de consumo de drogas se tornem hábito. Respeitando a complexidade do tema e entendendo que o comportamento humano é multicausal, ou seja, causado por uma combinação de

fatores, reafirma-se a importância de conhecer e fortalecer os fatores de proteção, principalmente para o investimento na prevenção.

Quando se trata dos debates envolvendo o consumo excessivo de drogas, geralmente se destaca mais os fatores de risco. Nota-se esse enfoque em uma parte substancial das pesquisas (CARIA *et al.*, 2011; LIEBREGTS *et al.*, 2011; TAGLIANTI *et al.*, 2009) dirigidas prioritariamente ao comportamento dos usuários e dependentes químicos, com a preocupação de descobrir quais motivações conduzem o indivíduo ao uso. Os estudos que priorizam o trato da questão das drogas pelo enfoque dos fatores de risco têm na essência o objetivo de investigar as razões que levam à aquisição de algum padrão de consumo de drogas, ou seja, investigam os fatores de risco a esse consumo. Essa detecção gerou análises que despendem pouca atenção aos fatores que podem servir de proteção contra o consumo de psicoativos, retardando seu desenvolvimento.

Para Davis e Spillman (2011), em algumas situações, fatores de risco dificilmente são modificáveis por agentes externos, pelas próprias condições complexas de vida que se apresentam. Todo tipo de prevenção esbarra em limitações que impedem que ela seja 100% eficaz. O agente comunitário, o professor, o recreador, o treinador ou quem quer que intente desenvolver qualquer tipo de prevenção contra o uso de drogas dificilmente conseguirá mudar situações como a condição social do indivíduo, a família na qual está inserido ou os ambientes que ele é obrigado a frequentar.

A ideia da prevenção pautada basicamente nos fatores de risco é simples: identificando-se as condições que conduzem mais frequentemente ao uso de drogas, o trabalho preventivo incidiria justamente sobre esses fatores, buscando sua eliminação ou amenização. Essa lógica de prevenção reproduz o proibicionismo, que busca eliminar o consumo de drogas atuando na diminuição da oferta, com a formulação de leis e códigos que proíbem a produção e o comércio desse tipo de substância; e na demanda, travando uma guerra contra as drogas e os usuários, utilizando a punição como a principal mensagem contra o uso.

Mas investir apenas contra os fatores de risco pode limitar o trabalho preventivo. Se determinada área da cidade fosse reconhecidamente famosa pelo alto consumo de substâncias ilícitas pelos jovens e adolescentes, habitar nessa região poderia ser considerado fator de risco para adolescentes ainda sem

experiência de uso de drogas, uma vez adotado o critério de grupos de risco. O mesmo pode ocorrer com indivíduos cuja família exiba modelos de comportamento considerados de risco, como o uso de drogas pelos pais. Nas duas situações a prevenção é incapaz de atingir diretamente o fator de risco, pois dificilmente poderá alterar o local de habitação, os hábitos da vizinhança ou a realidade do bairro. A hipótese levantada com esse exemplo é que a prevenção também dirigida ao desenvolvimento de fatores de proteção pode contribuir para o fortalecimento do indivíduo e fornecer instrumentos para que este consiga conviva com as situações de risco que não podem ser alteradas.

Os fatores de risco mais citados na literatura, ou seja, os mais encontrados em usuários excessivos de substâncias psicoativas, segundo Sanchez *et al*. (2005), são: uso de drogas pelos pais, falta de integração com atividades escolares, desestrutura familiar, violência doméstica e pressão de grupos de amigos, entre outros. Cumpre lembrar que a adoção de dado comportamento não tem causa exclusiva, é multifatorial, e vários elementos influenciam o uso ou não de determinada substância. O ambiente socioeconômico também desempenha papel importante no desenvolvimento dos jovens e no seu comportamento (CARIA *et al*., 2011).

Dirigir o olhar aos fatores de proteção pode servir para que estes sejam potencializados e estimulados (ARBEX, 2013) equilibrando a “balança” entre fatores risco e de proteção, e contribuindo para comportamentos menos nocivos no uso de substâncias psicoativas. Num olhar mais abrangente, aprofundar os conhecimentos dos fatores de proteção pode ajudar em programas mais eficientes de prevenção do abuso de drogas, razão pela qual esta pesquisa buscará enfocar melhor esses fatores.

3.1 FAMÍLIA

Alguns fatores de risco e de proteção são mais frequentes na literatura, demonstrando o quanto contribuem para a formação do indivíduo e o quanto influenciam nos hábitos humanos. O primeiro deles é a família, elemento citado nos artigos da área (ACOSTA; FERNANDÉZ; PILLON, 2011; COSTA *et al.*, 2012; PALAMAR; KIANG; HALKITIS, 2014; WU *et al*., 2014;) como influenciador do

comportamento de adolescentes, podendo representar risco ou proteção, dependendo das suas características (MACEDO *et al.*, 2014).

Estabelecer que a família pode ser fator de proteção ou de risco não significa que existem formatos de constituição familiar exemplares e infalíveis, muito menos que há apenas uma forma educação dos filhos no que tange ao desenvolvimento da relação nociva de consumo de drogas. O intuito deste texto é apresentar, à luz de pesquisas da área, características da dinâmica familiar que podem influenciar nos hábitos de consumo futuros.

No processo de crescimento e formação, a criança e/ ou adolescente tem na família o primeiro local de socialização, o que torna os pais ou responsáveis exemplos a ser seguidos. Esse é o motivo que faz do conhecimento do histórico de criação familiar ferramenta importante na busca das causas de comportamentos nocivos. Assim, nos lares em que ambos os pais são dependentes químicos, o uso de drogas pelos responsáveis pode ser naturalizado pelo adolescente, influenciando o início do consumo de substâncias e constituindo um importante fator de risco (MACEDO *et al.*, 2014).

O simples fato de ser criado por pais usuários excessivos de psicoativos é considerado por alguns autores (WONGTONGKAM *et al*., 2015; BADA *et al*., 2012; RUDOLPHA *et al*., 2011) como fator de risco, expondo a criança ou o adolescente a substâncias psicoativas desde a formação. Dois aspectos distintos devem ser levados em consideração na análise de pais usuários como fator de risco. O primeiro envolve aspectos fisiológicos que, embora não constituam o foco de nossa pesquisa, devem ser minimamente mencionados. Trata-se dos casos de consumo excessivo de psicoativos pelas mães durante a gestação. Esse consumo não determina infalivelmente o futuro consumo problemático da criança, mas é fator de risco relevante para seu crescimento e desenvolvimento (BADA *et al*., 2012).

O segundo aspecto diz respeito à permissividade dos pais ao uso de substâncias. Além de a exposição a usuários ser considerada fator de risco (PALAMAR, 2014), os autores que relacionam pais usuários de drogas a risco (WONGTONGKAM *et al*., 2015) (RUDOLPHA *et al*., 2011) tendem a acreditar que a formação por eles conduzida é mais permissiva. De fato, a permissividade é um importante fator de risco, mas pais não usuários podem ser tanto ou até mais permissivos que pais dependentes. Macedo *et al*. (2014) concordam que, apesar de

a bebida alcoólica ser consumida em ambientes familiares, algumas famílias mantêm certo tipo de vigilância, mantendo o controle para que os adolescentes não a experimentem. Nesse mesmo estudo, a permissividade no uso de álcool elevou o risco de consumo pelos adolescentes (MACEDO *et al.*, 2014).

Os estudos mencionados anteriormente (BADA *et al.*, 2012) (PALAMAR, 2014) (WONGTONGKAM *et al*., 2015) (RUDOLPHA *et al.*, 2011) (MACEDO *et al.*, 2014) partem do pressuposto de que o uso recreativo ou experimental já sejam fatores de risco, pois a própria iniciação pode desencadear o uso excessivo. Mesmo que isso não seja uma regra absoluta, ainda assim é possível perceber certo grau de moralismo nesses estudos, que buscam mais uma vez o ideal da abstinência completa.

Análises mais detalhadas e qualitativas devem considerar não apenas o consumo dos pais e familiares, mas sua relação com os psicoativos, e como tratam o assunto com os filhos. Contudo, a naturalização do consumo durante a formação do indivíduo deve ser levada em consideração, tendo em vista a transmissão de hábitos dos pais aos filhos.

A maneira como a família se relaciona entre si também é fator importante para a análise de hábitos futuros dos adolescentes. Em famílias mais afetivas, cuidadoras e de melhor comunicação é menor a tendência a comportamentos de risco (MACEDO *et al*., 2014).

Um estudo de revisão desenvolvido por Becoña *et al*. (2012) classificou o comportamento dos pais em três estilos distintos: autorizativo, autoritário e negligente. O negligente apresenta a maior probabilidade de adoção de comportamentos de risco pelos adolescentes, pela pouca proximidade entre pais e filhos, além do baixíssimo monitoramento e conhecimento das atividades dos filhos.

Em uma população de afro-americanos, Clark *et al*. (2011) constataram que famílias desaprovadoras do uso de drogas, com maior controle das atividades dos filhos e de melhor relação interpessoal formam adolescentes com maior recusa ou baixo consumo de álcool. A mesma pesquisa mostra que em famílias de baixo controle parental os adolescentes têm mais dificuldade de recusar doses de álcool, relatando maior consumo.

Em um questionário Survey aplicado por Davis *et al.* (2011), 199 estudantes entre 18 e 22 anos foram questionados quanto às principais razões de não usarem drogas. Uma das opções mais marcadas pelos jovens para explicar a abstinência foi

a desaprovação dos pais, o que indica como o monitoramento, a supervisão e a orientação dos pais, associados a um bom relacionamento, pode ser um fator de proteção importante para que não se consumam substâncias psicoativas. Isso mostra que a presença dos pais na vida de seus filhos, acompanhando seu crescimento, é crucial para a formação de opinião em situações futuras e para a adoção de hábitos e costumes, além de demonstrar que a sensação de se sentir importante e cuidado pelos pais constitui fator de proteção.

Em contrapartida, o comportamento antissocial dos pais e o consumo de álcool, tabaco e outras drogas por estes foi fortemente associado ao abuso de álcool e maconha pelos filhos, em uma amostra de adolescentes com média de 16 anos na cidade de Bangkok (WONGTONGKAM *et al.*, 2015). Além disso, conflitos familiares foram fortemente associados ao uso de maconha. A incapacidade de vislumbrar futuro diferente dos pais aparece como fator de risco para Costa *et al*. (2012) e o uso de substâncias por adolescentes foi significativamente associado ao crescimento em ambiente de violência familiar para Yi *et al.* (2011).

Os estudos mostram que, mesmo em diferentes culturas, a família é primordial para a formação do indivíduo e determina diretamente características individuais apresentadas ao longo de toda a vida.

Mousavi *et al*. (2014) corroboram a ideia de família como fator de proteção ao perceberem, numa amostra de estudantes entre 17 e 21 anos, a orientação dos pais, combinada com o apoio familiar e o bom relacionamento, como empecilhos ao uso de drogas entre adolescentes. Em geral, as relações familiares são percebidas como fator protetor, principalmente quando existe alta coesão familiar, considerável apego emocional, maior sentimento de união e explícita demonstração de afeto (DIAZ; FERRIANI, 2011).

Em geral, pesquisas de campo têm confirmado a importância da família na formação do indivíduo. Contudo, a influência familiar em relação ao uso de drogas pode ser tanto positiva quanto negativa. Percebe-se, entre consumidores mais frequentes de substâncias psicoativas, que suas famílias tenham sofrido mais conflitos familiares, com maior tolerância ao consumo de substâncias ou mesmo que os pais consumam habitualmente drogas na presença dos filhos. Famílias assim podem ser consideradas fator de risco, enquanto famílias de laços mais fortes e melhores entre pais e filhos tornam-se fator de proteção (MIHIĆ; MUSIĆ; BAŠIĆ, 2013).

No nosso entendimento, isso demonstra que não só o uso de psicoativos por familiares poderá se tornar fator preponderante no futuro consumo excessivo ou problemático do indivíduo em formação, mas também a relação entre pais, filhos, irmãos e outros parentes, além do modo como lidam com esse consumo entre si e perante a criança ou adolescente em formação.

3.2 AMIGOS

Após a família, o contato social se dá normalmente com pessoas da mesma idade, conhecidos como colegas, amigos ou pares, que ocupam lugar importante na formulação de identidades e na criação de hábitos e costumes. Na adolescência transita-se do mundo infantil para o mundo adulto, com diversas mudanças biológicas e sociais. O jovem passa a ter mais liberdade e a passar menos tempo com a família, o que faz dos amigos uma fonte de socialização e aprendizagem de normas sociais passíveis de influenciá-lo a desafiar a autoridade e a orientação dos pais, moldando-se o comportamento de maneira geral (GOLIATH; PRETORIUS, 2016).

Estudo de Goliath e Pretorius (2016) na África do Sul mostrou que os adolescentes são influenciados pelos pares a comportamentos de risco, por diversas necessidades como diversão, associação a adolescentes populares na escola, sentimento de pertencimento a algum grupo, enfrentamento das responsabilidades adultas e benefício de proteção contra o *bulling*.

Para Ober *et al.* (2013), o risco da influência dos amigos se dá em três dimensões: quando estes simplesmente usam substâncias, quando a oferta de substâncias parte dos amigos e quando eles aprovam o uso. Todos esses fatores foram fortemente relacionados ao início do consumo de inalantes por adolescentes jovens, no estudo desenvolvido com alunos da sexta série em Los Angeles, EUA (OBER *et al.*, 2013).

Nesse contexto, pares que utilizam substâncias psicoativas podem representar fator de risco para adolescentes, tendo em vista que os primeiros consumos, de acordo com Goliath e Pretorius (2016), se dão geralmente em ambiente de festas, com música, bebida e reunião de vários amigos. Os não usuários sofrem a pressão ao uso por serem, muitas vezes, ridicularizados na escola. Assim, geralmente com receio de exclusão do grupo, fazem o primeiro uso experimental. Aparentemente, o início do consumo de drogas, apesar de multifatorial, nesse momento, é motivado

muito mais por pura questão de socialização, para que o adolescente se sinta parte do grupo, e não por necessidade de enfrentamento da autoridade dos adultos (GOLIATH; PRETORIUS, 2016).

Apesar de a influência do círculo de amizades ser comumente aceita como fator de risco, o convívio com pares pode ser também fator de proteção contra o uso de drogas, quando se verificam a associação a amigos não usuários, a desvinculação das influências negativas e o emprego de habilidades específicas de resistência aos pares. Esses são alguns exemplos citados pelos próprios adolescentes como fatores de proteção, no estudo de Goliath e Pretorius (2016).

O ser humano necessita de socialização, e esse processo é marcante na entrada da adolescência. Por vezes, para se sentir parte do grupo, o jovem se submete a atividades pelo medo de ridicularização ou isolamento, e pelo gregarismo. Além disso, na adolescência também se descobrem novas sensações e desejos. O acesso facilitado a ambientes com pouca supervisão adulta, associado a uma relação de pouco diálogo com os pais e a um círculo de amizades que estimule o uso de psicoativos, pode facilitar o primeiro contato.

Em contrapartida, a presença no círculo de amizades de indivíduos que não usam drogas pode contribuir para retardar o início do consumo. Sanchez *et al.* (2011) entendem que participar de grupos religiosos ou frequentar igrejas contrárias ao consumo de drogas torna-se protetivo simplesmente por não ser este hábito dos pares. O principal fator de proteção, de acordo com esses autores, não seriam as doutrinas religiosas, mas a associação a pares não consumidores.

Costa *et al*. (2012) corroboram a ideia de grupo social como fator de proteção, ao analisarem a fala de jovens sobre drogas, percebendo que, muitas vezes, os próprios adolescentes são capazes de identificar as amizades de risco e as de proteção, sendo os abstêmios, com frequência, exemplo de bem-estar sem uso de nenhuma substância.

Em suma, as práticas dos grupos do jovem e/ou adolescente oferecem indícios de seus hábitos e costumes. Fica claro que as amizades podem influenciar o comportamento dos adolescentes, e essa influência pode variar do simples uso experimental ao uso rotineiro, representando forte fator de risco ao desenvolvimento de usos excessivos. A influência exercida pelos pares, entretanto, não é necessariamente negativa, sendo benéfica no grupo que rejeita o uso.

3.3 FATORES RELACIONADOS À RELIGIÃO

As religiões são sistemas institucionalizados de crenças, práticas, valores, símbolos e normas que desempenham um papel socializador importante na formação, fazendo parte da construção moral dos indivíduos. Elas influenciam diretamente no entendimento do certo e do errado, condicionando comportamentos sociais e atitudes individuais, entre os quais está o consumo de psicoativos. Sua definição depende notadamente do contexto cultural de cada época. No ocidente, por exemplo, apesar da existência de religiões de diferentes matrizes culturais, a cultura judaico-cristã é determinante no entendimento de certo elo entre homem e entidades superiores, transcendentais (COUTINHO, 2012).

Deve-se considerar a matriz judaico-cristã das religiões ocidentais, pois é a partir dessa matriz que parte da literatura sobre drogas entende a religião como fator de proteção, embora outras práticas religiosas utilizem psicoativos em seus rituais, como o Santo Daime e a União Vegetal, que usam ritualisticamente o Ayahuasca[10] (LABATE; FEENEY, 2011). A ideia de religião como proteção parte da moral norteada pelo cristianismo, que condena a alteração de estados psíquicos por psicoativos e combate a infração das leis. É essa moral que embasa as análises dos autores.

Pela importância dada nas sociedades ocidentais aos aspectos morais religiosos tradicionais, ao conjunto de regras e às ideologias de vida disseminadas por essas instituições, considera-se que elas possam ser fator de proteção contra o consumo de drogas, sobretudo por ser moralmente condenável o uso dessas substâncias, ressalvando-se, como já mencionado, as religiões que utilizam psicoativos ilícitos em seus rituais.

A partir da constatação genérica de religião como fator protetivo, Sanchez *et al.* (2011) levantaram os componentes específicos da religião que a tornam protetiva, investigando essa participação em três religiões de grande número de adeptos no Brasil: catolicismo, protestantismo e espiritismo. Os resultados mostraram que a religião só é de fato protetiva quando existe um alto nível de

[10]Bebida psicoativa oriunda de duas plantas, sendo uma delas a Psychotriaviridis, detentora de DMT (n,n-dimethyltryptamine), substância controlada internacionalmente na Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas (CPS) de 1971 e de uso proscrito no Brasil, de acordo com a Portaria SVS/MS nº 344/98 da ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (LABATE, FEENEY, 2011).

participação[11]. Mostraram ainda diferenças importantes no consumo de substâncias entre os praticantes de diferentes religiões. Por exemplo, o consumo moderado de álcool é considerado aceitável para católicos e espíritas, e condenável em algumas vertentes do protestantismo.

Observou-se também que o discurso sobre drogas pela maioria dos líderes religiosos é pautado por informações midiáticas, sem base científica e, em alguns casos, distorcendo ensinamentos religiosos (SANCHEZ *et al*., 2011). Essa crítica não se limita a instituições religiosas. Outras instituições sociais, como escolas e projetos de prevenção, são bombardeadas por informações superficiais sobre drogas, reproduzindo o senso comum e contribuindo para a perpetuação do olhar estigmatizante e preconceituoso aos adeptos do consumo de substâncias ilícitas.

Apesar de os líderes religiosos não se pautarem em conhecimentos científicos para o trato da questão das drogas, as pesquisas concluem que, pelos aspectos morais, a reprovação religiosa inibe o consumo. Seja por considerarem profanação do corpo ou pecado punido com morte e sofrimento eterno, em algumas crenças, as igrejas estimulam os fiéis a levar uma vida sem drogas (SANCHEZ *et al*., 2011).

A associação das drogas a um comportamento condenável por algumas religiões também a torna indiretamente protetora, principalmente por fazer com que crianças e adolescentes cresçam em um círculo de amizades de não usuários, com menos exposição e oferta de substâncias (SANCHEZ *et al*., 2011).

Apesar disso, o contato rotineiro com usuários de substâncias pode diminuir o poder protetor da religião; ou seja, o indivíduo, mesmo se declarando religioso, tende a consumir substâncias psicoativas quando mais exposto às drogas, por habitar locais com altos índices consumo ou por manter uma rede de amizades de consumidores (PALAMAR, KIANG e HALKITIS, 2014).

Ao investigar jovens adultos da cidade de Nova Iorque, Palamar, Kiang e Halkitis (2014) perceberam que os efeitos protetores da religião diminuíam à medida que o indivíduo se aproximava de usuários. O poder de proteção era maior quando os indivíduos não tinham nenhum contato ou exposição a consumidores de psicoativos, reforçando a opinião de Sanchez *et al*. (2011) de que a principal proteção oferecida pela religião é indireta e está na associação a pares não usuários e que condenam o

[11] Neste texto os níveis de participação religiosa não serão aprofundados, sendo considerado apenas a religião que os indivíduos da pesquisa afirmaram seguir.

uso. Nesse ponto, nota-se mais uma vez como o círculo de amizades pode influenciar os hábitos dos indivíduos.

Assim, a força protetora da religião se exerce indiretamente, ou seja, mediante a frequência de reuniões ou eventos de cunho religioso, constituindo fator protetor, em grande parte, por diminuir a exposição a grupos de usuários e a locais habituais de uso.

De fato, a sociedade, e portanto, os comportamentos, são influenciados pela cultura e por outros fatores, e a religiosidade é mais uma manifestação humana complexa e multidimensional. Por essa complexidade, Mason, Schmidt e Mennis (2012) propuseram uma avaliação da religiosidade em três dimensões: religiosidade social, apoio religioso percebido e religiosidade privada. A religiosidade social refere-se a comportamentos públicos, relacionados à prática religiosa; o apoio religioso percebido diz respeito à percepção de cada indivíduo quanto ao grau de amparo prestado pela religião; e a religiosidade privada conecta-se a aspectos pessoais e privados da prática religiosa (orações, importância individual atribuída ao sistema de crenças na vida). Para Mason, Schmidt e Mennis (2012), a dimensão social da religiosidade é a que tem impacto mais elevado sobre o autocontrole e a tolerância dos indivíduos, o que, por sua vez, diminui os padrões de atitudes e usos de substâncias psicoativas.

A literatura aponta que a religião pode ser considerada fator de proteção contra o uso de substâncias psicoativas; todavia, essa proteção aparentemente se apresenta de forma indireta e parece ser pautada pelo moralismo com que as instituições religiosas abordam o tema das drogas. O perigo do moralismo é tornar a influência da religião paradoxal, prevenindo os fiéis pelo medo, mas ao mesmo tempo, afastando indivíduos que, por algum motivo, apenas iniciaram o consumo ou não apresentam um padrão problemático de uso.

As religiões, além de influenciarem comportamentos e costumes, são tidas como pontos de apoio por pessoas que atravessam momentos difíceis, sendo muito procuradas por aqueles atingidos pelo uso excessivo de drogas e por famílias que a entendem como importante aliado no tratamento dos entes queridos. Todavia, é preciso que as instituições religiosas continuem servindo como opção de amparo a esse público, porém se desprendendo de uma vertente meramente proibicionista e punitiva, que acaba por contribuir com a estigmatização de usos e usuários.

3.4 RESILIÊNCIA

Os fatores individuais relacionam-se fortemente com outro fator de proteção, a resiliência, aqui compreendida como a capacidade de se recuperar ou passar por adversidades e continuar a vida de forma saudável (DAVIS; SPILLMAN, 2011). Ela está ligada à sinergia entre fatores individuais, familiares e comunitários, equilibrando fatores de risco e proteção. Mesmo passando por situações de risco, é possível ao indivíduo tornar-se um adulto saudável (DAVIS; SPILLMAN, 2011).

Alguns grupos de adolescentes são notadamente marcados por exposição a muitas situações de vulnerabilidade físicas, emocionais e sociais, em ambientes familiares de exposição às drogas e à violência, ou em comunidades de grande oferta de substâncias psicoativas. Esses fatores, que podem comprometer o desenvolvimento do adolescente, também podem favorecer a manifestação da resiliência, aumentando a habilidade e a resistência para vencer e superar dificuldades (MACEDO *et al.*, 2014).

De acordo com Davis e Spillman (2011), a resiliência está ligada a fatores de proteção e em determinadas condições ela é mais facilmente desenvolvida. No caso de adolescentes, ela é mais nutrida no bom relacionamento e no laço forte com algum adulto em quem confie e que lhe sirva de referência. Ou seja, ter pelo menos alguém para se apoiar durante a formação individual, que gere a sensação de cuidado à criança ou ao adolescente, pode ajudar a vencer situações de vulnerabilidade e risco sem adquirir comportamento compulsivo em relação às drogas.

Percebe-se a importância do professor, do agente comunitário ou do treinador na vida de adolescentes sem o amparo de adultos na família ou em qualquer outro ambiente. Esse adulto deve ter em mente que a relação a ser estabelecida com seu público-alvo pode desenvolver a resiliência necessária para vencer as adversidades do cotidiano sem desenvolver comportamentos de risco.

Dependendo do contexto de crescimento da criança ou do adolescente, pouco podem fazer os programas de prevenção para alterar as condições externas do ambiente, e mesmo que o foco do trabalho de qualquer adulto em contato direto com adolescentes não seja a conscientização e prevenção contra o abuso de drogas, se a resiliência puder, de alguma forma, ser estimulada, tornar-se-ia fator protetor.

3.5 ATIVIDADES ESCOLARES E EXTRAESCOLARES

A participação em atividades extraescolares planejadas pode se configurar como maneira de os jovens buscarem melhor estruturação humana e psicossocial. Este estudo parte, portanto, da hipótese de que as atividades extraescolares podem ser fator de proteção contra o consumo excessivo de álcool e outras drogas.

Entretanto, apenas preencher o tempo livre do contraturno escolar com qualquer atividade supervisionada não significa prevenção. Romera (2013) percebe certa preocupação dos agentes de programas de esporte e lazer em ocupar “melhor” o tempo livre de crianças e jovens, com uma crença - que podemos considerar “mágica” - de que essas atividades podem afastar indivíduos do uso de psicoativos, num discurso intensificado e propagado pelos grandes meios de comunicação.

Deve-se fugir da visão simplista dada a algumas práticas que recebem o título de "transformadoras", sobretudo as esportivas, como se apenas vivenciá-las protegesse contra o abuso de substâncias. Não pode se atribuir o uso de drogas unicamente à falta de oportunidades de práticas esportivas (ROMERA, 2013).

Por conseguinte, não se pode cometer o mesmo erro ao analisar a importância das atividades extraescolares, por si só incapazes de conferir total proteção contra o abuso de psicoativos. São limitadas pelo contexto de vulnerabilidade social do indivíduo e pela ação pedagógica do profissional ou equipe que conduz as atividades. A equipe, o professor ou o agente que conduz a atividade extraescolar é determinante para o processo de educação e formação dos indivíduos. Assim, caso as ações e atividades fora da escola não estimulem comportamentos de proteção, tais atividades podem se associar a mais relatos de episódios de abuso (MODECKI; BARBER; ECCLES, 2013).

Compreender o papel das atividades extraescolares pela visão salvacionista é negar a complexidade da questão do uso de drogas e deixar de enxergar um grupo de consumidores de variadas substâncias, de múltiplas origens, como se o usuário de droga fizesse parte de um único grupo e pudesse ser estudado como tal, desrespeitando a individualidade de cada ser. Por isso os contextos devem ser analisados para que se possa afirmar se determinada atividade extraescolar é protetora, para que haja maior chance de êxito nessa tarefa.

A diversidade de usuários presume vários tipos de consumo, com características bem distintas, tema já debatido no capítulo anterior. O que se vê é a estigmatização da juventude consumidora de psicoativos, atribuindo-se-lhe aspectos

negativos e propagando no imaginário social a existência de métodos minimalistas capazes de acabar com todo tipo de consumo em qualquer grupo de usuários.

O olhar estigmatizado se volta, em determinados momentos, para uma juventude vista como problema social, na maioria pobre e moradora de subúrbios. Em outros momentos a estigmatização se volta para o tempo livre desses mesmos jovens marginalizados e assume contornos preconceituosos, entendendo que é essa a juventude que representa risco à sociedade, pelos longos períodos de tempo sem atividades supervisionadas (ROMERA, 2013). O simples preenchimento do tempo livre teve pouco efeito no estudo de Carvalho e Cotrim (1992), contrariando a ideia de que o tempo livre propicia comportamentos de risco.

Feitas essas ressalvas, o que buscamos é investigar na literatura as evidências de que atividades extraescolares representam, de fato, proteção contra comportamentos de risco, principalmente no que tange ao uso de psicoativos.

Antes de analisar as atividades fora da escola, Bahis e Ingbermann (2005) *apud* (COSTA *et al.*, 2012) afirmam que o sucesso escolar e principalmente o vínculo com uma instituição pró-social como a escola já são fatores de proteção contra o uso de drogas. Entretanto, o próprio estudo de Costa *et al*. (2012) constata na escola uma ambivalência de comportamentos, pois, apesar de o bom desempenho acadêmico ser apontado como fator de proteção, no ambiente social escolar também se dão as primeiras ofertas de drogas por influência dos amigos.

A relação entre desempenho acadêmico e uso de substâncias foi medido diretamente por Arthur *et al.* (2015). Valendo-se de quatro fontes de dados diferentes, esses autores buscaram associar as notas alcançadas em testes de leitura, escrita e matemática com um *survey* em que se elaborou um levantamento de uso, risco e proteção de substâncias. Os resultados apontaram a associação entre o baixo rendimento escolar e o consumo de álcool, maconha e cigarro. Indivíduos que menos usaram essas substâncias obtiveram melhor rendimento acadêmico. Se o sucesso escolar é fruto da abstinência de psicoativos ou se o fracasso escolar é que contribui para o consumo, eis algo que precisa ser mais bem discutido na literatura.

O uso de substâncias psicoativas também foi maior entre alunos com baixas notas escolares ou com histórico de evasão na amostra de Cheong *et al.* (2014). Ainda para Jonkman (2012), o comportamento positivo na escola foi fator de proteção na Austrália e na Alemanha.

As descobertas de Arthur *et al.* (2015), Cheong *et al.* (2014) e Jonkman (2012) apontam o impacto negativo do fracasso escolar na vida de adolescentes. Esse fracasso por vezes pode indicar o envolvimento em atividades como o uso de substâncias, mas pode não ser a razão principal desse uso, e sim o desencadeador. Chamamos a atenção aqui para o fato de que o fracasso em objetivos escolares representa fator de risco para adolescentes, podendo ser o gatilho para o consumo desregulado de psicoativos. Infelizmente o corpo pedagógico de várias instituições de ensino muitas vezes lida com essa situação de maneira inadequada, não investigando as causas do fracasso escolar e ainda enfraquecendo nesse aluno o sentimento de pertencimento, sugerindo sua incapacidade e inadequação ao ambiente acadêmico. Nessa situação, a escola, que poderia trabalhar no fortalecimento e no crescimento pessoal, torna-se elemento de risco de consumo de drogas.

As atividades extraescolares ganham ainda mais importância quando a escola se apresenta como lugar de não pertencimento para o adolescente. Assim, além de fortalecer as capacidades individuais, refletindo melhor desempenho escolar, a participação em atividades extraescolares, de acordo com Moilanen, Markstrom e Jones (2014) também diminui a possibilidade de uso e venda de substâncias, e de se estar bêbado ou drogado dentro da escola. Admitem-se as atividades extraescolares como fator de proteção, especialmente para adolescentes em idades mais avançadas.

De modo contrário, Modecki, Barber e Eccles (2013) afirmam que as atividades extraescolares podem ser mais importantes na proteção contra o consumo de drogas no início da adolescência, considerando essa fase a de maior risco. Os autores ainda fazem uma ressalva quanto ao público junto ao qual se poderia alcançar maior eficiência na proteção, acreditando que as atividades extraescolares têm mais impacto positivo em adolescentes de classes socioeconômicas mais baixas. É possível que isso ocorra pela própria condição financeira que limita as possibilidades de lazer, sendo a atividade extraescolar estruturada uma das poucas opções de acesso a uma diversificada forma de cultura, esporte e lazer fora do período escolar.

Pensando nas diferenças entre as atividades de jovens e adolescentes, e consequentemente, nos resultados obtidos nessa participação, Eccles e Barber (1999) examinaram os potenciais riscos e benefícios de cinco tipos distintos de

atividades extraescolares: atividades voltadas para ações sociais (igreja e trabalho voluntário); participação em equipes esportivas estruturadas, que trabalham na perspectiva do rendimento e visam a competição; envolvimento escolar; oficinas ou grupos de artes; e clubes escolares, muito comuns nas escolas norte-americanas. A hipótese levantada por esses autores aponta justamente que o envolvimento em atividades extras é relacionado a trajetórias acadêmicas positivas, baixos níveis de adoção de comportamento de risco, diminuição do índice de criminalidade e baixo consumo de substâncias psicoativas.

Os resultados do estudo de Eccles e Barber (1999) questionam a ideia do esporte como protetor contra o uso de psicoativos. Nessa amostra, composta basicamente por adolescentes norte-americanos de cor branca e descendentes de europeus, participar de equipes esportivas estruturadas foi fator de risco ao consumo em excesso de álcool, apesar de estar relacionada à permanência na escola e ao maior apreço por ela. Essa conclusão corrobora os estudos de Romera (2013), que afirma que o uso de psicoativos não se dá por falta de oportunidade de práticas esportivas.

Uma meta-análise elaborada por Lisha e Sussman (2010) analisou 34 estudos, publicados de 1982 a 2008, que relacionavam as atividades esportivas ao consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e jovens de 13 a 24 anos. Em 22 desses estudos a prática do esporte de competição foi associada ao maior consumo de bebidas alcoólicas. Já com relação ao consumo de drogas ilícitas, a maioria dos estudos indicou que o esporte de fato pode ter agido como fator protetor, pois o consumo desse tipo de substâncias é bem menor entre jovens atletas.

Se aparentemente os problemas dos atletas não são as drogas ilícitas, o abuso de drogas prescritas é notável em algumas práticas esportivas escolares, sobretudo nos locais de grande pressão quanto ao desempenho. Nos EUA, por exemplo, cerca de 2,1 milhões de jovens abusaram de drogas prescritas, como Vicodin e Oxycontin, em 2006, e ainda se estima que jovens que abusam de pílulas prescritas têm 50% mais chance de abusar de álcool e maconha (DENHAM, 2014). O abuso de álcool em adolescentes que praticam esportes também foi detectado em uma pesquisa de Blomfield e Barber (2010).

Para Pinheiro, Andrade e De Micheli (2016), em muitos casos, os adolescentes procuram atividades físicas preocupados com a aparência e não com os benefícios à saúde e ao bem-estar. A puberdade é sinônimo de mudanças corporais e de maior

valorização da própria imagem, gerando angústias que contribuem no aumento da busca de exercícios físicos de alta intensidade. Em paralelo com essa busca do corpo perfeito, aparentemente jovens que se comprometem demais com uma única atividade, como o esporte, acabam negligenciando outras áreas da vida, como o relacionamento com os pais, a sociabilidade, os amigos e o desempenho escolar (PINHEIRO; ANDRADE; DE MICHELI, 2016).

Todos os estudos trazidos até aqui relacionando a prática esportiva ao consumo de drogas concluem que, à luz da literatura e ao contrário do senso comum, nenhuma prática esportiva pode ser considerada fator de proteção contra o consumo de drogas. Se as atividades esportivas estão contidas no conjunto de atividades extraescolares, logo, nem todas as atividades extraescolares são eficientes em cumprir o objetivo de reduzir o consumo e prevenir o uso de psicoativos. Seguindo esse mesmo pensamento, não será a simples ocupação do tempo livre que determinará o padrão de consumo dos adolescentes.

Contudo, alguns outros estudos traçam uma relação entre prática atlética e consumo de psicoativos em função da substância consumida, o esporte praticado e o gênero (LISHA; SUSSMAN, 2010). Denham (2014) examinou os efeitos da participação em esportes no consumo de álcool, maconha e analgésicos e encontrou diferenças principalmente no que se refere ao gênero e à raça do atleta. O uso de analgésicos em seu estudo foi estatisticamente maior entre indivíduos que praticavam futebol americano, em comparação a outros esportes. Houve também diferença na comparação entre os grupos de brancos, negros e hispânicos, apresentaram os negros menor consumo (DENHAM, 2014).

A explicação de Denham (2014) para o menor consumo entre os negros no contexto universitário norte-americano está nas características socioculturais desse povo e não no esporte que praticam. De acordo com esse autor, na sociedade norte-americana, grande parte da comunidade negra não tem acesso a universidades, porém consegue acessar o ensino superior mediante bolsas esportivas. Para os bolsistas, o desempenho esportivo é muito valorizado, significando a única oportunidade de concluir os estudos. Nesses casos, mesmo com toda a pressão por resultados expressivos, a necessidade de manter a vaga na universidade e o risco de ser flagrado em exames *antidoping* é o que afasta esses atletas do consumo excessivo de substâncias psicoativas, e não a prática do esporte em si.

Diferenças de acordo com o esporte praticado e o gênero mostram mais uma vez que afirmações genéricas de que o esporte por si só é fator de proteção contra o uso de drogas não podem ser feitas sem uma análise do contexto mais amplo dessa prática. Os questionamentos levantados nos parágrafos anteriores põem em xeque afirmações recorrentes, repetidas diversas vezes, principalmente pelas grandes mídias, acerca da proteção da prática esportiva. Possivelmente estudos superestimaram os benefícios das atividades extraescolares na abstenção de drogas (ECCLES; BARBER, 1999). Isso não significa que essas atividades não sejam benéficas, mas que outros aspectos da vida também exercem influência no comportamento de cada indivíduo. Projetos de prevenção ou atividades extraescolares têm limite de efetividade, pois fatores individuais, socioculturais e mesmo econômicos não podem ser desconsiderados na análise do comportamento. Eccles e Barber (1999) chamam a atenção para esse ponto ao ressaltarem, na discussão dos resultados encontrados, que a condição socioeconômica dos indivíduos interfere nos resultados. Mesmo assim, consideram que há evidências de que a participação em atividades extraescolares proporciona um contexto protetor, tanto para o desempenho acadêmico quanto para o envolvimento em comportamentos de risco (ECCLES; BARBER, 1999).

Diferente do discurso salvacionista do esporte, as atividades que apareceram com maior impacto na proteção contra o uso de substâncias foram as atividades classificadas como pró-sociais, assim consideradas aquelas que o indivíduo pratica pensando no bem-estar coletivo, como eventos e serviços prestados pela igreja, além de ações voluntárias voltadas a ajudar a comunidade de alguma forma. Esse tipo de atividade introduz o jovem em preocupações políticas e sociais a longo prazo, estimulando o desenvolvimento da civilidade (ECCLES, BARBER, 1999).

Essas atividades podem também ser compreendidas como associativistas, conceito utilizado no campo do lazer por Capi e Marcellino (2009). Associativismo, para esses autores, é um mecanismo que lembra ao homem suas vinculações com a comunidade, tornando-o capaz de ajudar a si mesmo e trabalhar em conjunto em prol de um bem comunitário.

Neste texto, atividades pró-sociais ou associativas são entendidas como atividades voluntárias executadas normalmente entre grupos sem a preocupação exclusiva de gerar benefícios ou prazer para o indivíduo que a pratica, mas tendo em vista o bem-estar social.

Além de considerar as atividades pró-sociais mais benéficas, resultados encontrados por Fredricks e Eccles (2006) mostram que a participação em múltiplas atividades extraescolares estruturadas está associada aos melhores resultados de proteção contra comportamentos de risco. A variação de atividades proporciona à criança ou ao adolescente diferentes oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, social e emocional, com uma variedade maior de pares e adultos (FREDRICKS; ECCLES, 2006).

As ponderações aqui situadas não negam que a escola e as atividades extracurriculares estruturadas podem ser também fator de proteção. Não se deve é crer em afirmações baseadas no senso comum e principalmente não apostar em atividades que meramente ocupam o tempo livre dos adolescentes sem nenhum planejamento voltado para a educação e a prevenção. Quando bem planejadas, essas atividades consideram as situações e as características do público-alvo e as peculiares do ambiente, para, de fato, servir como ferramenta de prevenção.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi conhecer e analisar os fatores que contribuem para não utilização de drogas e suas possíveis relações com o lazer. A hipótese levantada é que atividades sistematizadas elaboradas realizadas sob o acompanhamento de adultos por adolescentes fora do período escolar contribuem para que não se desenvolva um padrão de uso excessivo de SPA’s no decorrer da vida.

Objetivou-se ainda conhecer as atividades de lazer mais praticadas entre jovens universitários, tanto durante a adolescência quanto durante o ensino superior; e avaliar a correlação das atividades extraescolares com a frequência e o padrão do uso de drogas. Espera-se, em prazo maior, que os resultados encontrados possam contribuir na criação de políticas de prevenção.

Considerando que, apesar de alguns mitos, as atividades extraescolares podem ser fator de proteção importante na prevenção contra o uso excessivo de substâncias psicoativas, apresentaremos nos próximos capítulos um levantamento de dados com universitários de dois cursos de Educação Física que busca verificar quais trajetórias de vida e quais atividades de lazer se associam ao não desenvolvimento de comportamento abusivo no consumo de psicoativos.

4 METODOLOGIA

4.1 INSTRUMENTO

Pesquisa quantitativa descritiva (TRIVINOS, 1987) que utilizou para a coleta de dados um questionário *on-line* autoaplicável, produzido pelo próprio pesquisador e baseado em questões apontadas pela literatura da área como possíveis agentes protetores contra o uso excessivo de substâncias psicoativas. Os dados gerados pelo preenchimento dos questionários foram analisados com a utilização do *software* aplicativo científico IBM SPSS *Statistics* V22.

A análise dos dados relacionou os percentuais de consumo de álcool e outras drogas da amostra com os percentuais de atividades de lazer extraescolares praticadas por cada indivíduo, e outros marcadores levantados pelo questionário que, de acordo com a literatura utilizada como base para o estudo, representariam possíveis fatores de proteção contra o consumo.

A escolha de um instrumento que possibilite o maior sigilo possível e garanta o anonimato dos participantes se justifica pelo fato de a temática das drogas representar assunto polêmico e carregado de preconceitos. Contudo, apesar de esse instrumento de coleta ser de mais fácil aplicação e abrangência, ele se baseia apenas no relato de cada participante da pesquisa, não permitindo avaliar o consumo em si das substâncias. A utilização de instrumentos mais complexos e que retratem o consumo com maior fidedignidade são recursos válidos para potencializar o trabalho. Entretanto, os limites orçamentários da elaboração da pesquisa justificam a opção pelo caminho metodológico adotado.

4.2 PROCEDIMENTO

O questionário passou por uma fase-piloto, sendo testado em integrantes do grupo de pesquisa ANDALUZ[12]. Após os testes, foram feitas algumas pequenas alterações, com vistas a dar maior clareza ao instrumento. Em seguida, os questionários foram enviados em formato de enquete para o *e-mail* institucional de todos os alunos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sendo a amostra escolhida por critério de conveniência. Esse questionário foi produzido com a utilização de um

[12] Grupo de pesquisa do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo cujo autor deste texto é membro. Link CNPQ: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0134066014211746

software chamado Lime Survey, disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFES.

O Survey foi disparado por intermédio do NTI para a caixa de *e-mail* pessoal, cadastrada no sistema da Universidade, de cada aluno com matrícula vigente no ano de 2016 nos cursos de Educação Física. Para cada indivíduo da amostra foi gerado um código específico e um *link*, restringindo a participação apenas àqueles que receberam o correio eletrônico. Todos esses códigos e *links* foram gerados diretamente pelo NTI por meio de linguagem de máquina, sendo garantido o anonimato dos participantes e não havendo contato do pesquisador com a amostra.

O *e-mail* enviado para cada participante tinha formato de carta-convite, solicitando a participação voluntária dos alunos, fornecendo informações gerais sobre a pesquisa e os contatos dos pesquisadores, caso o participante tivesse alguma dúvida ou julgasse necessário qualquer esclarecimento. A primeira questão tratava justamente do consentimento de participação no estudo. Os indivíduos que assinalaram "sim" para essa primeira pergunta assumiram a concordância com os termos explicitados na carta-convite e afirmaram ter idade igual ou superior a 18 anos de idade.

O questionário foi produzido com base nas questões consideradas relevantes para a associação entre o repertório de atividades de lazer e o consumo de psicoativos, tendo como foco a hipótese, levantada pelo estudo, de que atividades extraescolares podem representar fator de proteção contra o consumo excessivo de drogas.

Foram, no total, 41 questões[13] divididas em quatro grandes blocos. O primeiro deles solicitava informações sociodemográficos como: idade, gênero, religião, etnia, estado civil e local de moradia. O segundo bloco de perguntas questionava a constituição familiar, o desempenho acadêmico, a participação em atividades extraescolares e em projetos de prevenção durante a infância e a adolescência. Foram dadas as seguintes opções de atividades extraescolares: música, línguas estrangeiras, esportes, dança, cinema, teatro e outras; e foi questionado se essas atividades ocorriam com ou sem a orientação ou supervisão de algum adulto. O terceiro bloco foi voltado para o conhecimento das atividades nas horas livres e das atividades de lazer mais desempenhadas pela amostra.

[13] O Apêndice B apresenta o questionário na íntegra.

Finalmente o último bloco colheu informações relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias psicoativas ilícitas, considerando variáveis como idade, local e companhias do primeiro consumo, além de frequência, quantidade e locais comuns de uso. Esse bloco de questões se baseou em questionários como o AUDIT, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e objetivou aferir a frequência e a quantidade de uso de bebidas alcoólicas pelos entrevistados, visando também verificar os padrões de consumo. O consumo foi dividido em uso na vida, para aqueles que ao menos experimentaram alguma vez psicoativos, e uso no mês, para aqueles que mantiveram o hábito de beber nos trinta dias anteriores à coleta de dados, sendo considerados usuários abusivos ou excessivos de bebidas alcoólicas aqueles que consumiam seis doses ou mais por ocasião e aqueles que mantinham o hábito de beber cinco vezes ou mais durante a semana. No que tange ao consumo de outras drogas, foi primeiramente questionado se o indivíduo faz ou já havia feito uso, pelo menos uma vez na vida, de qualquer uma dessas substâncias. Em seguida, foi solicitado que identificasse qual ou quais drogas já havia experimentado. Como uma única pergunta abrangeu um número diverso de substâncias, o consumo excessivo foi estimado de acordo com o relato da frequência de uso de cada indivíduo.

O período disponível para o preenchimento do questionário foi de 12 de junho de 2017 à 10 de outubro de 2017. A idéia inicial era limitar em um tempo menor esta coleta de dados, entretanto, dos 4 meses em que o questionário ficou aberto para resposta um mês inteiro correspondeu a período de férias das atividades letivas da universidade, motivo pelo qual se supôs que alguns alunos não responderam inicialmente a solicitação de participação. O segundo motivo que fez ser estendido o prazo para a participação na pesquisa foi que mesmo sendo disparados periodicamente *e-mails* em formato de carta convite para os discentes cadastrados no sistema, a taxa de resposta não atingia a meta estipulada, sendo assim prolongada até o máximo considerado possível para desenvolvimento da pesquisa em tempo hábil.

4.3 POPULAÇÃO

A população total de alunos matriculados, de acordo com as informações colhidas junto ao colegiado dos dois cursos, era, no período da coleta dos dados, de 862 estudantes. Mediante esse número se estabeleceu uma meta para que fossem

validados 266 questionários, alcançando assim um grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

Apesar da meta estipulada, após várias mensagens enviadas à caixa de *e-mail* dos alunos, convidando-os para a participação no estudo, 140 questionários foram preenchidos, sendo que em 110 (51 mulheres e 59 homens) se declararam maiores de 18 anos, aceitaram os termos de preenchimento do questionário e o fizeram de forma completa, validando seus dados para a pesquisa. Este percentual de devolutiva está dentro da média das pesquisas que utilizam esta ferramenta de coleta de dados dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, segundo o próprio Núcleo de Tecnologia da Universidade. Com isso, foram feitos novos cálculos para a determinação da amostra, que passou a ter grau de confiança de 90% e margem de erro de 7,32%.[14]

Ainda que não haja consenso acerca das idades que marquem o início e o fim da juventude, optou-se por considerar o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), que considera jovem no Brasil o cidadão com idade entre 15 e 29 anos. Nessa coleta de dados, todos os questionários foram preenchidos por indivíduos com mais de 18 anos de idade, sendo que 40% da amostra tinha idade entre 18 e 21 anos; e 35,4%, entre 22 e 25. Isso significa que 75,45% dos que responderam completamente o questionário tinham menos de 26 anos, sendo, portanto, enquadrados na categoria "jovem" do referido Estatuto da Juventude. O grupo com idade mais avançada foi formado pelos que afirmaram ter 35 anos ou mais de idade, correspondendo a 8,1% da amostra.

[14]Cálculo elaborado com o auxílio de calculadora *on-line.* Disponível em*:* https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/ Acesso em: 20 dez. 2017.

5 CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados neste capítulo os principais resultados encontrados, primeiramente mostrando as características da amostra e os contextos de socialização em que ela se insere, e, em seguida, cruzando essas informações com os padrões de consumo de álcool e outras drogas. À luz dessas informações, essas duas partes serão relacionadas e analisadas, determinando-se os possíveis fatores protetores ao uso excessivo de substâncias.

A amostra foi composta por 41,8% de pardos, o mesmo percentual de brancos e o restante da amostra, composta por 16,4% de negros. A totalidade dos participantes do Survey habita na região da Grande Vitória, sendo 42,7% moradores da capital do Espírito Santo, Vitória, cidade na qual está localizada a universidade em que estudam.

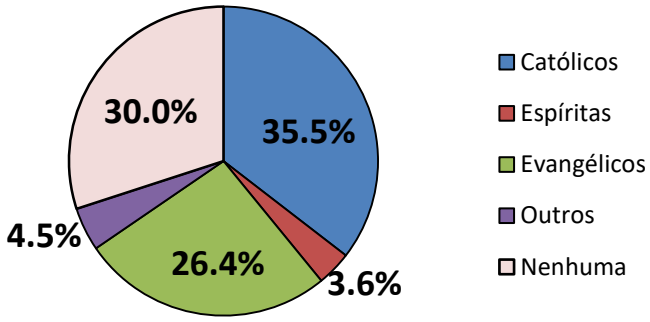
Dentre os grupos e contextos que moldam o *habitus* (FEATHERSTONE, 1995) de cada indivíduo, serão destacadas as influências da família, da religião, da escola e do lazer, principalmente pela relevância reconhecida em diversos autores (COSTA *et. al*., 2012; MODECKI *et. al*., 2013; SANCHEZ *et. al*., 2011; DAVIS; SPILLMAN, 2011; PINHEIRO; ANDRADE; DE MICHELI, 2016), que consideram esses quatro elementos como possíveis fatores de proteção contra o consumo excessivo de drogas lícitas e ilícitas.

5.1 CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO

5.1.1 Religião

35,5% dos entrevistados se declararam católicos e 26,4%, evangélicos. O número de indivíduos que não seguem nenhuma religião é também expressivo, chegando a 30%. O restante da amostra é composto de 3,6% de espíritas e 4,5% declarou seguir outras religiões. O Gráfico 1 ilustra em porcentagem como ficou dividida a amostra em relação à religião.

Gráfico 1 - Religiões da amostra expressas em porcentagem



Para além da afirmação religiosa de cada indivíduo, procurou-se saber os níveis de participação e engajamento em rituais, cultos, eventos e compromissos de cada religião. 71,9% dos participantes afirmaram participar de eventos religiosos, mesmo que esporadicamente, enquanto apenas 28,1% nunca participaram de nenhum tipo de cerimônia ou acontecimento desse tipo. Isso indica que ter uma religião e participar dos eventos a ela ligados fazem parte da vida da maioria dos indivíduos que preencheram o questionário, mesmo que esporadicamente.

O papel influenciador da religião é apontado por diversos autores (MASON; SCHMIDT; MENNIS, 2012; POKHREL *et al.*, 2012; SANCHEZ *et al.*, 2011) como possível fator de proteção contra o consumo de psicoativos, como já visto.

Contudo, de acordo com Sanchez *et al*. (2011), a religião só protege quando existe envolvimento e alto nível de participação do indivíduo, e muito embora 70% da amostra afirme ter religião, somente 30% participa semanalmente de eventos religiosos. Esse dado pode indicar uma diferença entre a fé que esses indivíduos afirmam ter e a prática religiosa efetiva, com participação ativa nos rituais religiosos, seguindo os preceitos e comparecendo regularmente aos cultos, celebrações e reuniões.

Ainda no aspecto religioso, deve-se considerar diferenças ideológicas entre as religiões, sendo algumas mais permissivas que outras e, portanto, podendo haver vertentes religiosas que coíbem mais o uso de drogas, inibindo determinados comportamentos e se mostrando protetoras, mesmo que por mecanismos moralistas.

Mais à frente analisaremos diretamente a relação entre religião e consumo de drogas da amostra em questão, buscando verificar se realmente a variável religião funcionou como fator protetor para esses universitários.

5.1.2 Família

A maioria da amostra (80%) conviveu durante a infância e a adolescência com o pai e a mãe, sendo educada por ambos. A segunda maior porcentagem é de indivíduos criados somente pelas mães, com 13,6% do total. Indivíduos que declararam ter presente como figura formadora o pai somaram apenas 1,8% da amostra. 3,6% dos entrevistados foram criados por algum outro parente. Houve ainda um caso em que foi declarada a criação pela mãe e pela avó.

Em relação à constituição familiar atual, 11,8% dos entrevistados são casados ou vivem em união estável, 2,7% são separados ou divorciados e 0,9%, viúvos, sendo a grande maioria composta de solteiros (84,5%).

A experimentação de bebidas alcoólicas ocorreu por meio da família para 25,4%, e 29% afirmam ter algum membro da família que faz uso excessivo de álcool. Esse percentual diminui quando se trata somente de substâncias psicoativas ilícitas, sendo apenas 1,8% o grupo que experimentou tais substâncias na presença de familiares, embora 14,5% relatem que haja pessoas no círculo familiar com problemas do uso excessivo desses ilícitos. A utilização de psicoativos por familiares próximos aumenta o risco de desenvolvimento de uso desregulado e excessivo de álcool e outras drogas (OBER *et al*., 2013).

5.1.3 Escola

Por se tratar de um estudo com universitários, a totalidade da amostra concluiu o ensino médio. O ensino fundamental e médio foi cursado majoritariamente em escolas públicas, por 58,1%. 41,8% cursou em escolas particulares.

Quanto ao desempenho acadêmico, foi perguntado, em uma escala de 0 a 10, como cada indivíduo entende que era avaliado como estudante na fase escolar, levando-se em consideração suas notas e como se saíam, em geral, nas atividades escolares. Quase metade, 45,5%, declarou ser considerado excelente aluno durante a fase escolar, marcando pontuação de 9 a 10. Ficaram na faixa mediana, entre 6 e

8, cerca de 52,7% do total, tendo ainda 1,8% se considerado com baixo aproveitamento acadêmico na escola, com média entre 3 e 5 pontos.

A escola pode ser um poderoso agente de socialização de crianças e adolescentes, contribuindo para a promoção da sociabilidade, o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento (SCHENKER; MINAYO, 2015). Entretanto, o fracasso escolar se apresenta como fator de risco relacionado ao consumo de drogas (COSTA *et al*., 2012; DAVIS; SILLPMAN,2011; CHEONG *et al*., 2014). Outro fator relevante para a formação do indivíduo é ser o ambiente escolar um dos primeiros lugares de associação com os pares, onde se fazem amigos e onde é possível começar a escolher os grupos de inserção e convivência. A influência dos pares é tida como um dos principais fatores de desenvolvimento de hábitos e costumes (GOLIATH; PRETORIUS, 2016).

Na amostra em questão, o percentual de indivíduos que indicou vivenciar dificuldades acadêmicas, aqui denominadas fracasso escolar, foi muito pequeno, não sendo possível relacionar o consumo de drogas com o desempenho acadêmico, sugerido pela literatura. Embora esta já aponte a influência e a participação da escola na formação dos indivíduos (FREIRE, 2005; AUDIKANA, 2015), a opção de recorte do trabalho dirige a análise para outros contextos de socialização, dando maior destaque às atividades praticadas fora da escola.

5.1.4 Lazer

Além de estudar no período diurno ou noturno, 72,2% desempenham algum serviço, como emprego formal ou informal, estágio remunerado ou não remunerado e outras ocupações na própria universidade, como monitorias e bolsas de pesquisa. Essa rotina repleta de atividades, em que é necessário conciliar estudos com trabalho, se reflete no número de horas disponíveis para o lazer desses universitários.

Nesse sentido, 51,8% afirmaram dispor de menos de cinco horas para o lazer, somando-se os cinco dias da semana; 32,7% têm entre 5 e 10 horas de tempo livre nesses mesmos dias; 10,9%, mais de 10 horas; e 4,54%, mais de 20 horas.

Nos finais de semana a quantidade de tempo livre aumenta, sendo de menos de 5 horas para 6,3% da amostra, entre 5 e 10 horas para 33,6%, entre 10 e 20 horas para 36,6% e mais de 20 horas para 23,6%.

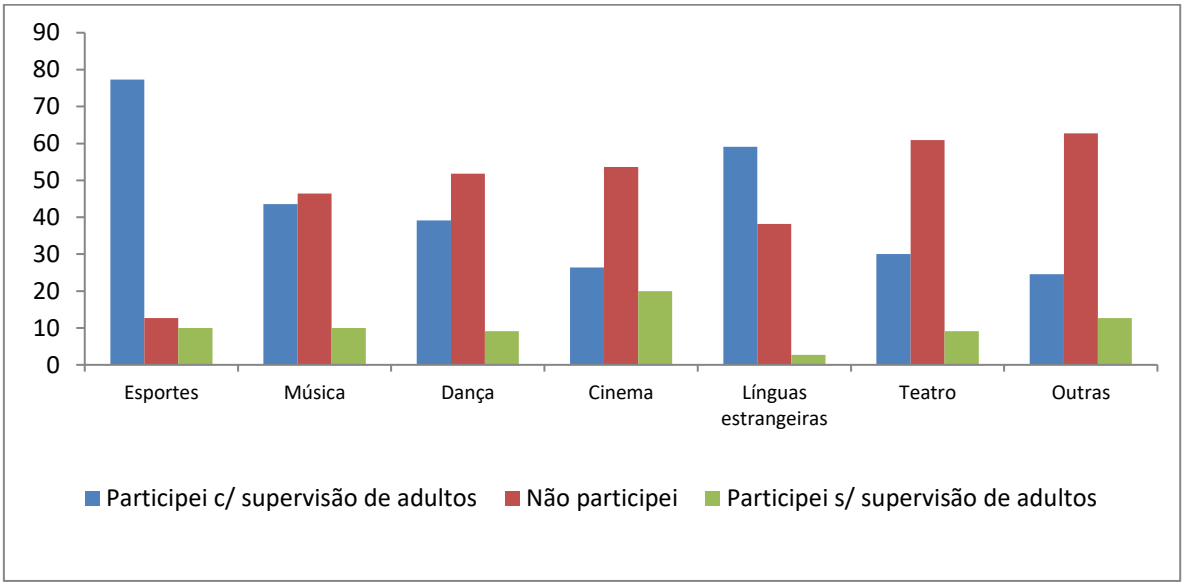
A prática de esportes como forma de lazer é a atividade preferida, ocorrendo regularmente ou sempre para 60% dos indivíduos. 37,2% visitam frequentemente a casa dos amigos e 34,5% vão à praia e a parques[15].

Ainda no subitem lazer, outra variável que merece destaque é a participação em atividades extraescolares durante a infância e adolescência.

Parte do questionário usada como instrumento de coleta de dados foi voltada para o levantamento da participação em atividades extraescolares durante a infância e a adolescência, sendo essas atividades orientadas ou não por adultos. O intuito de questionar se havia acompanhamento de adultos nas atividades deveu-se a verificar se tais atividades eram sistematizadas e planejadas. Como o instrumento utilizado para a coleta foi um questionário fechado, foram pensadas as atividades extraescolares mais comumente praticadas pelos estudantes do ensino fundamental e médio no Brasil, gerando as seguintes opções de resposta: música, línguas estrangeiras, esportes, dança, cinema e teatro.

O resultado da participação em atividades se encontra esquematizado a seguir, no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Percentual de participação da amostra em cada atividade extraescolar mensurada



[15] Ressaltando que para investigar como era ocupado o tempo de lazer da amostra foram escolhidas algumas atividades e questionada a frequência com que a praticavam. Portanto, um indivíduo que afirmou praticar esportes com regularidade pode também ter respondido que vai ao cinema com regularidade. As opções de atividade foram: praticar algum esporte; ir ao cinema; ir ao teatro; frequentar bares, *pubs* ou baladas; ir a concertos ou *shows* musicais; frequentar praias ou parques; ir à casa de amigos; e participar de festas particulares.

As atividades mais praticadas tanto com a supervisão de adultos (77,2%) quanto sem ela (10%) foram as de cunho esportivo, chegando a 87,2% do total de participantes do estudo.

Os resultados obtidos demonstram que, em razão dos compromissos e obrigações do cotidiano, o tempo de lazer da maioria da amostra se concentra nos finais de semana. As atividades esportivas são as mais escolhidas para esse período, assim como o esporte é o mais relatado como atividade extraescolar desenvolvida durante a infância e a adolescência.

5.2 USO DE SUBSTÂNCIAS

5.2.1 Álcool

O uso de algum tipo de bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida foi relatado por 93,6% da amostra, sendo que 60,91% afirmou, no momento da coleta de dados, continuar consumindo bebidas. Esses dados se aproximam da média brasileira de consumo de álcool pelos universitários. De acordo com o I Levantamento Nacional Sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras (BRASIL, 2010), 86,2% dos universitários no Brasil já experimentaram pelo menos uma vez na vida bebidas alcoólicas, enquanto 60,5% o fizeram nos 30 dias anteriores à coleta, indicando um provável uso regular.

No presente estudo os resultados mostram que, entre os indivíduos que habitualmente consomem bebidas alcoólicas, 37,31% o fazem semanalmente e 19,4% o fazem de duas a quatro vezes por semana.

Um dado preocupante está relacionado à quantidade de álcool ingerida por ocasião, tendo em vista que entre aqueles que mantêm o hábito regular de beber, quase 12% relataram consumir mais de sete doses de álcool a cada vez que bebem. O consumo excessivo de álcool em uma única ocasião é denominado "*binge drinking*"[16] (BREWER; SHAHN, 20015), termo utilizado para descrever o uso intenso de bebidas alcoólicas em ocasiões esporádicas em um curto período de tempo.

O consumo de bebidas para se embriagar, que pode gerar consequências negativas aos usuários, é confirmado por outra pergunta do questionário, que interpela a amostra quanto à frequência com que costumam ingerir seis doses ou

[16] Definido como o consumo em uma única ocasião de cinco doses de álcool para homens e quatro doses para mulheres (BREWER; SHAHN, 20015).

mais. Aproximadamente 12% dos que bebem consomem seis doses ou mais de álcool ao menos uma vez na semana, confirmando a quantidade da amostra que sinalizou o uso excessivo do álcool.

Esses dados confirmam um padrão de consumo de álcool global entre os jovens, na maioria durante o lazer noturno dos finais de semana. Seja qual for o grupo de jovens, geralmente unido pelo compartilhamento de gostos, em comum entre esses distintos grupos está o uso de grandes quantidades de álcool em curtos períodos de tempo (PALLARÉS GÓMEZ, 2004; AGOIZ; CARRILLO, 2006).

Os gráficos 3 e 4 mostram o consumo de bebidas alcoólicas pelo grupo estudado e os padrões de consumo mais habituais.

Gráfico 3 - Porcentagens de consumo de bebidas alcoólicas

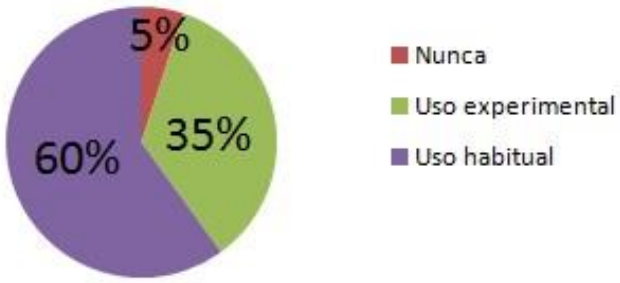
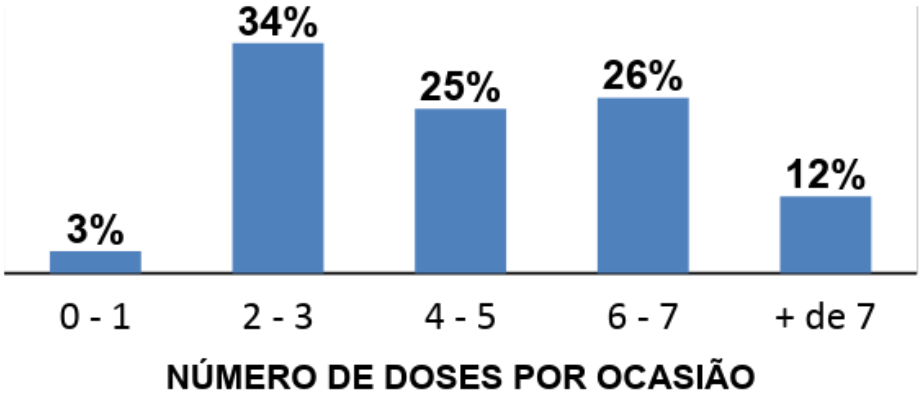


Gráfico 4 - Porcentagem de consumo de bebidas alcoólicas de acordo com o número de doses



Em contrapartida, apesar de pequena, uma porcentagem da amostra, 5%, afirmou nunca haver consumido bebidas alcoólicas ou drogas ilícitas. É necessário observar de forma mais detalhada as características desse grupo, pois a análise dos abstêmios pode oferecer indícios de fatores protetores. Mais à frente, as informações fornecidas pela coleta dessa parcela da amostra serão discutidas e analisadas separadamente.

Quatro categorias chamam a atenção na análise dos resultados: os locais geralmente escolhidos para o consumo; a motivação, ou seja, o motivo que, de acordo com os próprios indivíduos, os faz consumir álcool; a influência dos pares nesse consumo, ou como o círculo de amizades interfere nas escolhas de substâncias, quantidades e maneiras de consumir; e a iniciação do consumo, ou seja, a idade em que os indivíduos da amostra experimentaram a substância. Os resultados para essas quatro subcategorias serão apresentadas, relacionando-os ao consumo de álcool e de drogas ilícitas.

- Locais de uso, motivações, influência dos pares e iniciação do consumo

Os lugares preferidos para o uso de bebidas alcoólicas são bares, festas particulares e a própria casa. Chama a atenção o fato de 7,46% afirmarem consumir álcool habitualmente dentro da própria universidade. As festas organizadas nas dependências das universidades públicas no Brasil ocorrem com certa frequência, e o consumo de drogas e álcool, mesmo que proibidos, também se dá sem praticamente nenhuma restrição. Romera (2014) já destacava o convite ao consumo de bebidas alcoólicas explorado pela publicidade de festas com o público-alvo universitário, estimulando o consumo excessivo durante esses momentos de lazer.

A motivação para o consumo de álcool reflete a busca de novas sensações e prazer, sendo o principal motivo relatado para beber o simples fato de gostar, para 40,30%, seguido de 23,88%, para a própria diversão, e 19,40%, para aliviar o estresse. Esses resultados corroboram as análises de Lipovetsky (2007) e Espinheira (2004) sobre a sociedade do hiperconsumo inaugurada na pós-modernidade, ligada fortemente ao hedonismo, e cujo interesse dos consumidores está voltado para formas mais rápidas de atingir o conforto psíquico.

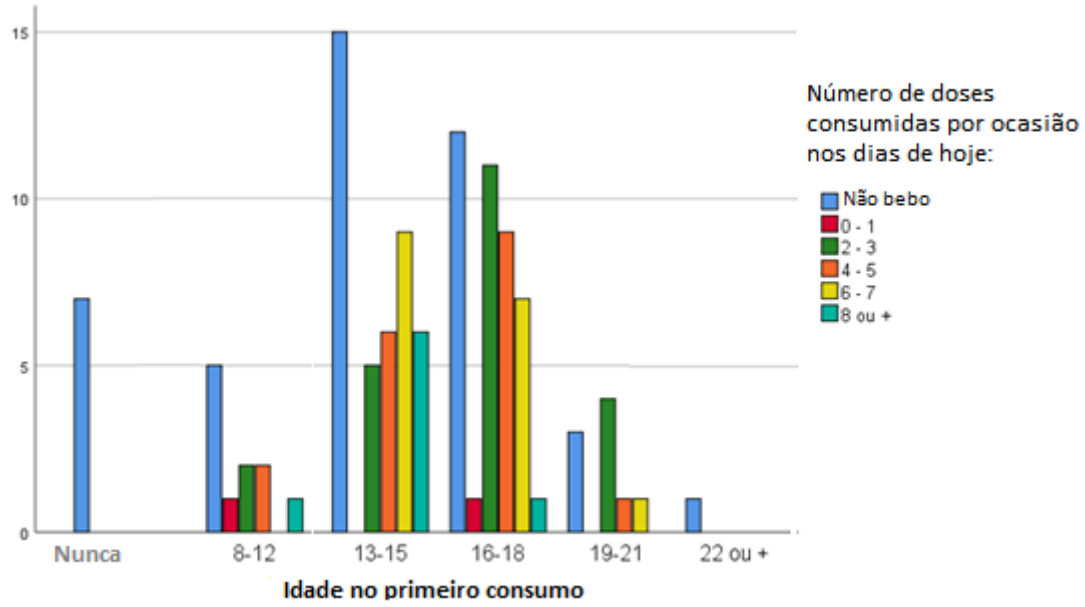
A influência dos pares é confirmada ao notarmos que 67% da amostra afirmam ter feito o primeiro consumo na presença de amigos. Ober *et al.* (2013), Goliath e Pretorius (2016) apontam para a influência exercida pelo grupo de pares para o primeiro contato com o álcool e outras drogas, que pode se ensejar pela simples aprovação dos amigos, pela utilização concreta dos amigos ou pela oferta por esses pares.

Merece atenção também o fato de 90,3% daqueles que já experimentaram bebidas alcoólicas tinham entre 8 e 18 anos de idade no primeiro consumo, sendo

que 10,7% tinha de 8 a 12 anos e 39,8%, de 13 a 15 anos. Esses dados estão de acordo com a média nacional de início de consumo de álcool entre os universitários, que é de 15,3 anos de idade (BRASIL, 2010), o que demonstra como o consumo de bebidas alcoólicas é culturalmente aceito e naturalizado no Brasil, não sendo incomuns as primeiras experiências com esse tipo de psicoativo em fases ainda imaturas, e em alguns casos, por intermédio dos pais ou da família (BARROSO; MENDES; BARBOSA, 2009), com pouca restrição ao consumo para menores de idade, mesmo proibido por lei.

Ainda em relação à idade do primeiro consumo, o gráfico 5 indica que quanto mais cedo ocorre o contato com bebidas alcoólicas, maiores são as chances de consumo habitual na fase adulta.

Gráfico 5 - Relação entre a idade do primeiro uso de álcool e o consumo atual, expresso em número de doses por ocasião



Indivíduos que fizeram o primeiro uso de bebidas alcoólicas após a maioridade apresentam consumo mais moderado, relatando beber de duas a três doses por ocasião. Os jovens que experimentaram o álcool com menos de 18 anos relatam consumir atualmente uma quantidade maior de doses por ocasião. É possível reparar no gráfico que aqueles que experimentaram bebidas alcoólicas pela primeira vez entre os 13 e os 15 anos têm taxa de consumo alta, maior, por exemplo, do que os que usaram pela primeira vez com mais de 18 anos. Analisando o consumo atual dos indivíduos que experimentaram o álcool com idade entre 13 e 15 anos, 36,5% consomem seis doses ou mais de álcool por ocasião, número

bastante expressivo, já considerado *binge drinking*, tendo em vista que a média total da amostra é de 22,7%, com o hábito de consumir seis doses ou mais por ocasião.

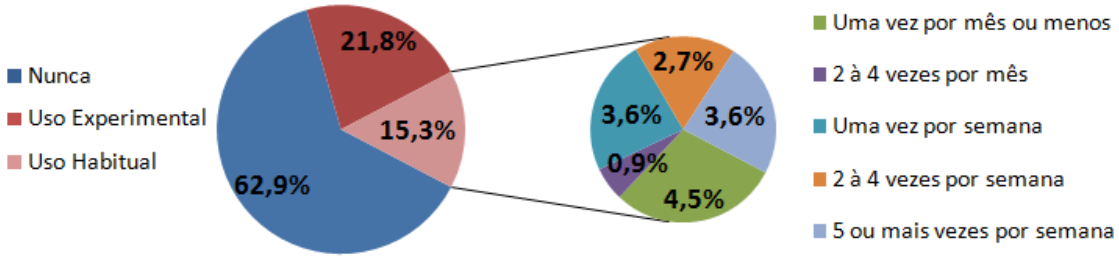
Aqueles que só experimentaram após os 18 anos apresentam índice de consumo inferior a quatro doses por ocasião, sendo possível, por esses dados, inferir que retardar o início do consumo é fator de proteção contra o uso excessivo de bebidas alcoólicas. O início precoce do uso de bebidas alcoólicas já foi apontado como fator de risco de consumo excessivo em um estudo de Acosta, Fernández e Pillon (2011). Esses autores, ao avaliarem o consumo de álcool por jovens argentinos, concluíram que os jovens de padrão excessivo de uso dessa substância detinham também menor média de idade no primeiro contato com o álcool.

O risco de iniciar o consumo ainda muito jovem está ligado também aos chamados efeitos cumulativos do uso, em que tempo e quantidade são diretamente proporcionais, ou seja, quanto mais tempo se utiliza determinada substância, maior a probabilidade de uso excessivo (SCHENKER; MINAYO, 2015). Nem sempre essa relação se dá de maneira tão direta, tendo em vista a multifatorialidade, já mencionada anteriormente, que influencia e determina os comportamentos de cada indivíduo. Entretanto, retardar a experimentação de drogas lícitas e ilícitas é mais uma medida protetora que visa diminuir os efeitos cumulativos e o uso excessivo em idades mais avançadas.

5.2.2 Substâncias ilícitas

Mais da metade dos indivíduos (62,8%) afirmou nunca ter experimentado nenhum tipo de substância considerada ilícita; 21,8% fizeram uso pelo menos uma vez na vida e não consomem atualmente; e aproximadamente 15,3% consomem regularmente substâncias psicoativas ilícitas, sendo a maconha a mais comum. O gráfico 6 divide em percentuais o consumo de drogas da amostra e a frequência de uso do grupo declarado consumidor habitual.

Gráfico 6 - Porcentagens de consumo de psicoativos ilegais no Brasil



É possível perceber uma frequência maior de uso entre aqueles que afirmaram consumir drogas ilícitas. Esse grupo é composto por 64,7% de indivíduos que mantêm o hábito de consumir alguma dessas substâncias pelo menos uma vez na semana, sendo que 23,5% o fazem até cinco vezes por semana. Em contrapartida, 37,3% dos consumidores de álcool afirmaram fazer o uso semanal dessa substância, embora ninguém o faça mais de quatro vezes por semana. Esse dado pode indicar um consumo excessivo percentualmente maior entre aqueles que fazem uso de substâncias ilícitas.

- Locais de uso, motivações, influência dos pares e iniciação do consumo

O consumo se dá na maioria na própria casa do usuário, porém 76,47% costumam frequentar praias, parques, praças e ruas para utilizar substâncias ilícitas. Outro dado é que 64,71% dos consumidores de substâncias ilícitas as utilizam também dentro da universidade. O consumo de drogas entre os universitários já é apontado pela literatura como maior do que o da população em geral (ECKSCHMIDT *et al*., 2013). Entretanto, apesar dos levantamentos do consumo dessa população, não são muitos os trabalhos que o abordam dentro universidades.

Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Goiânia (UFG) encontrou números mais próximos aos levantados pela amostra de estudantes de Educação Física da UFES desta dissertação. O estudo de Goiás interpelou diversos grupos dentro da universidade quanto à percepção de consumo de drogas no *campus*, ocasião em que 57,7% dos técnicos administrativos afirmaram perceber o consumo frequente de substâncias ilícitas no interior da UFG (OLIVEIRA; SILVA; FRANCO, 2016). Apesar das diferenças de lócus e metodológicas dos estudos, percebe-se que o consumo de drogas nos *campi* universitários é muito frequente.

As principais motivações apresentadas para o uso de substâncias ilícitas foram: por gostar da sensação (41,1%) e para alívio e diminuição do estresse (29,4%). Os consumidores de psicoativos ilícitos também apresentam motivações relacionadas ao hedonismo da sociedade contemporânea, apontado por Lipovetsky (2007), verificado na busca do bem-estar momentâneo e do prazer.

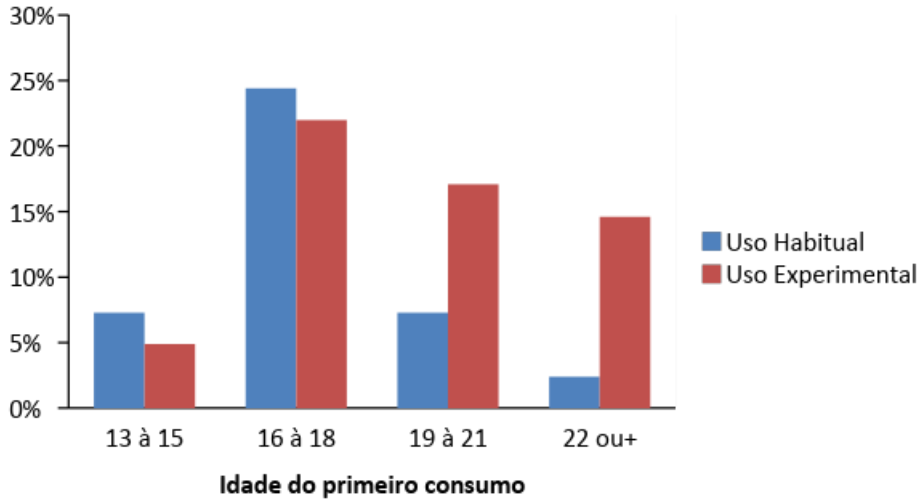
Mais uma vez os amigos aparecem como principais companhias no primeiro uso, fato relatado por 92,7% dos que experimentaram pelo menos uma vez na vida substâncias ilícitas, quer mantenham o consumo atualmente ou não.

Pouco menos da metade da amostra que afirmou já ter consumido psicoativos ilícitos (46,3%) relata o primeiro uso com idade entre 16 e 18 anos, e 12,2%, entre 13 e 15 anos. Além disso, o policonsumo entre os usuários de substâncias ilícitas é comum. Todos os indivíduos que ao menos experimentaram alguma droga ilegal também já provaram bebidas alcoólicas, sendo que 88,2% dos que ainda consomem ilícitos também consomem álcool. A experimentação de bebidas alcoólicas em idades menos avançadas indica que, na maioria dos casos, a primeira droga utilizada pelos indivíduos é o álcool, podendo eles posteriormente migrar para outras substâncias ilícitas, fato já destacado por Macedo *et al*. (2014).

O primeiro consumo de drogas ilegais acontece, na maioria das vezes, na rua, para 36,6%; contudo, 12,2% relatam o primeiro consumo de psicoativos ilícitos no próprio lar; 14,6%, em festas noturnas; 7,3%, na escola; 2,4%, na faculdade; 4,9%, em bares ou *pubs*; e 22%, em outros lugares.

O gráfico 7 relaciona a idade do primeiro consumo ao padrão de consumo atual. Observe-se que indivíduos que experimentaram psicoativos quando mais jovens são mais propensos a manter o consumo, enquanto aqueles que usaram com idades mais avançadas tenderam a não desenvolver o hábito. Os dados estão expressos em porcentagens, considerando-se como 100% no gráfico a seguir toda a amostra que declarou ao menos um contato experimental com psicoativos ilícitos.

Gráfico 7 - Relação entre a idade do primeiro uso de drogas ilícitas e o consumo atual



Os dados referentes à idade da iniciação no uso de drogas indicam que retardar a experimentação dessas substâncias é uma estratégia a ser adotada como prevenção do consumo excessivo para o resto da vida. A pré-adolescência e a adolescência são fases de muitas mudanças, um período de transição para a vida adulta, quando normalmente surgem as primeiras oportunidades de consumo de psicoativos (MACEDO *et al*., 2014). Os dados aqui apresentados reforçam ainda mais a importância de projetos de prevenção voltados a essa faixa etária.

5.3 FATORES DE PROTEÇÃO

5.3.1 Participação em projetos de prevenção

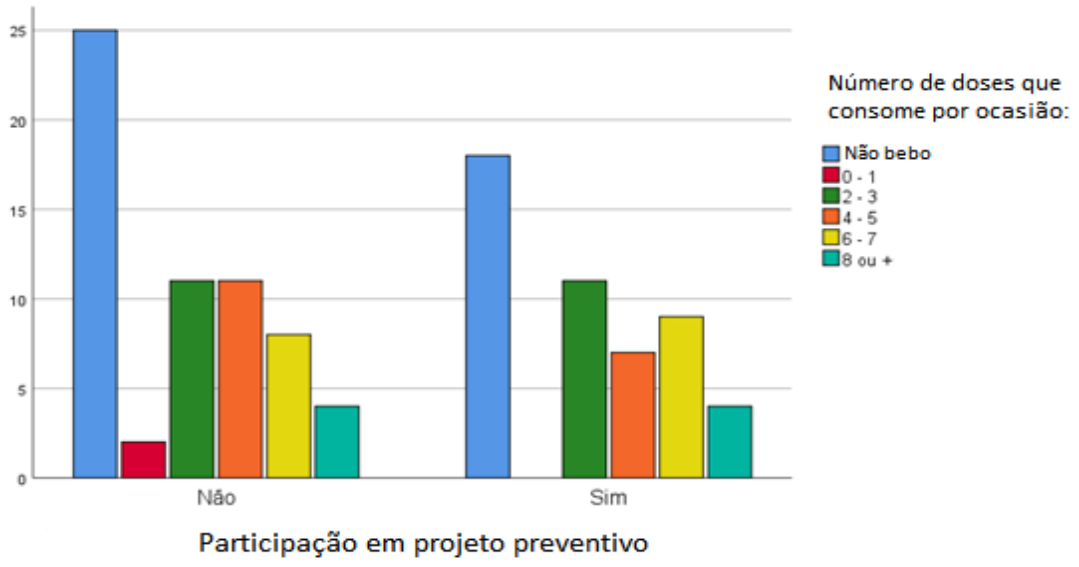
Pela importância, já levantada no tópico anterior, da participação em projetos de prevenção voltados especificamente à questão das drogas, optou-se pela criação de um subitem no texto apenas para a discussão desse tema. Assim, levantou-se a participação da amostra em projetos com esse objetivo. Os resultados indicaram que 55,8% já participaram, em algum momento da infância ou adolescência, de algum tipo de projeto de prevenção do uso de drogas. Posteriormente a informação sobre a participação ou não nesses projetos foi cruzada com o atual consumo de substâncias lícitas e ilícitas da amostra.

Apenas 1,8% dos indivíduos vivenciaram experiências em projetos de prevenção e nunca experimentaram bebida alcoólica ou substância ilícita, enquanto 63,2% dos participantes de projetos preventivos mantêm o hábito de beber. 4,5% nunca participaram de nenhum projeto de prevenção e nunca experimentaram nenhuma dessas substâncias.

Davis e Spillman (2011) encontraram resultados semelhantes para a relação entre participação em projetos de prevenção e consumo de drogas. A pesquisa desses autores, além de levantar outros questionamentos, indagava quanto aos principais motivos para não usar drogas. Nos resultados, a participação em projetos de prevenção figura com o menor peso na opção por não usar drogas. Programas de prevenção ainda devem se preocupar com o possível resultado iatrogênico da abordagem, produzindo consequências inversas às desejadas, pois, em vez de conscientizarem sobre os usos, acabam despertando o interesse e a curiosidade.

O gráfico 8 separa toda a amostra em dois grupos, aqueles que participaram, em algum período da vida, de programa ou projeto de prevenção contra o uso de drogas e aqueles que não participaram, relacionando com o número de doses de bebidas alcoólicas ingeridas numa única ocasião. Apesar de o número de indivíduos que não consomem álcool ser maior entre os não participantes de projetos preventivos, não se percebem diferenças significativas entre esses dois grupos no que tange a essa variável.

Gráfico 8 - Relação entre a participação em projetos de prevenção e o consumo atual de bebidas alcoólicas



A Tabela 1 mostra o consumo de todas as substâncias psicoativas em função da participação em projetos de prevenção.

Tabela 1 - Consumo de substâncias psicoativas em função da participação em projetos de prevenção contra o uso de drogas (números em porcentagens

Participação projetos de prevenção	Qnt	Consumo regular de álcool	Qnt	Uso de álcool experimental	Qnt	Consumo regular de psicoativo lícito	Qnt	Uso experimental de psicoativo ilícito	Qnt
Sim	44,5	Sim	28,2	Sim	14,6	Sim	9,1	Sim	10
		Não	16,4	Não	1,8	Não	35,4	Não	25,4
Não	55, 5	Sim	32,7	Sim	18,2	Sim	6,4	Sim	11,8
		Não	22,7	Não	4,5	Não	49,1	Não	37,3

Quanto ao uso de substâncias ilícitas, 19,1% participaram de algum projeto de prevenção e experimentaram algum tipo de substância psicoativa ilegal e 9,1% afirmaram ainda consumir esse tipo de substância.

Um pouco mais da metade (55,5%) nunca frequentou projetos de prevenção. Aproximadamente 4,5% dos entrevistados não tiveram nenhuma experiência com projetos de prevenção e nunca experimentaram bebidas alcoólicas, enquanto 32,7% dos que não participaram de projetos preventivos mantêm o hábito de beber. Ainda no grupo dos que não vivenciaram projetos de prevenção, 37,3% nunca experimentaram sequer uma vez drogas ilícitas, enquanto 6,4% as consomem regularmente.

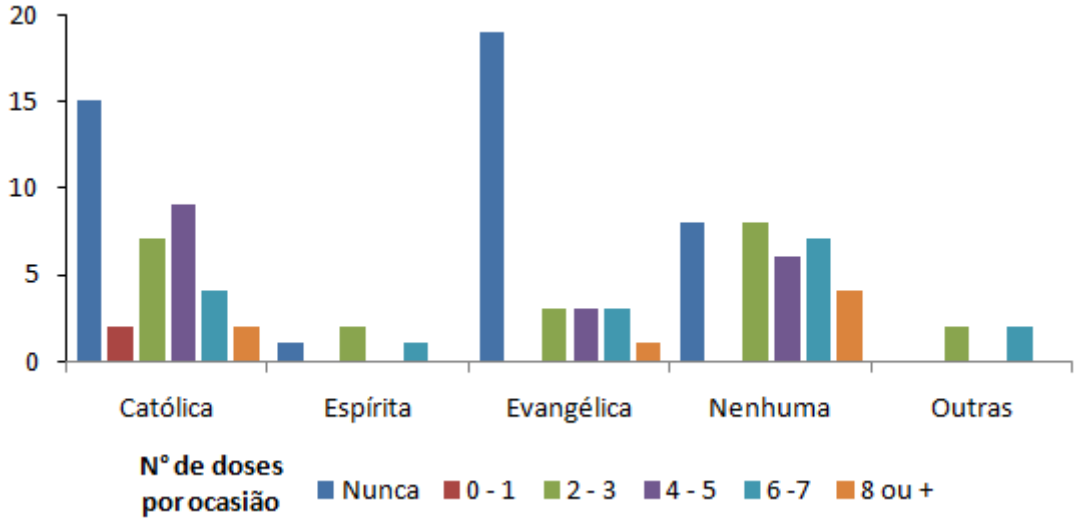
Dados demonstram que os projetos precisam de qualificação, já que não houve grandes diferenças no consumo entre os grupos participantes e não participantes de projetos preventivos. Não se fez uma análise aprofundada dos projetos e nem da participação de cada indivíduo nesses programas de prevenção. Contudo, é necessário estimular ações mais prolongadas, que acompanhem e abordem questões referentes às drogas por maior período, visando melhor eficiência e eficácia dos programas preventivos. Outro fator importante ao considerar a efetividade dos programas de prevenção refere-se à necessidade de constantes avaliações que alimentem as reformulações e atualizações.

5.3.2 Religião e consumo de drogas

Mais da metade da amostra (69,8%) declarou seguir alguma religião, e dentre os religiosos, 92,2% já experimentaram pelo menos uma vez na vida bebidas alcoólicas e 54,5% ainda cultivam o hábito de beber, sendo que 15,6% relatam beber pelo menos uma vez por semana e 18,2% consomem seis doses ou mais por ocasião em que bebem.

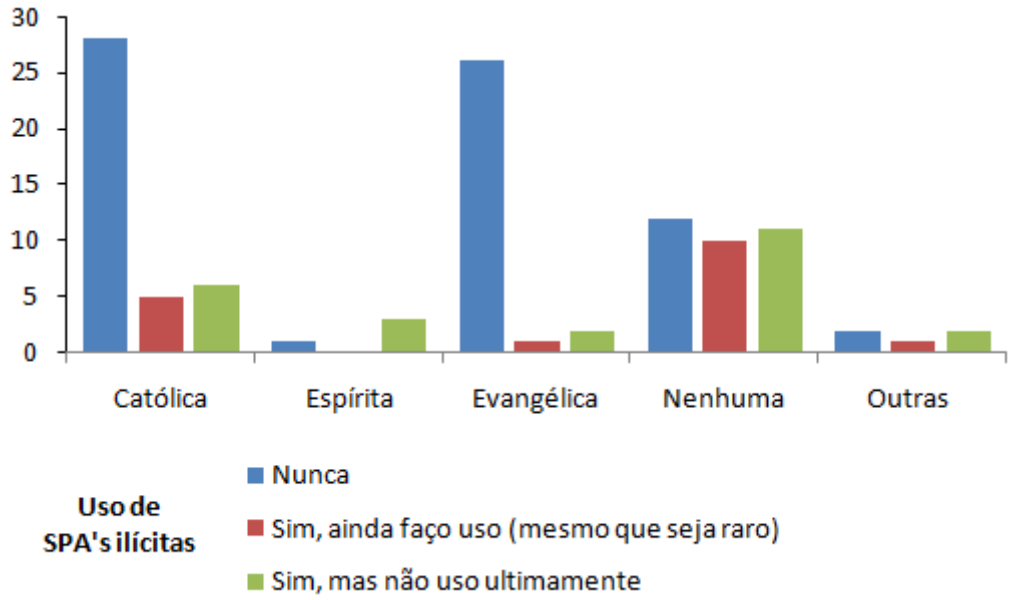
Contudo é possível perceber diferenças marcantes de consumo de álcool entre os praticantes de diferentes religiões. A quantidade de doses tomadas por ocasião entre os evangélicos é percentualmente menor do que em outros grupos, muito embora os espíritas também tenham relatado baixo consumo. O gráfico 9 facilita essa observação.

Gráfico 9 - Relação entre consumo de álcool e religião



O percentual de consumo de substâncias ilícitas entre os religiosos segue a tendência do restante da amostra, sendo menor que o uso de bebidas alcoólicas. Aproximadamente 26% dos que declararam seguir alguma religião fizeram uso, pelo menos uma vez na vida, de drogas ilícitas, sendo que destes, 9% ainda consomem e 5% utilizam pelo menos uma vez por semana. Em contrapartida, 74% dos religiosos nunca experimentaram nenhum psicoativo considerado ilegal, enquanto os não religiosos são mais permissivos no uso dessas substâncias.

Gráfico 10 - Relação entre uso de drogas e religião declarada



Mesmo que partam de matrizes parecidas, estimam-se as diferentes influências da ideologia de cada religião nessa amostra sobre os praticantes. Palamar, Kiang e Halkitis (2014), investigando o consumo de drogas nos Estados Unidos da América, chegaram à conclusão de que religiões diferentes exercem influências diferentes quanto ao consumo de psicoativos dos indivíduos. Em sua amostra, católicos e cristãos menos ortodoxos teriam número maior de consumidores, enquanto os muçulmanos e evangélicos pentecostais foram menos tolerantes ao uso de psicoativos. De acordo com esses autores, apenas altos níveis de participação religiosa, atrelados à menor exposição a usuários, podem ser considerados de fato protetores.

Na amostra desta dissertação, os autodeclarados católicos se mostraram mais propensos ao consumo de substâncias ilícitas, se comparados aos fiéis de outras religiões. Não é objetivo do trabalho avaliar a ideologia disseminada por cada religião em questão. Contudo, esses dados indicam que as religiões têm capacidades diferentes de exercer o controle do consumo de psicoativos.[17]

[17] É preciso ressaltar que essa amostra não foi composta por nenhum indivíduo que pratica algum tipo de religião que utilize psicoativos em seus rituais, como o ayahuasca, bebida alucinógena milenar dos povos nativos da Amazônia, utilizada em cerimônias religiosas do Santo Daime, Unidade Vegetal e outras (LABATE; FEENEY, 2011).

5.3.3 Lazer e consumo: relação entre as atividades extraescolares e o uso de drogas

Ao se relacionar a participação em atividades extraescolares ao consumo de drogas, os números não indicam que ela seja protetora. O gráfico 11 compara a prática ou não de atividades esportivas com o número de doses declaradas consumidas normalmente por cada indivíduo em cada ocasião em que ingere álcool. Já o gráfico 12 compara a participação em esportes com o consumo de outras drogas.

Gráfico 11 - Relação entre a participação em atividades esportivas e o consumo de bebidas alcoólicas

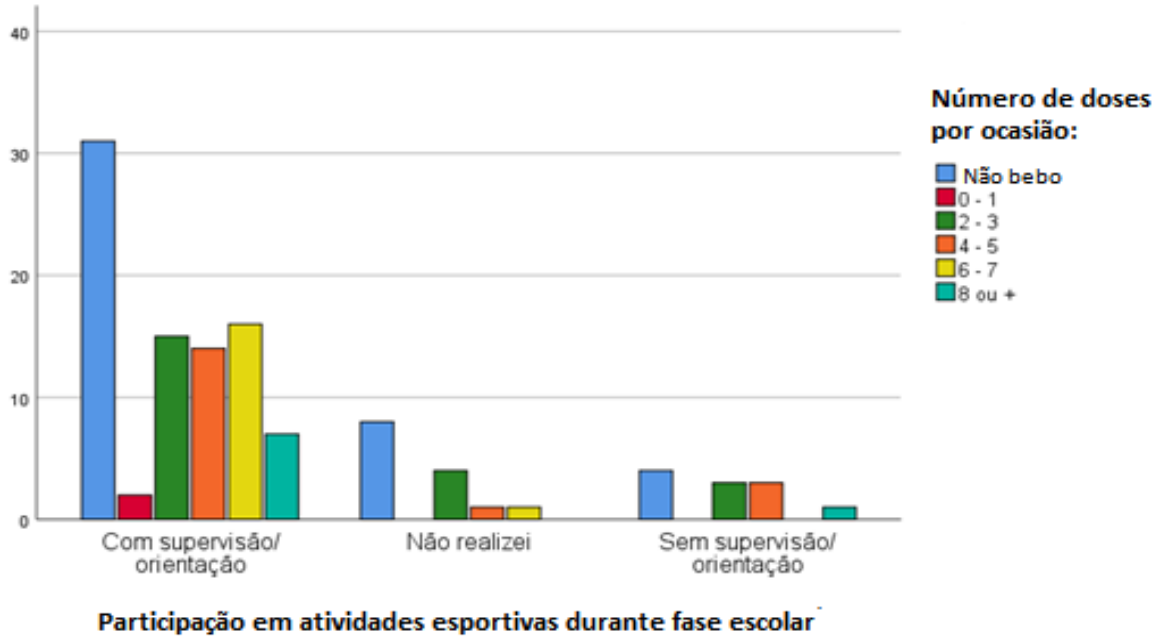
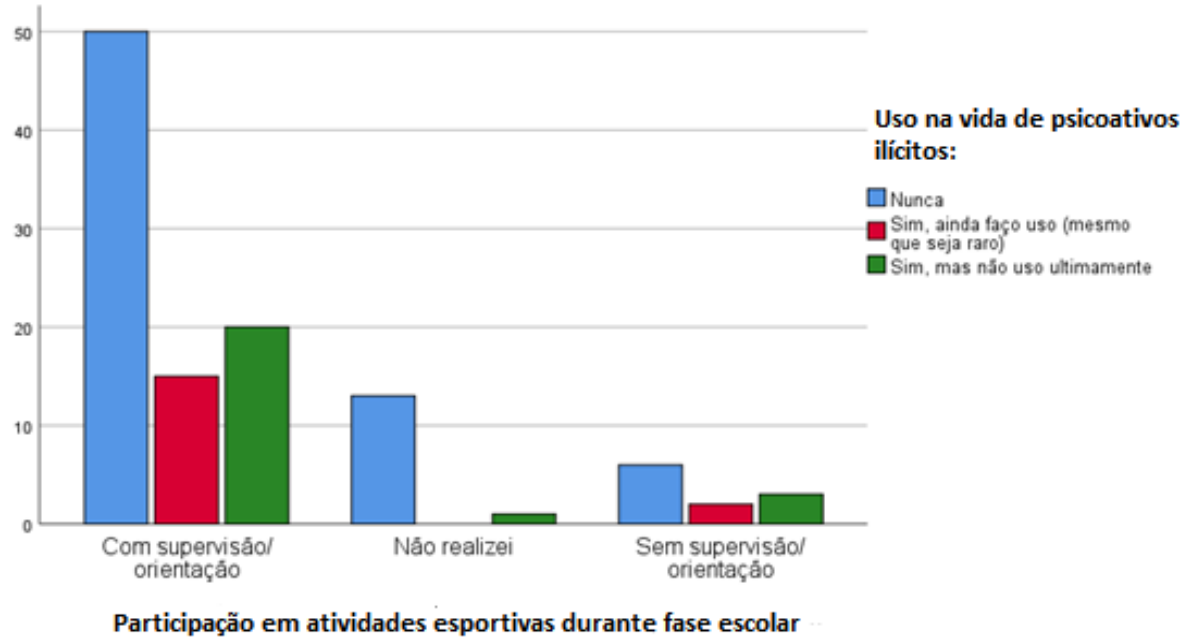


Gráfico 12 - Relação entre a participação em atividades esportivas e o consumo de psicoativos considerados ilícitos



Segundo o gráfico 12, indivíduos que não participaram de atividades esportivas não usam psicoativos ilícitos, e mesmo aqueles que ingerem bebidas alcoólicas o fazem em menos doses por ocasião do que aqueles que tinham como atividade extraescolar algum esporte. Isso permite inferir que a prática de esportes não representou proteção contra o consumo de álcool e outras drogas nessa amostra.

Esses dados corroboram as descobertas de Eccles e Barber (1999), segundo as quais participar de equipes esportivas foi fator de risco para o consumo de álcool em grandes quantidades. As mesmas conclusões são encontradas no estudo de meta-análise de Lisha e Sussman (2010), que demonstra que a maior parte das pesquisas confirmava o esporte como fator comum entre adolescentes que consumiam mais álcool, esclareceendo que o acesso a atividades esportivas isoladamente não pode ser considerado fator de proteção.

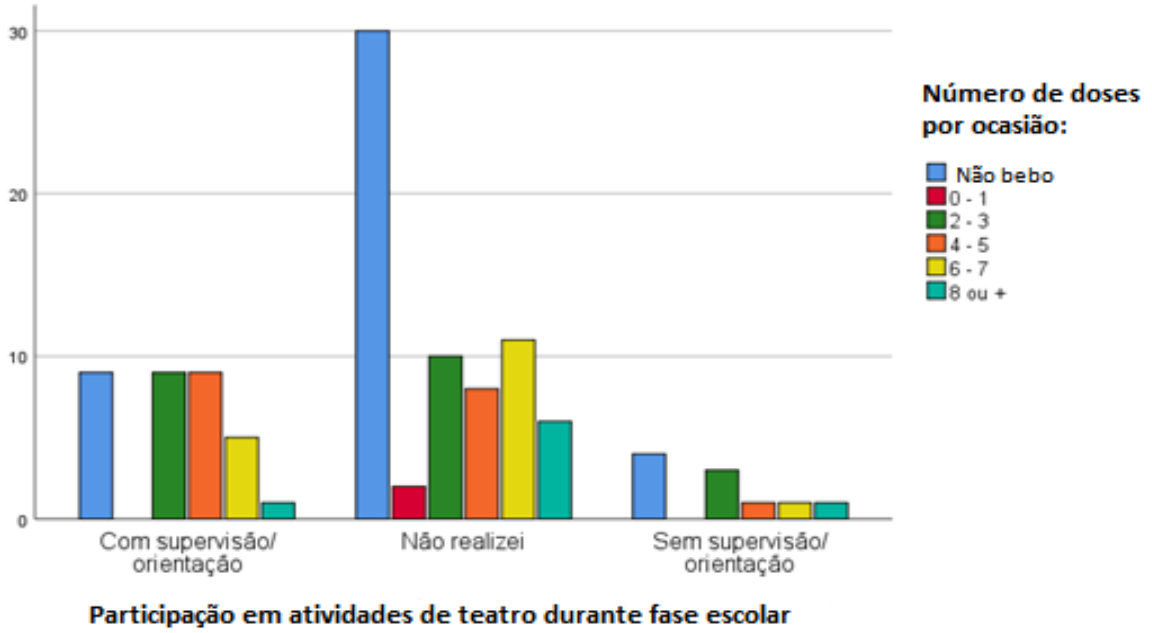
Denham (2014) também investigou o uso de substâncias por participantes de esportes competitivos, encontrando maior uso de álcool e analgésicos em atletas do que em não atletas. Pinheiro, Andrade e De Micheli (2016) chegaram a resultados semelhantes para uma amostra de alunos do 9º ano do ensino fundamental ao 3º do ensino médio da rede pública de Guarulhos – SP. Adolescentes com altos níveis de

envolvimento em práticas físicas apresentaram maiores níveis de consumo de diversas substâncias.

O uso de drogas não é motivado pela falta de oportunidades de prática esportivas, portanto não se pode acreditar que a prática de qualquer atividade física isoladamente protegerá contra o uso excessivo de substâncias psicoativas (ROMERA, 2013).

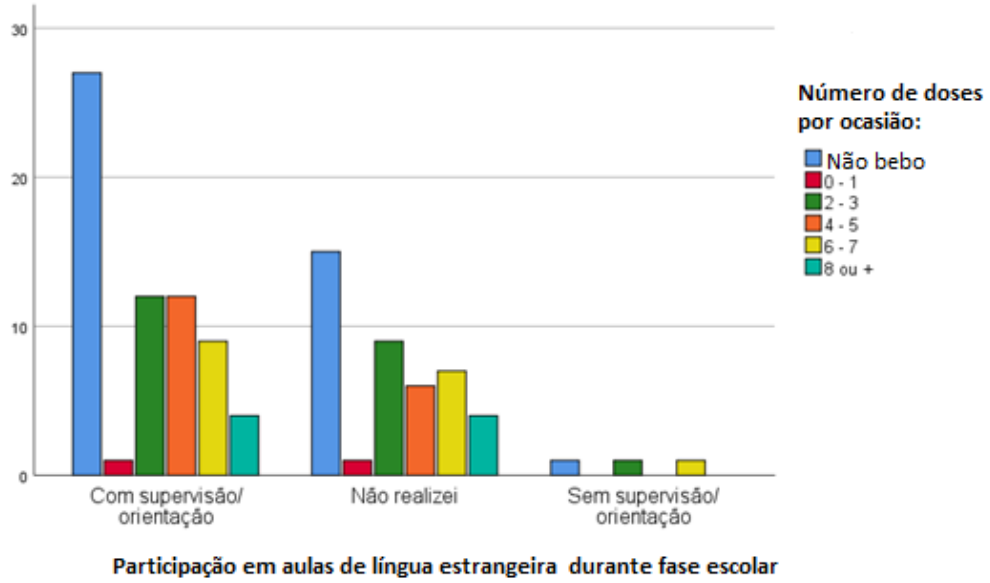
Outras atividades isoladas, apesar de apresentaram resultados um pouco melhores do que os esportes, como as aulas de línguas estrangeiras e de teatro, também não mostraram resultados que permitam afirmar que foram protetoras contra o consumo em excesso de bebidas alcoólicas. Note-se, nos dois gráficos a seguir, o número de doses consumidas pelos indivíduos que praticaram teatro e línguas estrangeiras, respectivamente.

Gráfico 13 - Relação entre a prática de teatro e o consumo de álcool



Aproximadamente 18% dos indivíduos que fizeram teatro consomem mais de cinco doses por ocasião em que bebem. A porcentagem de consumo excessivo de álcool aumenta entre aqueles que não praticaram essa atividade extraescolar, chegando a 25% o percentual de indivíduos não praticantes de teatro que consomem mais de cinco doses por ocasião. Portanto, tomando como padrão de consumo o número de doses por ocasião, nessa amostra, indivíduos que praticaram teatro consomem menos álcool.

Gráfico 14 - Relação entre atividades de língua estrangeira e consumo de álcool



A participação em aulas de línguas estrangeiras durante a fase escolar obteve resultados semelhantes ao do grupo praticante de teatro como atividade extraescolar, ou seja, o número de indivíduos que consome álcool em excesso é um pouco maior entre aqueles que não praticaram essa atividade. Aproximadamente 26% não fizeram línguas estrangeiras e consomem mais de cinco doses por ocasião, enquanto uma porcentagem menor, cerca de 20% dos praticantes dessa atividade consomem mais de cinco doses por ocasião.

Também se relacionaram as atividades consideradas pró-sociais ou associativas ao consumo de psicoativos. Apesar de o percentual da amostra que declarou participar dessas atividades ser pequeno, analisando-se apenas esses indivíduos, percebe-se que o consumo de psicoativos lícitos e ilícitos desse grupo é menor, quando comparado à média de consumo de toda a amostra.

A Tabela 2 relaciona a participação em cinco atividades associativas em momentos de lazer ao consumo de psicoativos ilícitos. As atividades consideradas foram: participação em projetos ou ações sociais; atividades de caridade; participação em festas religiosas; e prestação de qualquer tipo de serviço voluntário a alguma ONG.

Tabela 2 - Associação entre a participação em atividades pró-sociais e o consumo de psicoativos ilícitos

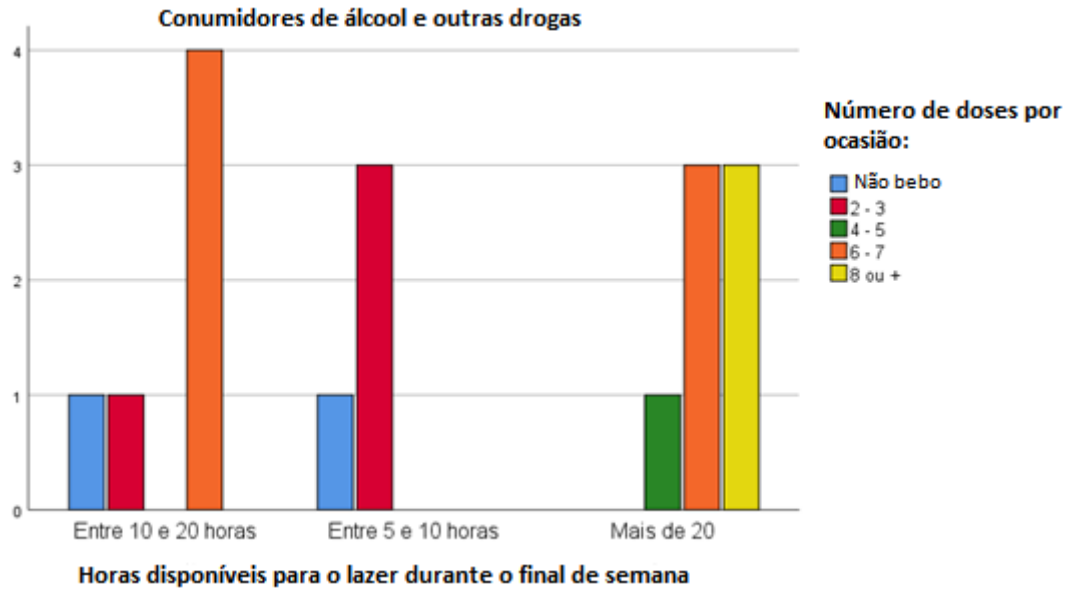
Participação regular em Atividades Pró-sociais	Qnt (%)	Consumo de Psicoativos Ilícitos	Qnt (%)
Projetos ou ações sociais	9,0	Uso experimental	1,8
		Uso regular	0,9
		Nunca	6,3
Atividades de Caridade	6,3	Uso experimental	0,0
		Uso regular	0,0
		Nunca	6,3
Festas Religiosas	12,7	Uso experimental	0,9
		Uso regular	0,0
		Nunca	11,8
ONGs	3,6	Uso experimental	0,0
		Uso regular	0,0
		Nunca	3,6

O indicativo de atividade pró-social como fator de proteção, aqui encontrado, corrobora os estudos de Eccles *et al.* (2003), que entendem esse tipo de lazer como fator de proteção contra o consumo de drogas. Utilizando alguns comportamentos considerados de risco, como se embriagar, dirigir alcoolizado e pegar carona com alguém alcoolizado, Eccles *et al.* (2003) observaram que indivíduos participantes de atividades pró-sociais normalmente relatam menos episódios de risco, sendo possível inferir que tais atividades protegem contra comportamentos relacionados ao consumo de álcool.

Foi levantada também a quantidade de tempo disponível para o lazer da amostra e em seguida traçada a relação entre as horas disponíveis e o consumo de drogas. A maior parte dos que responderam ao questionário, como já citado anteriormente, não dispõe de muito tempo para o lazer durante a semana por causa da rotina de trabalho e de estudo.

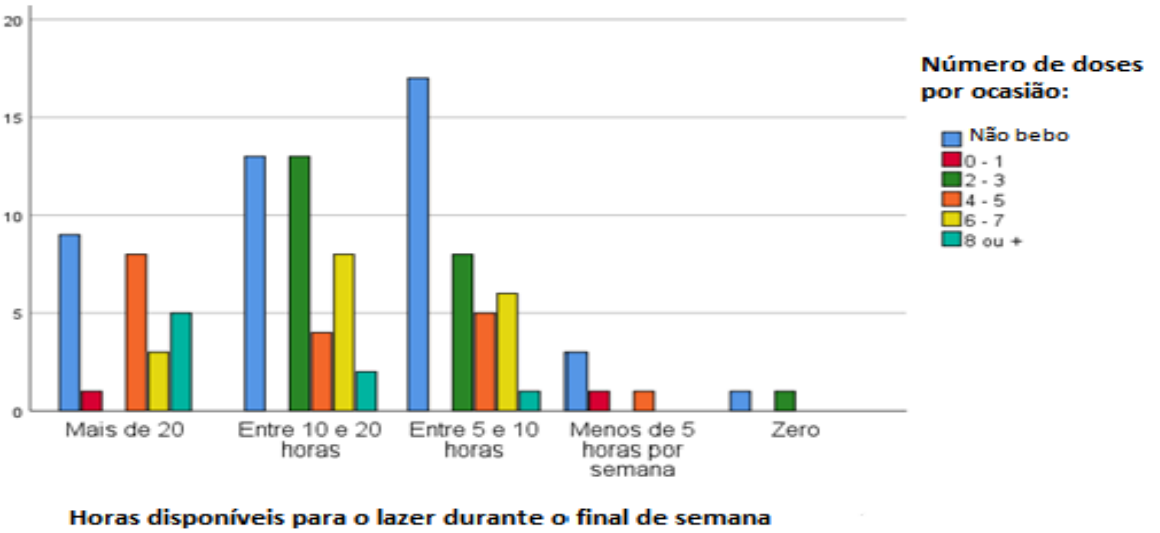
Indivíduos pertencentes ao grupo dos consumidores de substâncias ilícitas e que contam com mais tempo para o lazer durante os finais de semana são os que consomem mais doses de álcool. O gráfico 15 mostra essa relação:

Gráfico 15 - Relação entre horas disponíveis de lazer durante o final de semana e o consumo de álcool e outras drogas



Dentre aqueles que relataram somente o consumo de álcool, o número de doses também é maior proporcionalmente para os que dispõem de mais de 20 horas para o lazer no final de semana.

Gráfico 16 - Relação entre horas disponíveis de lazer durante o final de semana e o consumo de álcool



Mesmo os resultados dessa amostra apontando maior consumo para os universitários com mais tempo disponível, a discussão da ocupação do tempo livre de jovens com a maior quantidade possível de atividades orientadas e

supervisionadas, seja por educadores, agentes sociais, treinadores ou técnicos esportivos, segue a ideologia de que quanto menos tempo ocioso houver, menores são as chances do consumo de substâncias. Condicionar o uso de drogas à falta de lazer é entender a questão de maneira superficial, desconsiderando histórias de vida, necessidades e subjetividades de cada indivíduo, uma complexidade de fatores essenciais para o entendimento do desencadeamento de usos excessivos e problemáticos (ROMERA, 2013). Contudo, uma espécie de padronização do consumo de psicoativos pela juventude, já apontada anteriormente, é marcada pelo uso habitual em ambientes de festas nas noites dos finais de semana (PALLARES GÓMEZ, 2004; BAIGORRI; CHAVES, 2006). Esse pode ser um dos motivos que fizeram com que essa amostra apresentasse uma relação diretamente proporcional entre tempo livre durante os finais de semana e o consumo de psicoativos.

5.4 GRUPO DOS ABSTÊMIOS

Uma parte pequena da amostra (5%) relatou nunca ter experimentado álcool e outras drogas. Esses indivíduos formaram o grupo classificado como abstêmios. A existência desse grupo suscita diversos questionamentos. Quais seriam os hábitos daqueles que supostamente não consomem drogas? Qual é o histórico de vida desses indivíduos? Por que são abstêmios? É possível encontrar similaridades na vida desses indivíduos que indiquem fatores de proteção? Obviamente não será possível formular aqui respostas definitivas para tais questionamentos, contudo, tendo como pano de fundo a literatura norteadora deste estudo, a análise do grupo de abstêmios fornece pistas, vestígios e indícios relevantes para a discussão de fatores protetores contra o consumo de álcool e drogas.

O primeiro fator notado foi a religião declarada. Ela aparece como característica marcante para esse grupo, tendo em vista que 85% dos indivíduos que nunca consumiram álcool e substâncias ilícitas, divididos igualmente entre evangélicos e católicos, afirmaram ter religião. Levando-se em consideração que quase 1/3 da amostra – cerca de 30% – afirmou não ter religião, o índice de abstêmios religiosos indica o primeiro fator protetor. Em uma análise mais detalhada em populações restritas a católicos e evangélicos, o índice de consumo de drogas se manteria menor do que o da população em geral? Caso a resposta seja afirmativa, quais seriam os mecanismos que engendram esse menor índice de consumo? Essas duas perguntas infelizmente não podem ser respondidas aqui.

O segundo fator em comum notado foi a gama de atividades extraescolares desenvolvidas por esses sujeitos durante a infância e a adolescência. Todos os componentes desse grupo responderam ter participado de, pelo menos, três tipos de atividades extraescolares supervisionadas no decorrer da fase escolar. Zarret *et al.* (2009) já apontavam para a maior efetividade do comportamento protetor quando o indivíduo participava de mais de uma atividade, vinculando, por exemplo, a prática esportiva a outros tipos de atividade. A participação em atividades pró-sociais foi pequena, parecendo irrelevante na decisão de não experimentar drogas.

Não se aprofundou a sondagem dos mecanismos que tornam as atividades positivas. Assim, não se sabe ao certo qual porcentagem dos resultados entre indivíduos sem comportamentos de risco é referente aos projetos e atividades extras e qual porcentagem se refere apenas às características dos próprios indivíduos, e ainda como esses mecanismos funcionam para cada grupo específico (ECCLES *et al.*, 2003). Caberia também, nesse aspecto, saber em que filosofia se baseiam os projetos de prevenção, bem como os direcionamentos e o preparo dos seus responsáveis.

Assim como já discutido no subitem referente aos números da participação em projetos de prevenção, também não houve relação entre a abstenção do consumo de álcool e experiências em projetos preventivos, tendo em vista que 57,1% dos entrevistados não experimentaram esse tipo de prevenção. Esse resultado reforça a percepção da necessidade de avaliação dos programas de prevenção, que devem ser mais bem planejados e aplicados continuamente, de modo a alcançar maior efetividade.

Este estudo apresenta indicadores de comportamentos semelhantes, tanto entre indivíduos que não consomem álcool ou outras drogas como entre aqueles que os consomem. Investigando de maneira mais detalhada esses comportamentos e grupos, é possível encontrar aspectos que podem ser trabalhados em projetos e ações de fortalecimento do indivíduo como forma de proteção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do comportamento humano não possibilita o estabelecimento de relações diretas de causa e efeito e, como tal, da influência dos diversos fatores no consumo de qualquer substância. A multicausalidade do consumo de drogas lícitas e ilícitas, apesar de não permitir conclusões absolutas sobre as razões do uso ou da abstenção, não inviabiliza estudos que partam da observação, agrupem padrões de consumo semelhantes e busquem, a partir daí, verificar possíveis fatores de risco e proteção.

Por existirem mais trabalhos desenvolvidos a partir da descrição de experiências negativas com o uso de psicoativos, ou seja, que partem da observação de indivíduos que notoriamente têm ou tiveram problemas com o consumo, os fatores protetores por vezes são menos debatidos e conhecidos.

A opção deste estudo foi o levantamento de possíveis fatores de proteção por meio da observação de aspectos da vida de indivíduos sem problemas com o uso de drogas. Esse enfoque, além de ter permitido indicar possíveis fatores de proteção contra o consumo excessivo, também possibilitou apontar alguns resultados negativos de práticas popularmente reconhecidas como protetoras.

O primeiro apontamento desta conclusão refuta a ideia de que a prática esportiva isolada, voltada apenas para o alto desempenho, seja fator de proteção. Apesar da constante veiculação, em meios de comunicação de massa e no senso comum, do esporte como alternativa eficaz na diminuição do consumo de psicoativos, sobretudo os ilícitos, a análise dos dados não confirma essa crença. O discurso salvacionista do esporte não apresenta empiricamente resultados que confirmem a fama de atividade protetora, principalmente em relação ao uso de álcool, cujos consumidores participantes de equipes esportivas durante a adolescência acabam por usar mais frequente e intensamente essa substância.

Mesmo que para o olhar do público em geral essa afirmação seja surpreendente, vários outros estudos utilizados como referência neste texto chegaram a conclusões semelhantes (ECCLES; BARBER, 1999) (LISHA; SUSSMAN, 2010) (DENHAM, 2014). Isso não significa que não haja benefícios na prática esportiva e que ela não possa ser utilizada como parte importante da prevenção e da proteção. Dotado de intencionalidade, preparação e planejamento, e acompanhado de atividades complementares, o esporte pode contribuir para o fortalecimento individual e a diminuição de vulnerabilidades.

O segundo apontamento desta conclusão também se limitou a estabelecer o que, neste caso, não se configurou como proteção. A participação em projetos de prevenção durante o período da adolescência não reduziu significativamente o consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. De fato, dentro da amostra deste estudo, uma porcentagem maior de indivíduos declaradamente participantes de algum programa de prevenção é composta de consumidores de álcool. O consumo de psicoativos ilícitos também não diminuiu entre os participantes de projetos preventivos. Embora os dados não permitam avaliar detalhadamente os projetos de prevenção de cada componente da amostra durante a adolescência, os resultados sugerem que a prevenção, de maneira geral, tem feito pouca diferença na escolha entre consumir ou não substâncias lícitas ou ilícitas. Abordagens de maior enfoque no fortalecimento do indivíduo e centradas não só na lógica de diminuição de riscos, mas também no aumento de fatores protetores, merecem estímulo e avaliação.

O primeiro fator que pode indicar proteção é a postergação do início do consumo de psicoativos. A idade em que se inicia o uso de substâncias psicoativas ou se experimenta tais substâncias se mostrou uma variável preditora dos padrões de consumo futuros: para indivíduos que iniciam mais tardiamente a experimentação e o consumo são menores as chances de desenvolver comportamentos nocivos durante a fase adulta. Esse dado destaca a necessidade de programas de prevenção voltados ao público adolescente com abordagens inovadoras não pautadas no moralismo tradicional da guerra às drogas e que busquem retardar o início do consumo entre os adolescentes. Contudo, as abordagens preventivas devem abandonar a utopia do consumo zero e ir além da mera busca da abstinência juvenil.

Uma perspectiva mais realista no debate sobre drogas e adolescência significa entender que a oferta de psicoativos poderá existir nessa fase e que o uso experimental poderá ocorrer. A partir dessa premissa mais realista, é possível planejar ações que não só retardem o uso, mas também preparem o adolescente para agir de maneira mais consciente caso decida pela experimentação, visando minimizar os riscos, principalmente nesses primeiros usos. É preciso diminuir a carga de culpa introjetada nos jovens que consomem psicoativos para que o tema seja debatido mais abertamente e se aumentem as chances de não se desenvolverem padrões excessivos de consumo. Ainda assim, é necessário ter cuidado com os possíveis efeitos iatrogênicos dessa prevenção, ressalva que

demonstra como o campo da prevenção ao álcool e às drogas é complexo, exigindo o conhecimento de diversas áreas do saber.

A religião é outro aspecto citado frequentemente, sobretudo pelo caráter imoral conferido à prática do consumo de psicoativos por algumas religiões. Este estudo mostrou que de fato os indivíduos que afirmaram não ter religião são mais permissivos no consumo de substâncias ilícitas, embora não haja grandes diferenças com relação ao álcool, exceção feita aos que se declararam evangélicos. No que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas, os evangélicos consomem menos que os indivíduos sem religião e os católicos. Os mecanismos dessa diferença necessitam de aprofundamento e não cabe sua discussão nesta dissertação.

Assim como o esporte, outras atividades extraescolares isoladas não mostraram resultados expressivos como fatores de proteção. Contudo, percebeu-se que o grupo que não consome drogas é formado por indivíduos que participaram de mais de dois tipos de atividades extraescolares. Exemplos na literatura (ZARRET *et al*., 2009) indicam maior efetividade no comportamento protetor entre indivíduos que se engajam em atividades variadas. Esse resultado indica que atividades extraescolares isoladas detêm menor potencial de proteção, talvez justamente pela incapacidade de trabalhar aspectos diversificados da vida do indivíduo. Estimular a participação de jovens e adolescentes em idade escolar em atividades diversificadas parece possibilitar o seu desenvolvimento em diferentes aspectos, constituindo uma estratégia a ser adotada como proteção contra o uso exagerado de substâncias lícitas e ilícitas.

Apesar de ter sido pequena a parcela da amostra que afirmou participar de ações voltadas a causas sociais, classificadas no texto como pró-sociais ou associativas, as atividades desse tipo foram consideradas protetoras, dado que indivíduos enquadrados nesse grupo apresentarem consumo quase nulo de psicoativos ilícitos. Todavia essas atividades merecem ser analisadas de maneira mais detalhada e específica, para a detecção dos mecanismos que alcançam tais resultados.

Este estudo esbarrou em limitações, como o instrumento de coleta de dados, tamanho e tipo da amostra, principalmente pela falta de financiamento para a pesquisa. Utilizou-se um questionário fechado para a maior abrangência nos dados, porém essa ferramenta impossibilitou um olhar mais aprofundado para o histórico de

atividades, hábitos e consumos adotados pela amostra. A restrição da amostra a universitários do curso de Educação Física também é limitadora, pela pressuposição, por exemplo, de um nível maior de desenvolvimento de atividades físico-esportivas do que o da população em geral, o que impossibilita a transposição desses resultados para toda a população jovem universitária.

Os resultados apresentados indicam atividades e fatores que podem ser estimulados e são capazes de trazer benefícios para a juventude na prevenção de problemas relacionados ao uso de drogas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Laura Débora; FERNÁNDEZ, Alicia Ruth; PILLON, Sandra Cristina. Fatores sociais para o uso de álcool em adolescentes e jovens. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. spe, p. 771-781, 2011.

AGOIZ, Artemio Baigorri; CARRILLO, María del Mar Chaves. Botellón: más que ruido, alcohol y drogas (La Sociología en su papel). Anduli: **Revista Andaluza de Ciencias Sociales**, 2006, 6: 159-173.

ALVES, Ygor D. Delgado. **Jamais fomos zumbis**: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Tese Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Bahia. 2015.

ARBEX, Carmen. Guía metodológica para la implementación de una intervención preventiva selectiva e indicada. **España: ADI Servicios Editoriales**, 2013.

ARTHUR, Michael W. et al. Examination of substance use, risk factors, and protective factors on student academic test score performance. **Journal of school health**, v. 85, n. 8, p. 497-507, 2015.

AUDIKANA, Juan Manuel. **Adolescencia, fracaso escolar y consumo de drogas.** Tese de doutorado do Programa de Doutorado em Educação. Bilbao, 2015.

BADA, HENRIETTA S. et al. Protective factors can mitigate behavior problems after prenatal cocaine and other drug exposures. **Rev. Pediatrics** Vol. 130, N. 6, December 2012.

BAIGORRI, Artemio; CHAVES, Mar. Botellón: más que ruido, alcohol y drogas (La Sociologíaensu papel). **Anduli, Revista Andaluza de Ciencias Sociales**, v. 6, p. 159-173, 2006.

BAPTISTA, M. C.; NOTO, A. R.; NAPPO, S.; CARLINI, E. A. O uso de êxtase na cidade de São Paulo e imediações: um estudo etnográfico. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Vol. 51 (2): 2002, p. 81-89.

BARROSO, Teresa; MENDES, Ainda; BARBOSA, António. Análise do fenômeno do consumo de álcool em adolescentes: estudo realizado com adolescentes do 3º ciclo de escolas públicas. **Rev. Latino-am Enfermagem**, maio-junho; 17(3), 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEÇA, S. S. **Consumo e tráfico de drogas nas universidades**. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto, 2014.

BECERRA, David; CASTILLO, Jason. Culturally protective parenting practices against substance use among adolescents in Mexico. **Journal of Substance Use**, v. 16, n. 2, p. 136-149, 2011.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudo da sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kushnir. 1ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECOÑA, Elisardo et al. Parental styles and drug use: a review. **Drugs: education, prevention and policy**, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2012.

BERGERON, Henri. **Sociologia da Droga**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2012.

BLOMFIELD, Corey; BARBER, Bonnie. Australian Adolescents' Extracurricular Activity Participation and Positive Development: Is the Relationship Mediated by Peer Attributes? **Australian Journal of Educational & Developmental Psychology**. Vol. 10, 2010, p. 108-122.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1. 7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras** / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; GREA/IPQ-HC/FMUSP; organizadores: Arthur Guerra de Andrade, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Lúcio Garcia de Oliveira. – Brasília: SENAD, 2010. 284 p.

CALAFAT, Amador; JUAN, Montserrat. De la etiología a la prevéncion del uso y abuso de drogas recreativas. **Addiciones**, Vol. 15, Supl. 2, 2003.

CAPI, André Henrique Chabaribery; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Clubes social-recreativos de Araraquara e o lazer: a visão dos profissionais, diretores e associados. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 12, n. 1, 2009.

CARIA, Maria et al. The influence of socioeconomic environment on the effectiveness of alcohol prevention among European students: a cluster randomized controlled trial. **BMC public health**, v. 11, n. 1, p. 1, 2011.

CARNEIRO, Henrique Soares. As drogas e a história da humanidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 6, n. 6, p. 13-15, 2009.

CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto. Álcool e drogas na história do Brasil. **São Paulo: Alameda**, 2005.

CEBRID. II **Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005 / E. A. Carlini (supervisão) [et. al.], -- São Paulo : CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CHEONG, JeeWon et al. Time horizons and substance use among African American youths living in disadvantaged urban areas. **Addictive behaviors**, v. 39, n. 4, p. 818-823, 2014.

CHRÉTIEN, C. **A ciência em ação:** mitos e limites. Campinas: Papirus, 1994.

CLARK, Trenette T. et al. Understanding the dimensions of parental influence on alcohol use and alcohol refusal efficacy among African American adolescents. **Social Work Research**, v. 35, n. 3, p. 147-157, 2011.

CLARK, Trenette; NGUYEN, Anh B. Family Factors and Mediators of Substance Use Among African American Adolescents. **Journal of Drug Issues** 42(4) 358–372. The Author(s) 2012.

COSTA, Anacely Guimarães et al. Drogas em áreas de risco: o que dizem os jovens. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, 2012.

COUTINHO, José Pereira. Religião e outros conceitos de Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 2012, pág. 171-193.

CUIJPERS, Pim. Three decades of drug prevention research. **Drugs: education, prevention and policy**, v. 10, n. 1, p. 7-20, 2003.

DAVIS, Sharon J.; SPILLMAN, Stephanie. Reasons for drug abstention: A study of drug use and resilience. **Journal of psychoactive drugs**, v. 43, n. 1, p. 14-19, 2011.

DENHAM, Bryan E. High school sports participation and substance use: differences by sport, race, and gender. **Journal of Child & Adolescent Substance Abuse**, v. 23, n. 3, p. 145-154, 2014.

DIAZ, A. M.; FERRIANI, M. G. Factores protectores y de riesgo familiar relacionados al fenómeno de drogas, presentes em familias de adolescentes tempranos de Valparaíso, Chile. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**; 19 Spe N.7, p. 89-95, May-June2011.

ECKSCHMIDT, F.; ANDRADE, A. G.; OLIVEIRA, L. G. Comparação do uso de drogas entre universitários brasileiros, norte-americanos e jovens da população geral brasileira. **J Bras Psiquiatr**. 2013;62(3):199-207.

ECLESS, Jacquelynne S. **Binge Drinking Trajectories Across Adolescence**: For Early Maturing Youth, Extra-Curricular Activities Are Protective. Journal of Adolescent Heath, 2013.

ECLESS, Jacquelynne; BARBER, Bonnie. Student council, volunteering, basketball, or marching band: What kind of extracurricular involvement matters? **Journal of Adolescent Research**, Vol.14 Nº 1, Jan 1999. P.10-43

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOHOTADO, A. **História elementar das drogas.** Lisboa, 2004.

ESPADA, José P.; LORET, Daniel; CASTILLO, J. A. G. Applying Drug Dependence Research to Prevention Interventions in Spain. **Evaluation & the Health Professions**, Volume 31, Number 2, 182-197, June 2008.

ESPADA, José P.; LORET, Daniel; CASTILLO, J. A. G. Applying Drug Dependence Research to Prevention Interventions in Spain. **Evaluation & the Health Professions**, Volume 31, Number 2, 182-197, June 2008.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços das drogas. **Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas**. 2002, p. 11-18.

FANG, Lin; BARNES-CEENEY, Kevin; SCHINKE, Steven P. Substance use behavior among early-adolescent Asian American girls: the impact of psychological and family factors. **Women & health**, v. 51, n. 7, p. 623-642, 2011.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, L. F. O que a droga faz à norma. **Revista Toxicodepenências** - Edição Idt - V.15 - N.1 - 2009 - pp. 3-18

FREIRE, Paulo. A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade. **Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra**, p. 77-120, 1987.

Fundação Perseu Abramo. **Pesquisa Drogas:** Percepções da Opinião Pública**.** 2013.

GOLDURÓZ, José C. F.; NOTO, Ana R.; LOCATELLI, Danilo P. Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil: peculiaridades regionais e populações específicas. In: **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1. – 7. ed. – Brasília:** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014.

GOLIATH, Veonna; PRETORIUS, Blanche. Peer risk and protective factors in adolescence: Implications for drug use prevention. **Social Work**, v. 52, n. 1, p. 113-129, 2016.

GONZÁLEZ, Emiliano Martín; BUENO, Sonia Moncada. Programas de prevención de ocio alternativo. **Adicciones**, v. 15, n. 5, p. 327-346, 2003.

HENRIQUES, Susana. **Novos consumos em ambientes de lazer**: “risco cultivado”? Celta editora, p. 179, 2003.

JONKMAN, Harrie et al. Community variation in adolescent alcohol use in Australia and the Netherlands. **Health promotion international**, p. das039, 2012.

LABATE, B. C.; FEENEY, K. O processo de regulamentação da ayahuasca no Brasil e na esfera internacional: desafios e implicações. **Revista Periferia**, Vol. 3, Nº 2. 2011.

LE BRETON, David. **Condutas de risco**: dos jogos de morte ao jogo de viver. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

LIEBREGTSA, N.; POLB, P.; LAARB, M.; GRAAFB, R.; BRINKC, W.; KORFA, D. J. The role of leisure and delinquency in frequent cannabis use and dependence trajectories among young adults. **International journal of drug policy**. August, 2014.

LIPOVETKSY, Gilles. **A felicidade paradoxal:** ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LISHA, Nadra E.; SUSSMAN, Steve. Relationship of high school and college sports participation with alcohol, tobacco, and illicit drug use: a review. **Addictive behaviors**, v. 35, n. 5, p. 399-407, 2010.

MACEDO, J. Q.; AYGNES, D. C.; BARBOSA, S. P.; LUIS, M. V. Concepções e vivencias de estudantes quanto ao envolvimento com substâncias psicoativas em uma escola pública de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Ciencia y Enfermería**, v. 20, p. 3, 2014.

MASON, Michael J.; SCHMIDT, Christopher; MENNIS, Jeremy. Dimensions of religiosity and access to religious social capital: Correlates with substance use among urban adolescents. **The journal of primary prevention**, v. 33, n. 5-6, p. 229-237, 2012.

MIHIĆ, Josipa; MUSIĆ, Tea; BAŠIĆ, Josipa. Family risk and protective factors among young substance non-consumers and consumers. **Kriminologi jai socijal na integracija**, v. 21, n. 1, p. 65-79, 2013.

MODECKI, Kathryn Lynn; BARBER, Bonnie L.; ECCLES, Jacquelynne S. Binge drinking trajectories across adolescence: For early maturing youth, extra-curricular activities are protective. **Journal of Adolescent Health**, v. 54, n. 1, p. 61-66, 2014.

MOILANEN, Kristin L.; MARKSTROM, Carol A.; JONES, Elizabeth. Extracurricular activity availability and participation and substance use among American Indian adolescents. **Journal of youth and adolescence**, v. 43, n. 3, p. 454-469, 2014.

MOSQUEDA-DÍAZ, Angélica *et al*. Factores protectores y de riesgo familiar relacionados al fenómeno de drogas, presentesenfamilias de adolescentes tempranos de Valparaíso, Chile. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. spe, p. 789-795, 2011.

MOTA, D.C.B., MOREIRA, R.B.S.PORT, T.J. O desafio da intersetorialidade na área de drogas. In: RONZANI, T.M. (org.) **Ações integradas sobre drogas**. Juiz de Fora: Ed UFJF. 2013. Cap 15 p. 390-427.

MOUSAVI, Fariba *et al*. Swedish high-school pupils' attitudes towards drugs in relation to drug usage, impulsiveness and other risk factors. **Peer J.**, v. 2, p. e410, 2014.

OBER, Allison J. et al. Risk for inhalant initiation among middle school students: understanding individual, family, and peer risk and protective factors. **Journal of studies on alcohol and drugs**, v. 74, n. 6, p. 835-840, 2013.

OLIVEIRA, D. D.; SILVA, G. B.; FRANCO, M. C. Incidências e representações do uso de drogas lícitas e ilícitas nos *campi* da Universidade Federal de Goiás: desafios para a proposição de uma política. **Soc. e Cult**., Goiânia, v. 19, n. 1, p. 87-102, jan./jun. 2016.

PALAMAR, Joseph J. Predictors of disapproval toward “hard drug” use among high school seniors in the US. **Prevention science**, v. 15, n. 5, p. 725-735, 2014.

PALAMAR, Joseph J.; KIANG, Mathew V.; HALKITIS, Perry N. Religiosity and exposure to users in explaining illicit drug use among emerging adults. **Journal of religion and health**, v. 53, n. 3, p. 658-674, 2014.

PALLARÉS GÓMEZ, Joan. Drogas, consumo y culturas juveniles. **Humanitas: Humanidades Médicas**, 2004, 5: 85-94.

PINHEIRO, B. O.; ANDRADE, A. L. M.; MICHELI, D**.** Relação entre os níveis de atividade física e qualidade de vida no uso de drogas em adolescentes **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas.** V.12, n. 3, p. 178-187, jul.-set.2016.

POKHREL, Pallav et al. Health-as-a-value, spirituality, and cigarette and alcohol use among Russian high school students. **The journal of primary prevention**, v. 33, n. 5-6, p. 239-248, 2012.

RANDOLPH, Karen A. et al. Beliefs about alcohol use among youths during early adolescence. **Journal of Child & Adolescent Substance Abuse**, v. 22, n. 4, p. 295-320, 2013.

ROMERA, Liana Abrão. Esporte, lazer e prevenção ao uso drogas: dos discursos equivocados aos caminhos possíveis. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013.

ROSA, Pablo Ornelas. Outra história do consumo de drogas na modernidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 185-196, 2014.

RUDOLPHA, ABBY E. et al. The association between parental risk behaviors during childhood and having high risk networks in adulthood. Rev. **Drug and Alcohol Dependence,** Vol. 118. p. 437-443, 2011.

SANCHEZ, Zila M. *et al*. God forbids or mom disapproves? religious beliefs that prevent drug use among youth. **Journal of Adolescent Research**, v. 26, n. 5, p. 591-616, 2011.

SANCHEZ, Zila M. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. **Ciênc. saúde coletiva** vol. 9 n. 1 Rio de Janeiro, 2004.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Risk and protective factors and drug use among adolescence.** Ciência e Saúde Coletiva, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SEEDALL, Ryan B.; ANTHONY, James C. Risk estimates for starting tobacco, alcohol, and other drug use in the United States: Male–female differences and the

possibility that ‘limiting time with friends’ is protective. **Drug and alcohol dependence**, v. 133, n. 2, p. 751-753, 2013.

SODELLI, Marcelo. **A abordagem proibicionista em desconstrução**: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

TAGLIANTI, F. G.; VADRUCCI, S.; FAGGIANO, F.; BURKHART, G.; SILIQUINI, R.; GALANTI, M. R. Is universal prevention against youths’ substance misusereally universal? Gender-specific effects in the EU-Dap school-based prevention trial. **Journal of Epidemiology Community Health**. 2009, 63;722-728; originally published online 23 Apr 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2017.** Global Overview of drug demand and supply: Latest trends, cross-cutting issues. Vienna, 2017. Disponível em: <<http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_2_HEALTH.pdf>>.

UNSELD, Matthias *et al*. The concept of temperament in psychoactive substance use among college students. **Journal of affective disorders**, v. 141, n. 2, p. 324-330, 2012.

WONGTONGKAM, Nualnong *et al*. Exploring family and community involvement to protect Thai youths from alcohol and illegal drug abuse. **Journal of addictive diseases**, v. 34, n. 1, p. 112-121, 2015.

WU, Cynthia ST *et al*. Multi-dimensional self-esteem and substance use among Chinese adolescents. **Substance abuse treatment, prevention and policy**, v. 9, n. 1, p. 42, 2014.

YI, Siyan *et al*. Risk vs. protective factors for substance use among adolescents in Cambodia. **Journal of Substance Use**, v. 16, n. 1, p. 14-26, 2011.

ZARRETT, Nicole et al. More than child's play: Variable-and pattern-centered approaches for examining effects of sports participation on youth development. **Developmental psychology**, v. 45, n. 2, p. 368, 2009.

APÊNDICE A – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA

Dados sociodemográficos da amostra em função do gênero. Vitória, ES, Brasil, 2017. Dados expressos em porcentagem.

Sexo	Homens 53,6 (N= 59)	Mulheres 46,3 (N=51)
Idade		
18 – 21	17,2 (N=19)	22,7 (N=25)
22 – 25	23,6 (N=26)	11,8 (N=13)
26 – 29	4,5 (N=5)	5,4 (N=6)
30 – 35	3,6 (N=4)	2,7 (N=3)
36 ou +	4,5 (N=5)	3,6 (N=4)
Estado civil		
Solteiros	45,4 (N=50)	39 (N=43)
Casados	4,5 (N=5)	2,7 (N=3)
Separados ou divorciados	0,9 (N=1)	1,8 (N=2)
União estável	1,8 (N=2)	2,7 (N=3)
Viúvos	0,9 (N=1)	0
Religião		
Católicos	17,3 (N=19)	18,1 (N=20)
Evangélicos	12,7 (N=14)	13,6 (N=15)
Espíritas	2,7 (N=3)	0,9 (N=1)
Outra	1,8 (N=2)	2,7 (N=3)
Nenhuma	19 (N=21)	10,9 (N=12)
Cor da pele		
Brancos	21,8 (N=24)	20 (N=22)
Negros	9 (N=10)	7,2 (N=8)
Pardos	22,7 (N=25)	19 (N=21)

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À AMOSTRA

Fatores de proteção ao uso de drogas entre universitários: o papel do lazer

A Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do Laboratório de Pesquisa Andaluz/CEFD, o (a) está convidando para participar de uma pesquisa de mestrado intitulada "Fatores de proteção ao uso de drogas entre universitários: o papel do lazer". O objetivo principal é conhecer e avaliar os fatores de proteção contra o uso excessivo de substâncias psicoativas entre a população jovem.

A participação ocorrerá por meio de preenchimento de um questionário que levará aproximadamente dez minutos.

Asseguramos que as informações coletadas servirão somente para fins científicos e terão caráter de sigilo, sendo garantido o anonimato do participante.

Sua participação é de grande importância para o aprofundamento dos conhecimentos de atividades extraescolares, experiências de lazer e as possíveis relações com os fatores protetivos aos usos de drogas, podendo contribuir para políticas públicas de prevenção.

Agradecemos a atenção e a participação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Li as informações referentes à pesquisa e concordo em participar. Por meio do preenchimento deste questionário estou consentindo em fazer parte do estudo de pesquisa, autorizando que meus dados sejam usados como descrito anteriormente.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

Idade:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ 18-21
- ○ 22-25
- ○ 26-29
- ○ 30-35
- ○ +35

Cidade em que mora:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Vitória
- ○ Vila Velha
- ○ Serra
- ○ Cariacica
- ○ Outras

Gênero:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Feminino
- ○ Masculino
- ○ Transgênero
- ○ Prefiro não responder

Estado civil:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Solteiro
- ○ Casado
- ○ União estável
- ○ Separado ou divorciado
- ○ Viúvo
- ○ Outros

Melhor opção que descreve sua cor ou grupo étnico:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Branco
- ○ Negro
- ○ Pardo
- ○ Indígena
- ○ Outros

Religião:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nenhuma
- ○ Católica

- ○ Evangélica
- ○ Espírita
- ○ Candomblé
- ○ Outras

Com que frequência você participa de atividades religiosas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Uma vez por mês ou menos
- ○ 2 a 3 vezes por mês
- ○ Uma vez por semana
- ○ 2 a 4 vezes por semana
- ○ 5 ou mais vezes por semana

CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

Por quem você foi criado na maior parte da infância e adolescência?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Pai e mãe
- ○ Apenas pai
- ○ Apenas mãe
- ○ Por algum parente (tios, avós, etc.)
- ○ Pais adotivos
- ○ Outros

PERÍODO ESCOLAR

Você cursou a MAIOR parte do Ensino Fundamental e Médio em que tipo de escola?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Particular
- ○ Pública Estadual
- ○ Pública Municipal
- ○ Outras

Quais atividades extraescolares você teve oportunidade de vivenciar durante a infância e a adolescência?

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Sim	Não
Música	○	○
Língua estrangeira	○	○
Esporte	○	○
Dança	○	○
Cinema	○	○
Teatro	○	○
Outras	○	○

Dentre as atividades extraescolares que vivenciou, quais ocorriam sob a supervisão ou orientação de um adulto?

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Com supervisão/ orientação	Sem supervisão/ orientação	Não vivenciei
Música	○	○	○
Língua estrangeira	○	○	○
Esporte	○	○	○
Dança	○	○	○
Cinema	○	○	○
Teatro	○	○	○
Outras	○	○	○

Qual era sua principal motivação para participar dessas atividades extraescolares?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não participei de atividades orientadas por adultos
- ○ Porque gostava
- ○ Porque meus pais ou responsáveis determinavam
- ○ Um pouco por gostar e um pouco por vontade dos meus pais ou responsáveis
- ○ Por um acordo com meus pais ou responsáveis, para assim poder fazer outras atividades à minha escolha
- ○ Outras

Você se lembra de ter participado de algum projeto de prevenção contra o uso de drogas (dentro ou fora da escola)?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Durante a passagem pelo Ensino Fundamental e Médio você era considerado um aluno nota:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ 9-10
- ○ 6-8
- ○ 3-5
- ○ 0-2

Considere 10 o melhor conceito e 0 o pior.

ATIVIDADES QUE DESENVOLVE ATUALMENTE

Você está trabalhando no momento?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não
- ○ Sim, em estágio remunerado
- ○ Sim, em estágio não remunerado
- ○ Sim, em emprego formal
- ○ Sim, em emprego informal
- ○ Outros

De segunda a sexta-feira, quantas horas estão disponíveis para seu lazer?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Zero
- ○ Menos de 5 horas por semana
- ○ Entre 5 e 10 horas
- ○ Entre 10 e 20 horas
- ○ Mais de 20

Durante o sábado e o domingo, quantas horas estão disponíveis para o seu lazer?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Zero
- ○ Menos de 5 horas por semana
- ○ Entre 5 e 10 horas

- ○ Entre 10 e 20 horas
- ○ Mais de 20

Quais atividades de lazer você costuma praticar e com que frequência?

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Nunca	Raramente	De vez em quando	Regularmente	Sempre
Praticar algum esporte	○	○	○	○	○
Ir ao cinema	○	○	○	○	○
Frequentar o teatro	○	○	○	○	○
Ir a bares, *pubs* ou baladas	○	○	○	○	○
Ir a concerto de bandas ao vivo	○	○	○	○	○
Ir à praia ou a parques	○	○	○	○	○
Festas particulares	○	○	○	○	○
Ir à casa de amigos	○	○	○	○	○
Assistir a eventos esportivos	○	○	○	○	○

Normalmente com quem você passa a maior parte do tempo de lazer?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sozinho
- ○ Amigos
- ○ Namorado(a)
- ○ Família
- ○ Outros

Com que frequência você costuma praticar as seguintes atividades durante seu tempo disponível para o lazer?

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Nunca	Raramente	Às vezes	Regularmente	Sempre
Participação em projetos ou ações sociais	○	○	○	○	○
Atividades de caridade	○	○	○	○	○
Festas religiosas	○	○	○	○	○
Ativismo político	○	○	○	○	○
Prestar serviço para alguma ONG* sem remuneração	○	○	○	○	○

Considerar como ativismo político: participação de forma voluntária em reuniões de sindicatos, partidos políticos, representações de classe, protestos, manifestações, etc.

CONSUMO DE ÁLCOOL.

Lembre-se de que todos os dados serão mantidos em sigilo.

Você já fez consumo de alguma bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não
- ○ Sim, mas não faço ultimamente
- ○ Sim, e ainda faço

Com que frequência você consome bebidas alcoólicas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Uma vez por mês ou menos
- ○ 2 a 3 vezes por mês
- ○ Uma vez por semana

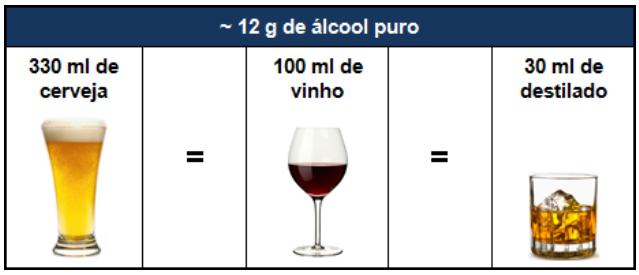
- ○ 2 a 4 vezes por semana
- ○ 5 ou mais vezes por semana

Quando bebe, geralmente quantas doses consome?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ 0 - 1
- ○ 2 - 3
- ○ 4 - 5
- ○ 6 - 7
- ○ 8 ou +

Considere uma dose:

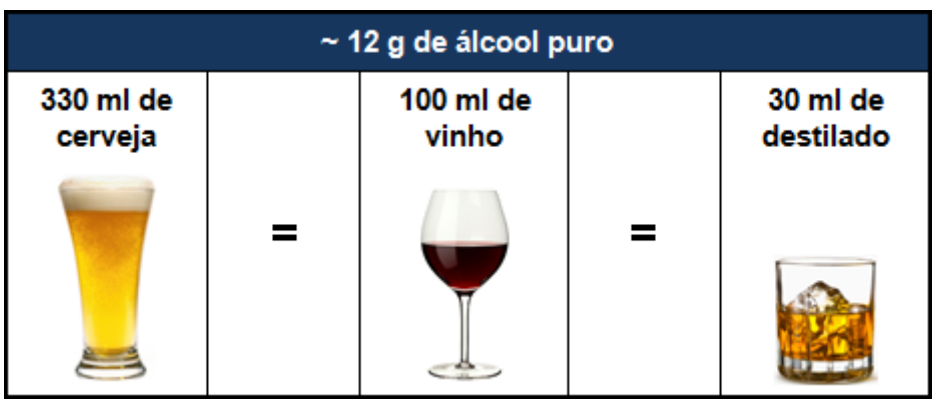


Com que frequência consome seis doses ou mais de bebidas alcóolicas em uma única ocasião?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Menos de uma vez por mês
- ○ Pelo menos uma vez por mês
- ○ Pelo menos uma vez por semana
- ○ Diariamente ou quase diariamente

Considere uma dose:



Em que lugares geralmente consome bebidas alcoólicas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Baladas
- ☐ Bares ou *pubs*
- ☐ Festas particulares
- ☐ Locais abertos como: praias, parques, ruas, etc.
- ☐ Em casa
- ☐ Na universidade
- ☐ Outros:

Qual o PRINCIPAL motivo para você beber?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Faz parte da rotina de sair à noite
- ○ Para ficar bêbado
- ○ Simplesmente porque gosto de beber
- ○ Para aumentar a confiança
- ○ Para relaxar (se sentir menos estressado)
- ○ Para me sentir parte do grupo de amigos
- ○ Para me divertir
- ○ Para reduzir a ansiedade
- ○ Para melhorar o humor
- ○ Outros

A PRIMEIRA vez que consumiu bebida foi na companhia de:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sozinho
- ○ Amigos
- ○ Namorado(a)
- ○ Pais ou família
- ○ Professor(a)
- ○ Outros

Que idade tinha nesse primeiro consumo?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ 8-12

- ○ 13-15
- ○ 16-18
- ○ 19-21
- ○ 22 ou +

Onde foi o primeiro consumo?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Em casa
- ○ Na rua
- ○ Na escola
- ○ No bar ou *pub*
- ○ Na balada
- ○ Na faculdade
- ○ Outros

Alguém muito próximo tem problemas relacionados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não
- ○ Sim

Que pessoa próxima a você tem problemas relacionados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas?

Por favor, escreva sua resposta aqui:

Informar apenas o grau de parentesco. Ex: pai, mãe, irmão, tio, amigo, etc.

Consumo de substâncias consideradas ilícitas. Lembre-se de que todos os dados são mantidos em sigilo.

Você já experimentou ao menos uma vez alguma droga considerada ilícita (maconha, lança-perfume, haxixe, cocaína, LSD, ecstasy, heroína, crack, etc.)?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Sim, mas não uso ultimamente
- ○ Sim, e ainda faço uso (mesmo que seja raro)

Quais substâncias consideradas ilícitas já experimentou?

Por favor, escreva sua resposta aqui:

Com que frequência você faz uso de alguma droga ilícita?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Uma vez por mês ou menos
- ○ 2 a 4 vezes por mês
- ○ Uma vez por semana
- ○ 2 a 4 vezes por semana
- ○ 5 ou mais vezes por semana

Em que locais geralmente você faz uso de drogas ilícitas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Baladas
- ☐ Bares ou *pubs*
- ☐ Festas particulares
- ☐ Locais abertos, como praias, parques, ruas, etc.
- ☐ Em casa
- ☐ Na universidade
- ☐ Outros:

Qual o principal motivo para o uso dessas substâncias?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Faz parte da rotina de sair
- ○ Gosto da sensação
- ○ Para aumentar a confiança
- ○ Para aumentar disposição
- ○ Para relaxar (se sentir menos estressado)
- ○ Para se sentir parte do grupo de amigos
- ○ Para se divertir
- ○ Para reduzir a ansiedade
- ○ Para melhorar o humor
- ○ Outros

A PRIMEIRA vez que consumiu essa ou essas substâncias foi na companhia de:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sozinho
- ○ Amigos
- ○ Namorado(a)

- ○ Pais ou família
- ○ Professor(a)
- ○ Outros

Que idade tinha nesse primeiro consumo?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ 8-12
- ○ 13-15
- ○ 16-18
- ○ 19-21
- ○ 22 ou +

Onde foi o primeiro consumo?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Em casa
- ○ Na rua
- ○ Na escola
- ○ No bar ou *pub*
- ○ Na balada
- ○ Na faculdade
- ○ Outros

Alguém muito próximo a você tem problemas relacionados ao consumo excessivo de substâncias consideradas ilícitas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não
- ○ Sim

Que pessoa próxima a você tem problemas relacionados ao consumo de substâncias consideradas ilícitas?

Por favor, escreva sua resposta aqui: